



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ESTUDOS EM DIREITO E SOCIEDADE
FACULDADE DE DIREITO

Projeto Pedagógico do Curso de Direito

Marabá - Pará

Sumário

1.	APRESENTAÇÃO.....	8
2.	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	9
2.1.	HISTÓRICO DO CURSO	9
2.2.	Justificativa	12
2.3.	Características Gerais do Curso	14
2.3.1.	Forma de Ingresso	14
2.3.2.	Número de Vagas, Turno de Funcionamento e Período Letivo	14
2.3.3.	Modalidade de Oferta	15
2.3.4.	Habilitação e Título Conferido	15
2.3.5.	Duração, Carga horária, Regime acadêmico e Formas de oferta de atividades	15
3.	DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO	15
3.1.	Filosofia Geral do Curso - Fundamentos Norteadores: éticos, epistemológicos, didático-pedagógico	15
3.2.	Objetivos do Curso	18
3.2.1.	Geral	18
3.2.2.	Específicos	18
3.3.	Perfil do Profissional	19
3.4.	Competências e Habilidades	21
4.	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO	22
4.1.	Considerações Iniciais	22
4.2.	Trabalho de Conclusão de Curso	29
4.3.	Estágio Supervisionado	30
4.4.	Atividades complementares	31
4.5.	Articulação do Ensino com a Pesquisa e a Extensão	31
4.5.1.	Política de Pesquisa	31
4.5.2.	Política de Extensão	32
5.	INFRAESTRUTURA	33
5.1.	Humana	33
5.2.	Física	33
5.2.1.	Salas de aula	33
5.2.2.	Direção da Faculdade	33
5.2.3.	Núcleo de Prática Jurídica – NPJ	34
5.2.4.	Programa de Pesquisa e Extensão	34
5.2.5.	Sala de Multi-Uso	34
5.2.6.	Laboratórios	34
5.2.7.	Biblioteca	34
6.	POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL.....	35
7.	SISTEMA DE AVALIAÇÃO	36
7.1.	Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	36
7.2.	Avaliação do Processo Educativo	36
7.2.1.	Dos Discentes	37
7.2.2.	Dos Docentes	38
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CONSULTADAS.....	39
	LEI Nº 13.409, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016	41

9.	RELAÇÃO DE ANEXOS DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO.....	742
----	------------------------------------------------------------------	-----

1. APRESENTAÇÃO

Pensar na elaboração de um Projeto Político Pedagógico é pressupor mudanças. A própria palavra projeto dá uma idéia de movimento, de futuro. De acordo com Gadotti apud Veiga (2001), projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se. E um projeto voltado para a educação pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas.¹

A concepção política, que perpassa no projeto, envolve valores, por isso pressupõe compromisso com a formação do cidadão e/ou sujeito para viver em um determinado tipo de sociedade. E o pedagógico é o que define a intenção das ações educativas das instituições de ensino. Portanto, construir um projeto político pedagógico, significa pensar e refletir a qualidade de cidadão que queremos formar, que saberes se pretende priorizar e que tipo de sociedade se almeja para o futuro, articulado, é claro, aos interesses e necessidades da região, principalmente.

Em cumprimento ao que determina a Resolução CNE/CSE nº 9 de 29 de setembro de 2004 e em consonância com a realidade regional, a Faculdade de Direito em Marabá, atenta às novas demandas sociais, às alterações da Legislação, assim como às mais recentes discussões estabelecidas sobre os cursos da área jurídica, apresenta esta nova proposta de um Projeto Político Pedagógico. Sua construção aconteceu no decorrer de reuniões periódicas de professores, alunos e técnicos em assuntos educacionais nas dependências da Faculdade de Direito e teve como ponto de partida o conhecimento da realidade, principalmente do município de Marabá e dos circunvizinhos, visto que, uma das maiores críticas com relação às IES no Brasil é o distanciamento das condições objetivas da sociedade.²

O PPC da Faculdade de Direito, que ora apresentamos, reflete o compromisso dos sujeitos que compõem a referida Faculdade em relação à transformação da sociedade brasileira, mais especificamente a regional. Por ter sido construído coletivamente, representa o pensamento e a concepção de mundo da grande maioria da comunidade acadêmica do curso, assim como a intencionalidade da instituição. Ou seja, transcende a questão do fazer pedagógico, do ensinar e aprender, mas explicita os fundamentos teórico-metodológicos, as ações a serem

¹ VEIGA, I.P.A. (org.). Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível. 23ª ed. Campinas – SP: Papirus, 2001.

² Projeto Pedagógico da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais: Ciência do Estado e Governança Social. Silvia Mendes Berti (presidente), junho/2008.

implementadas, os objetivos, a avaliação e a visão político-pedagógica dos professores, técnicos e alunos que, coletivamente, elaboraram este Projeto.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1. Histórico do Curso

A primeira Faculdade de Direito do Brasil foi instalada no antigo convento do Largo do São Francisco em São Paulo no dia 11 de agosto de 1827, poucos anos após a Proclamação da Independência do Brasil. O objetivo inicial da Faculdade seria formar governantes e administradores públicos capazes de conduzir e/ou administrar o país recém-emancipado. Em 1930, o prédio foi incendiado e demolido, sendo construído no mesmo local o prédio das Arcadas da Faculdade de Direito, inaugurado em 1934. O projeto, de Severo Villares, tinha um estilo eclético: uma mistura de elementos barrocos ou neoclássicos. Personagens ilustres passaram por ali, como por exemplo, Rui Barbosa, o Barão do Rio Branco e outros. Desta Faculdade surgiram os mais notáveis movimentos políticos da história do País, dela emergiram 9 (nove) presidentes da República. A Faculdade de Direito foi a primeira a integrar a atual Universidade de São Paulo.

No Estado do Pará, mais especificamente em Belém, a Faculdade Livre de Direito conseguiu aprovar o seu primeiro estatuto em 11 de janeiro de 1902, portanto, o curso teve início no Séc. XX. A Faculdade Livre de Direito, a primeira Instituição de Ensino Superior do Estado do Pará e da Amazônia, foi instalada em um casarão situado na Praça da Trindade e reconhecida pelo Decreto 4.904 de 27 de julho de 1903. Era mantida pelos cofres estaduais até 1930.

Em 1931, através do Decreto nº 486 de 17 de setembro, a Faculdade deixa de ser Livre e passa a ser Estadual denominada Faculdade de Direito do Pará, sendo federalizada em 4 de dezembro de 1950 por força da Lei 1.254, constituindo, na mesma década na

Universidade Federal do Pará, criada pela Lei Federal nº3.191 de 2 de julho de 1957, sancionada pelo presidente da República Juscelino Kubitschek. O primeiro Reitor nomeado por Decreto Presidencial foi o Prof. Dr. Mário Braga Henriques. Até a década de 70 a UFPA era a única Instituição que ofertava o curso de Direito no Estado do Pará.

Em 1986, através da Resolução 1.355 de 3 de fevereiro de 1986, a UFPA implantou o Programa de Interiorização sob a perspectiva de ampliar e efetivar o papel da Instituição junto à sociedade. O objetivo inicial do Programa seria de qualificar professores da rede pública, nas diversas áreas de ensino, uma vez que, na época, era a principal demanda do interior do estado. A grande maioria dos professores não possuía Licenciatura e/ou formação específica para desenvolver suas atividades. Os primeiros cursos de licenciatura foram ofertados em regime intervalar, ou seja, somente em período de férias das escolas.

No Campus Universitário da UFPA em Marabá, foram implantados, em 1986, cinco (05) cursos na modalidade acima referida (intervalar): Letras, Matemática, Pedagogia, História e Geografia. Com a crescente expansão populacional e econômica da região Sul e Sudeste do Pará e a alta incidência de conflitos agrários, de exploração e extração de minérios, entre outros, surgiram outras demandas que exigiam outro tipo de pessoal qualificado; dentre estas, destaca-se o curso de Direito. A UFPA, conhecedora de todos os problemas acima citados, criou através da Resolução nº 2.129 de 18 de outubro de 1993, o curso de Direito nos Campi de Marabá e Santarém.

Em Marabá, a primeira turma iniciou suas atividades acadêmicas no 2º semestre de 1994. Nessa época o curso contava com apenas um professor substituto da disciplina Introdução Estudo do Direito. Portanto, no primeiro semestre da turma só foi ofertada uma disciplina específica do curso, as demais foram de outras áreas das Ciências Humanas. Até 1997, a contratação de professores ocorria através de concurso público, mas em caráter temporário. Somente em 1998, foram destinadas as primeiras vagas para professor efetivo para o curso de Direito do Campus de Marabá.

No decorrer de todos esses anos, “a Instituição tem se mantido firme no propósito de consolidar e ampliar o seu Programa de Interiorização, agora sob a égide de um novo modelo, dinâmico e flexível...”⁴.

O curso em questão tem passado por diversas transformações, tanto em termos curriculares como na própria visão de mundo da comunidade acadêmica que o compõe.

Por força de todas essas mudanças e, ainda, da resolução CNE/CSE nº 9 de 29 de setembro de 2004, os cursos das IES estão reformulando e/ou formulando um novo Projeto Político Pedagógico. Com o advento da Lei Federal n.º 12.824, sancionada em 05 de Junho de 2013, foi criada a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará – UFPA, como autarquia pública vinculada ao Ministério da Educação, com sede no município de Marabá, no Estado do Pará. A partir da criação da Unifesspa, além das 03 (três) unidades do Campus de Marabá, foram implantados, em 2014, 04 (quatro) novos campi: Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguara.

Em 11 de junho de 2014 foi aprovada a resolução nº 01 do Conselho Superior de Administração da Unifesspa – CONSAD, que em seu art. 5º, inciso V, a criação do Instituto de Estudos em Direito e Sociedade – IEDS. Posteriormente o Regimento *pro tempore* do Instituto de Estudos em Direito e Sociedade – IEDS foi aprovado no Conselho Universitário – CONSUN da Unifesspa, por meio da resolução nº 014, de 19 de Março de 2015, que em seu artigo 20, inciso I, dispõe que a Faculdade de Direito integra o IEDS, na qualidade de Subunidade Acadêmica. Sendo esta última responsável pelo ensino de graduação em direito, e por sua vez, integrada por uma Direção, um Conselho, uma Secretaria, um Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), um Centro de Assessoria Jurídica Popular (CEAJUP) e um Laboratório de Informática Jurídica.

⁴ PROF^a.DR^a. Marlene Rodrigues Medeiros Freitas – Universidade Multicampi: Conhecimento e tecnologia em favor do desenvolvimento do Pará – 2001-2005/ Universidade Federal do Pará. Belém: EDUFPA, 2005.

2.2. Justificativa

O Curso de Direito da Unifesspa está inserido em região que se pode afirmar como integrante da chamada área de fronteira agrícola, ou de expansão agromineral. Esta situação perdura desde o início da década de 1970 do século XX com a descoberta de riquezas minerais em Carajás, quando se aferiu o enorme potencial mineral da região e a possibilidade de sua exploração. Neste ínterim ainda se pode assinalar a presença do Exército brasileiro em razão da Guerrilha do Araguaia que se desenrolou nas cercanias de Marabá, nas cidades de Xambioá, São Geraldo e São Domingos do Araguaia. Este embate hoje pode ser visto entre duas concepções políticas, mas que no fundo possuíam o mesmo caráter nacionalista, embora se possa dizer que se o governo federal àquela época completamente militarizado, saiu vitorioso da disputa, que chegou ao campo militar apenas em razão de um acontecimento fortuito, que foi a construção da Rodovia Transamazônica, quando se descobriram a existência dos grupos guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil que pretendia implantar uma guerra de guerrilha de cunho maoísta, isto é, camponesa, mas que antes de estar consolidada foi descoberta pelos serviços de informação do governo central. Este item é assinalado em razão do fato de que o mote principal dos guerrilheiros era justamente a questão fundiária, a luta pela terra, demonstrando que estavam corretos do ponto de vista estratégico, porque esta se revelou nos anos seguintes a questão crucial da região, permanecendo até hoje como sendo um de seus problemas mais importante e que persiste como irresolvido. Inclusive diante desse quadro é que os setores governamentais procuraram implantar um sistema de colonização que acabou por não dar certo, aproveitando-se da inserção que a estrada fazia no hinterland amazônico.

Com mais de trinta anos após esse acontecimento, a questão agrária e fundiária persistem, se é que se pode diferenciá-las, impondo um ritmo diferenciado ao desenvolvimento local e regional; somando-se a elas, também como importante elemento de sua complexidade, a questão ecológica, que poderíamos chamar de “desenvolvimento regional sustentável”. Assim, ante toda a problemática que a questão fundiária e agrária demanda, pois como

dissemos permanecem irresolvidas, gerando toda sorte de conflito, alguns deles de cunho social tremendo, com sérios reflexos na administração pública local e no nível de vida da população regional; na atualidade surgiu nova complexidade, que é o aproveitamento racional do uso da terra e de seus recursos naturais, causando ainda, maior dificuldade e necessidade de implantação de políticas públicas sérias e objetivadas para a minoração desse quadro conflitual. Assim, a região é um foco permanente de conflitos de toda a natureza, nela se caracterizando um locus emblemático em razão de que convivem, lado a lado, diversos sistemas econômicos – ou práticas econômicas -, das mais adiantadas; algumas com recurso às últimas novidades no campo tecnológico e de reengenharia administrativa, como é o caso da própria Companhia Vale do Rio Doce S/A, hoje cognominada apenas Vale, e suas coligadas; e do outro lado, práticas que remontam ao mais atrasado sistema de servidão, que é o chamado aviamento, para se ter apenas um exemplo.

Deste modo, à disputa pela posse da terra, a presença dos chamados grandes projetos – cujo exemplo mais próximo é o Programa Grande Carajás, hoje extinto, revelando-se apenas a faceta megalomaniaca da Ditadura Militar, soma-se a agricultura de subsistência, confrontada com a exploração agropecuária de forma extensiva, fazendo surgir uma acirrada luta pela posse da terra rural que redundou e infelizmente ainda redundando em violência seletiva, já que são assassinados justamente os líderes rurais; o fracasso dos planos de colonização e/ou reforma agrária na região, e ainda, como um toque final, a exploração garimpeira, fez com que a região fosse assoberbada de modo impensável por uma intensa migração que causou um inchaço vertiginoso das cidades locais, quase todas, em sua imensa maioria, sem condições estruturais de receber tamanho aporte de pessoas, revelando-se assim, o problema habitacional, conjugado com uma insuperada crise dos serviços públicos municipais, que não possuem condições de suportar a intensidade da demanda a que foram submetidos; sem contar a questão de saneamento básico e, ultimamente, a questão do aumento incontrolável da violência e criminalidades urbanas. É nesse local privilegiado, assacado por uma contradição que salta aos olhos, inclusive ao

nível de senso comum, que é a riqueza da região em contraste com a pobreza de sua população – para não se dizer, a penúria da população.

É nesse caldo de cultura que se insere o Curso de Direito de Marabá, existente há mais de dez anos, mas sem conseguir obter sucesso naquilo a que se destina que é o respeito às leis, já que a região pode ser caracterizada, nesse aspecto, como um grande espaço onde a legislação é tão pouco aplicada, prevalecendo ainda a resolução dos conflitos interpessoais através da violência, como demonstram as freqüentes execuções sumárias que aconteçam todos os dias na zona urbana da cidade de Marabá, sem que as autoridades constituídas consigam ao menos paralisar esse nefasto costume. Para influir decisivamente nesta conjuntura agônica, deve o Curso de Direito se munir de instrumentais científicos e metodológicos necessários para dar conta dessa realidade tão complexa quanto cambiante, daí a necessidade de um projeto pedagógico para o curso, atuante e de fato interligado como o mundo a sua volta.

2.3. Características Gerais do Curso

2.3.1. Forma de Ingresso

Conforme dispõe o Regulamento de Ensino da Graduação da UNIFESSPA, em seu art. 13, “o ingresso aos cursos de graduação da UNIFESSPA, nas modalidades presencial e a distância, dar-se-á por meio de processo seletivo aprovado e regulado pelo CONSEPE, observada a legislação vigente.” Assim, no Curso de Direito da Unifesspa, o ingresso se dará por meio de processo seletivo em cumprimento ao que dispõe o referido dispositivo legal.

2.3.2. Número de Vagas, Turno de Funcionamento e Período Letivo

Atualmente, o Curso de Direito oferece 40 vagas. O turno de funcionamento dessas turmas será integral devido às disciplinas de Estágio Supervisionado que serão desenvolvidas no NPJ em horário diverso das demais disciplinas.

2.3.3. Modalidade de Oferta

O Curso de Direito será ofertado na modalidade presencial, distribuído conforme será demonstrado posteriormente no Desenho Curricular.

2.3.4. Habilitação e Título Conferido

Ao concluir o Curso de Direito o egresso receberá o diploma de Bacharel em Direito, o que o confere apenas o título de Bacharel.

2.3.5. Duração, Carga horária, Regime acadêmico e Formas de oferta de atividades

Os componentes curriculares do Curso de Direito estão distribuídos em 10 (dez) semestres perfazendo um total de 5 anos. Por conta disso, o tempo máximo para a integralização do curso são 7 (sete) anos e meio que correspondem a um total de 15 (quinze) semestres.

As atividades curriculares estão organizadas na forma paralela com carga horária total do curso é de **4678 horas**.

3. DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO

3.1. Filosofia Geral do Curso - Fundamentos Norteadores: éticos, epistemológicos, didático-pedagógico

O Curso de Direito da Unifesspa deve ter como princípio norteador a função social e emancipatória⁵ da sociedade, ou seja, seu fim maior deve ser o desenvolvimento dos grupos sociais vulneráveis por meio do aperfeiçoamento profissional dos operadores do direito, buscando desenvolver neles o compromisso com a justiça social em quaisquer ramos que atuem.

Dessa forma, o Curso de Direito assumirá um papel que possibilitará capacitar seus egressos tanto tecnicamente quanto política e socialmente. Esse parâmetro ético-social do Curso, centrado na emancipação da sociedade desvalida, o levará a extrapolar incessantemente as cercas da Universidade e estreitar laços interativos com a comunidade regional de forma a compreender suas necessidades

- principalmente daqueles segmentos historicamente alijados da justiça
- para contribuir e promover o seu desenvolvimento.

Para tanto, o professor do Curso de Direito será fundamental na construção do vínculo de compromisso do curso com os parâmetros de justiça social e de responsabilidade ético-social do discente. O professor terá como proposição o respeito aos conhecimentos prévios do aluno, a construção democrática de relações de aprendizado, o incentivo à crítica, à descoberta, às proposições práticas de mudanças e à responsabilidade social do aluno, visto que este aluno de Universidade Pública e gratuita deve ter um compromisso ético também com a comunidade de trabalhadores e trabalhadoras que financiam – por meio de suas contribuições fiscais – a sua formação acadêmica.

O ambiente acadêmico deve ser o propulsor das inter-relações, dos embates doutrinários, da efetiva participatividade, do convívio com a diversidade, da construção da tolerância, do aguçamento do senso crítico e do respeito para que possa possibilitar a construção de cidadãos e cidadãs democráticas, pois a Universidade não deve ser uma ilha e o ensino não deve ser fragmentado. A realidade social deve estar efetivamente presente no currículo e nos conteúdos acadêmicos.

Os conflitos agrários, a violência no campo, as relações de trabalho (situação de trabalhadores escravizados, explorados) a violência urbana e doméstica, a questão dos adolescentes e crianças em situação de risco, os grupos minoritários e/ou discriminados (índios, negros, portadores de necessidades especiais, sem-teto, sem-terra, homossexuais, mulheres, idosos, etc.), a corrupção no poder público, a crise do judiciário, o conservadorismo do direito e a sociedade civil, as ONGs e os movimentos sociais devem ser sujeitos e motivos presente para transversalizar os diversos conteúdos jurídicos, porque assim perfaz-se o caminho construtivo da práxis pedagógica que não nega a teoria jurídica (doutrina, jurisprudência e lei), mas promove o entrelace teórico com a vida real das pessoas e das instituições sociais corroborando, desta forma, com princípios estabelecidos pela UNIFESSPA para integração da pesquisa e extensão ao ensino e trabalhando metodologias que envolvem a articulação do conhecimento e saberes teóricos aplicados a situações reais.

⁵ Damos aqui o conceito de emancipação utilizado por Boaventura de Sousa Santos, para quem emancipação das classes populares significa o seu desenvolvimento social, económico, cultural, inclusive, governança democrática e participativa, formas solidárias de economia e geração de renda, garantia, acessibilidade e efetividade de justiça e direitos humanos e combate a todas as formas e modelos de segregação e exclusão socioeconómicas.

3.2. Objetivos do Curso

O panorama dessa região amazônica, em que o Campus Universitário de Marabá está inserido, revela a necessidade imperativa do Curso de Direito formar um profissional apto a atuar nesse cenário de tantas desigualdades sociais, em que os atores carecem de acesso à justiça – visto aqui como o acesso aos direitos fundamentais que garantam uma vida digna à população – e do exercício da cidadania. Por esse motivo, esta instituição de Ensino Superior terá como objetivo maior a formação voltada para a melhoria da qualidade de vida em todas as suas formas, bem como pela formação de um profissional que busque contribuir com o desenvolvimento do exercício da cidadania na diversidade amazônica, sem deixar de possibilitar a articulação e desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão visando o desenvolvimento integral da Ciência Jurídica.

Por conta disso, assim podemos sintetizar os objetivos:

3.2.1. Geral

Formar bacharéis em Direito numa perspectiva crítica construtora de uma nova práxis jurídica sedimentada na realidade social do seu tempo, aptos ao exercício da cidadania e da ordem constitucional democrática brasileira, defensores da ética, dos direitos humanos e dos direitos e garantias fundamentais, capacitados, profissionalmente, para atuar nos diversos campos do saber jurídico.

3.2.2. Específicos

Formar bacharéis em Direito com espírito científico aguçado, cujas habilidades de observação, análise, reflexão crítica, síntese, generalização e comunicação sejam desenvolvidas, a fim de torná-los qualificados técnica e socialmente para o exercício das diversas profissões na área jurídica

Proporcionar aos acadêmicos de Direito, formação técnica, científica e humanística na perspectiva das mudanças sociais da atualidade, tornando-o capaz de compreender e enfrentar as exigências teóricas e práticas da vida profissional e social do bacharel em Direito;

Formar profissionais capacitados para a defesa da cultura e dos direitos das comunidades tradicionais, bem como, preocupados com a preservação ambiental e capacitados para atuar na defesa da flora e fauna amazônica, visando à exploração sustentável dos ecossistemas amazônicos;

Desenvolver o conhecimento multidisciplinar e transversal, objetivando integrar ensino, pesquisa e extensão, como eixo básico estruturador do currículo para o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias;

Propiciar condições técnicas e materiais para que os estudantes elaborem o conhecimento crítico, na análise da Ciência Jurídica em confronto com a realidade social.

3.3. Perfil do Profissional

O Curso de Direito pretende formar um bacharel em Direito que assuma uma atitude crítica, filosófica e ética capaz de compreender o mundo e refletir sobre ele numa perspectiva de que ele é um agente transformador, sensível às necessidades sociais, culturais e ambientais do país e da região, primando pelo respeito ao ser humano, principalmente, numa perspectiva emancipatória.

Além disso, o art. 3º da Resolução CNE/CES Nº. 9, de 29 de setembro de 2004, recomenda que:

o curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

Assim, o Curso de Direito destina-se a proporcionar permanente formação humanística, técnico-jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais.

Desta feita, o egresso do Curso de Direito deve ser capaz de atender às exigências de seu cotidiano profissional pautando-se por uma conduta ética associada à responsabilidade social e profissional. Além disso, deve demonstrar:

- a) capacidade para equacionar problemas e buscar soluções a partir das demandas individuais e sociais peculiares ao espaço onde está inserido;
- b) capacidade de desenvolver formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos;
- c) capacidade de atuação individual e coletiva no exercício profissional;
- d) domínio da gênese, dos fundamentos, do processo histórico, do conteúdo do ordenamento jurídico vigente; e
- e) consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço.

Além do exposto, é necessário elencar como parte do perfil do bacharel em Direito, a habilidade de atuar como pesquisador sendo capaz de planejar, construir e colocar em prática projetos de pesquisa visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, assim incrementar a relação do homem com o meio em que vive, dando um enfoque regional e local, para assim, promover o desenvolvimento da sociedade brasileira, e em especial da amazônica.

3.4. Competências e Habilidades

Para alcançar os objetivos propostos e o perfil desejado, o bacharel em Direito do curso, deverá ter diversas competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica, tanto teórica quanto prática, independente de ter se dado de forma convencional ou fora dela. Assim, ele deve ser dotado de elevado senso crítico, em relação aos problemas brasileiros e amazônicos, considerando-os de forma holística, na integração das abordagens jurídica, humanística, social, cultural, econômica, política e ecológica.

Conforme dispõe o art. 4º da Resolução CNE/CES Nº. 9, *o curso de graduação em Direito deverá possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes habilidades e competências:*

- I- *leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;*
- II- *interpretação e aplicação do Direito;*
- III- *pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;*
- IV - *adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;*
- V - *correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;*
- VI - *utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;*
- VII - *juízo e tomada de decisões; e,*
- VIII - *domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.*

Destarte, o novo profissional do Direito deverá ser um profissional capaz de compreender o homem como elemento participante do processo, com direito à vida em ambiente saudável. Além de contribuir para a pacificação da sociedade, o profissional do Direito deve contribuir para o desenvolvimento ecologicamente sustentável, economicamente rentável e, sobretudo, socialmente justo.

Na área jurídica o profissional deve ter sólidos conhecimentos das ciências básicas e das várias especialidades da ciência indispensável a uma formação ampla

para o seu campo de atuação, além dos necessários conhecimentos na área humanística e social, de modo a torná-lo um profissional do seu tempo.

4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

4.1. Considerações Iniciais

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito, foi construído atendendo às novas diretrizes curriculares, estabelecidas pela Resolução nº 09 CNE/CES, em que dispõe no seu art. 5º que *o curso de graduação em Direito deverá contemplar, em seu Projeto Pedagógico e em sua Organização Curricular, conteúdos e atividades que atendam aos seguintes eixos interligados de formação:*

I - Eixo de Formação Fundamental, tem por objetivo integrar o estudante no campo, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber, abrangendo dentre outros, estudos que envolvam conteúdos essenciais sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia.

II - Eixo de Formação Profissional, abrangendo, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se necessariamente, dentre outros condizentes com o projeto pedagógico, conteúdos essenciais sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual; e

III - Eixo de Formação Prática, objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, especialmente nas atividades relacionadas com o Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Curso e Atividades Complementares.

Para alcançar o perfil profissional desejado novas atividades curriculares foram inseridas na tentativa de construir um perfil de formando mais voltado para as

questões sociais de sua época, buscando entender e atuar nas demandas emergentes da região em que está inserido.

As disciplinas que compõem os diversos eixos estão distribuídas ao longo dos cinco anos, agrupadas em bloco, por semestres. Assim, a opção do Curso de Direito foi pelo ensino integrado em blocos, muito embora esta ainda seja uma forma muito rígida de organizar as atividades acadêmicas curriculares. Entretanto, à medida que este projeto pedagógico seja implementado, o Conselho da Faculdade poderá, junto com a comunidade acadêmica, avaliar e decidir por uma outra forma de organização curricular que melhor atenda às especificidades do curso dentro da realidade em que ele se encontrar.

Cada bloco de disciplinas corresponde a um semestre letivo, configurando-se, assim, a forma de organização curricular, como seriada semestral.

As atividades curriculares estão elencadas de forma a possibilitar uma apreensão dos fenômenos da ciência jurídica, de maneira que os eixos interligados de formação encontram-se diluídos nos seguintes eixos de interesse:

1. Reflexão: Sociedade e Direito;
2. Garantias e direitos Fundamentais;
3. Cidadania e Direitos de Interesse Social;
4. Direitos Públicos e Sociais;
5. Ética e Meio Ambiente;
6. Direitos Coletivos e Seguridade Social;
7. Direitos Transindividuais, Pluralismo Jurídico e Pesquisa;
8. Pesquisa e Conhecimento Jurídico.

Cada eixo de interesse oferece um leque de disciplinas que vão desde a fundamentação teórica geral à construção gradativa de um saber específico, que articule o arcabouço teórico à prática do ensino e da pesquisa.

A organização curricular proposta explicita a significância da práxis como fator preponderante para o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias ao formando do Curso por meio do envolvimento acadêmico com o ensino, a pesquisa e a extensão, pretende-se utilizar como mecanismo de interação os Seminários Interdisciplinares.

As disciplinas são consideradas como meios para estudar determinados aspectos do eixo abrangente e estão aglutinadas em blocos que se constituem em um espaço interdisciplinar de diferentes áreas do saber. A partir desta concepção, propõe-se, a cada bloco, o Seminário Interdisciplinar a ser desenvolvido em torno de um tema comum de acordo com eixo de interesse possibilitando, deste modo, que

seja vivenciada uma práxis que vise a resolução de problemas no contexto social e regional em que esta inserido. Com isto, há que se contemplar uma dimensão prática que perpassa toda a formação do aluno, não exclusiva das disciplinas de prática jurídica.

O seminário interdisciplinar será um importante mecanismo do curso para articular ensino, pesquisa e extensão contribuindo para que a faculdade atenda a determinação legal de que 10% da carga horária total do curso seja destinada às atividades de extensão, visto que sua culminância se dará na socialização do saber acadêmico com a sociedade em geral por meio da apresentação de palestras, seminários, mini-cursos, oficinas e outras atividades que serão realizadas por docentes, discentes e técnicos da Faculdade.

Com o intuito de diversificar e enriquecer a formação acadêmica, cada discente deverá a partir do 9º semestre cursar 4 disciplinas, denominadas no desenho curricular de Atividades curricular optativa: I, II, III E IV , cada uma com carga horária de 68 horas, totalizando 272 h. O aluno terá de optar, dentre as disciplinas que compõem a relação abaixo, considerada a capacidade de oferta docente pela faculdade. por aquela que melhor atenda as suas necessidades formativas.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CH
DI	Técnica de Redação Jurídica	68
DI	Direito e Gênero	68
DI	Direito Econômico	68

DI	Tutela Jurídica da Flora e da Fauna	68
DI	Direito da Concorrência	68
DI	Linguagem e Argumentação Jurídica	68
DI	Criminologia	68
DI	Direito de Execução Penal	68
DI	Sociologia Criminal	68
DI	Temas Emergentes de Direito	68
DI	Instituições de Direito	68
DI	Instituições de Direito Público e Privado	68
DI	Direito da Sanidade Pública	68
DI	Direito do Terceiro Setor	68
DI	Direito dos Desportos	68
DI	Direito dos Transportes	68
DI	Direito Imobiliário	68
DI	Direito Urbanístico	68
DI	Mecanismos Alternativos de acesso à Justiça	68
DI	Temas Atuais do Direito	68
DI	Negociação, Conciliação e Mediação de Conflitos	68
	Língua Brasileira de Sinais	68

Assim sendo, a carga horária total do Curso é de 4678 horas distribuídas em 3570 horas de atividades acadêmicas curriculares obrigatórias, 578 horas de estágio curricular supervisionado, 170 horas de atividades curriculares para o TCC, além de 360 horas de atividades complementares para a integralização do currículo pleno.

Toda essa organização curricular está demonstrada no Desenho Curricular como segue:

EIXO DE INTERESSE: Reflexão: Sociedade e Direito		CARGA HORÁRIA		
ATIVIDADES CURRICULARES		Teórica	Prática	Total
BLOCO 1	Filosofia Jurídica	51	17	68
	Teoria Geral do Estado	51	17	68
	História do Direito	51	17	68
	Introdução ao Estudo do Direito	51	17	68
	Economia Política	51	17	68

	Ética Jurídica	34	-	34
	Metodologia do Trabalho Acadêmico	25	09	34
	SUBTOTAL POR BLOCO	314	94	408
	TOTAL GERAL	408 h		
Seminário Interdisciplinar I				
EIXO DE INTERESSE: Garantias e Direitos Fundamentais				
CARGA HORÁRIA				
	ATIVIDADES CURRICULARES	Teórica	Prática	Total
	Sociologia Jurídica	51	17	68
	Direito Civil I	51	17	68
	Direito Penal I	51	17	68
BLOCO 2	Direito Constitucional I	51	17	68
	Direito Financeiro	51	17	68
	Direitos Humanos	51	17	68
	SUBTOTAL POR BLOCO	306	102	408
	TOTAL GERAL	408 h		
Seminário Interdisciplinar II				
EIXO DE INTERESSE: Garantias e Direitos Fundamentais				
CARGA HORÁRIA				
	ATIVIDADES CURRICULARES	Teórica	Prática	Total
	Teoria Geral do Processo	51	17	68
	Direito Civil II	51	17	68
	Direito Penal II	51	17	68
BLOCO 3	Direito Constitucional II	51	17	68
	Direito Administrativo I	51	17	68
	Antropologia Jurídica	51	17	68
	Prática da Organização Judiciária	-	34	34
	SUBTOTAL POR BLOCO	306	136	442
	TOTAL GERAL	442 h		
Seminário Interdisciplinar III				
EIXO DE INTERESSE: Cidadania e Direitos de Interesse Social				
CARGA HORÁRIA				
	ATIVIDADES CURRICULARES	Teórica	Prática	Total
	Direito Constitucional III	25	09	34
	Direito Eleitoral	25	09	34
	Direito Civil III	51	17	68
BLOCO 4	Direito Penal III	51	17	68

	Direito Administrativo II	51	17	68
	Direito Processual Civil I	51	17	68
	Direito Processual Penal I	51	17	68
	Prática Simulada do Processo Constitucional	-	34	34
	SUBTOTAL POR BLOCO	306	136	442
	TOTAL GERAL	442 h		
Seminário Interdisciplinar IV				
EIXO DE INTERESSE: Cidadania e Direitos de Interesse Social				
CARGA HORÁRIA				
	ATIVIDADES CURRICULARES	Teórica	Prática	Total
	Direito Empresarial I	51	17	68
	Direito Civil IV	51	17	68
	Direito Penal IV	51	17	68
BLOCO 5	Direito Processual Civil II	51	17	68
	Direito Processual Penal II	51	17	68
	Direito Tributário	51	17	68
	Prática Simulada do Processo Penal	-	34	34
	SUBTOTAL POR BLOCO	306	136	442
	TOTAL GERAL	442 h		
Seminário Interdisciplinar V				
EIXO DE INTERESSE: Direitos Públicos e Sociais				
CARGA HORÁRIA				
	ATIVIDADES CURRICULARES	Teórica	Prática	Total
	Direito Falimentar	25	9	34
	Direito Civil V	51	17	68
	Direito Empresarial II	51	17	68
BLOCO 6	Direito Processual Civil III	51	17	68
	Direito Individual do Trabalho	51	17	68
	Prática Simulada do Processo Administrativo	-	34	34
	Prática Simulada do Processo Cível	-	34	34
	Prática Real I (Penal)	-	68	68
	SUBTOTAL POR BLOCO	229	213	442
	TOTAL GERAL	442 h		
Seminário Interdisciplinar VI				
EIXO DE INTERESSE: Ética e Meio Ambiente				
	CARGA HORÁRIA ATIVIDADES CURRICULARES	Teórica	Prática	Total
	Deontologia Profissional	25	09	34

BLOCO 7	Direito Civil VI	51	17	68	
	Medicina Legal	51	17	68	
	Direito Minerário e Recursos Hídricos	25	09	34	
	Direito Processual do Trabalho	51	17	68	
	Direito Ambiental	51	17	68	
	Prática Simulada do Processo Trabalhista	-	34	34	
	Prática Real II (Penal)	-	68	68	
SUBTOTAL POR BLOCO		254	188	442	
TOTAL GERAL		442 h			
Seminário Interdisciplinar VII					
EIXO DE INTERESSE: Direitos Coletivos e Seguridade Social			CARGA HORÁRIA		
BLOCO 8	ATIVIDADES CURRICULARES		Teórica	Prática	Total
	Direito do Consumidor		25	09	34
	Laboratório de Pesquisa Jurídica		25	09	34
	Direito Agrário		51	17	68
	Direito Coletivo do Trabalho		51	17	68
	Direito da Seguridade Social		51	17	68
	Direito da Propriedade Intelectual		51	17	68
	Prática Simulada do Processo Fiscal		-	34	34
	Prática Real III (Trabalhista)		-	68	68
	SUBTOTAL POR BLOCO		254	188	442
TOTAL GERAL		442 h			
Seminário Interdisciplinar VIII					
EIXO DE INTERESSE: Direitos Transindividuais, Pluralismo Jurídico e Pesquisa			CARGA HORÁRIA		
BLOCO 9	ATIVIDADES CURRICULARES		Teórica	Prática	Total
	Investigação Científica		-	68	68
	Biodireito e Bioética		25	09	34
	Direito Indígena e Afro-brasileiro		34	34	68
	Direito Florestal		25	09	34
	Direito dos Portadores de Necessidades Especiais		25	09	34
	Direito da Criança e do Adolescente		25	09	34
	Hermenêutica Jurídica		25	09	34
	Atividade Curricular Optativa I		51	17	68
	Prática Real IV (Cível)		-	68	68

		SUBTOTAL POR BLOCO		210
		232	442	
Seminário		TOTAL GERAL		
Interdisciplinar IX		442 h		
NÚCLEO DE INTERESSE: Pesquisa e Conhecimento Jurídico				
CARGA HORÁRIA				
ATIVIDADES CURRICULARES				
		Teórico	Prática	Total
BLOCO 10	Monografia Jurídica I	-	51	51
	Monografia Jurídica II	-	17	17
	Direito Internacional	51	17	68
	Prática Real V (Cível)	-	68	68
	Atividade Curricular Optativa II	51	17	68
	Atividade Curricular Optativa III	51	17	68
	Atividade Curricular Optativa IV	51	17	68
SUBTOTAL POR BLOCO		204	204	408
		TOTAL GERAL		
		408 h		
C. H. DAS ATIVIDADES CURRICULARES EM TODOS OS BLOCOS				
4318 h				
ATIVIDADES COMPLEMENTARES			360 h	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO				4678 h

4.2. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso é atividade obrigatória e será encaminhada a partir do oitavo bloco, perfazendo uma carga horária total de **170h**, por meio das atividades curriculares Laboratório de Pesquisa Jurídica, Investigação Científica e Monografia Jurídica I e II. O objetivo dessa distribuição é dar condições para que o aluno delimite seu tema, escolha o orientador e desenvolva a pesquisa no decorrer do último ano do curso, a fim de que possa ter maior facilidade na construção da monografia, obrigatória para a obtenção do grau, visto que o objetivo central deste trabalho é possibilitar a síntese e integração de conhecimentos e de conteúdos adquiridos ao longo do curso, através de produção escrita e apresentação pública, visando a sua atuação profissional. A avaliação do estudante na disciplina será realizada através da avaliação da defesa oral do trabalho, na disciplina Monografia I. Contudo, para que o aluno possa concluir o Curso ele

precisa transformar sua monografia em artigo científico, o que será feito em Monografia II.

Esta disciplina é responsabilidade de um único professor. Sua função é estabelecer com o aluno e professor estratégia conjunta para sintetizar a monografia dentro de um formato de artigo científico. É imperativo que essa disciplina aconteça, obrigatoriamente, logo após a defesa do TCC e antes de ser declarada a finalização oficial do curso. Desse modo, a produção do artigo seria a última atividade obrigatória do aluno e não mais a defesa de TCC. Entende-se que o artigo será de qualidade nestas condições, e constitui uma tarefa que beneficia o interesse do aluno, do orientador e da Faculdade de Direito.

O Conselho da Faculdade estabelecerá normas para a realização do TCC.

4.3. Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado é essencial para que o aluno alcance a consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, pois possibilita ao formando vivenciar a prática profissional revendo e aplicando os conhecimentos adquiridos durante a sua formação.

Em atendimento ao que dispõe a Resolução CNE/CES nº 03, de 14 de julho de 2017, que altera o art. 7º e parágrafos da Resolução nº 09/2004 CNE/CES, o Estágio Supervisionado será realizado nos termos do §1º e §2º da supracitada resolução.

O estágio supervisionado obrigatório será desenvolvido a partir do 3º bloco e está distribuído na disciplina de Prática da Organização Judiciária, nas seis disciplinas de Prática Simulada e nas cinco disciplinas de Prática Real, incluindo atuação no Núcleo de Prática Jurídica - NPJ, sempre em horário diverso do horário das disciplinas de natureza teórico-prática, perfazendo uma carga horária total de **578h**.

O estágio supervisionado não obrigatório será desenvolvido nos mais diversos órgãos de prática jurídica, de modo a consolidar os desempenhos profissionais dos discentes, inerentes ao perfil do formando, nas suas mais diferentes modalidades de operacionalização.

O Conselho da Faculdade estabelecerá normas para a regulamentação do Estágio supervisionado.

As atividades curriculares complementares, por se caracterizar pela flexibilização do tempo e do espaço para o exercício da autonomia do aluno na organização de seus horários e objetivos, bem como pela ênfase na orientação e na supervisão, elas se constituem práticas integradas, pois valorizam as atividades curriculares de diversas áreas, a iniciação à pesquisa, as vivências profissionais, os projetos, os eventos e as prestações de serviços, que desenvolvam as habilidades propostas nos eixos integrados e contribua para a formação do perfil desejado ao formando do Curso. No Curso de Direito, o aluno deve cumprir **360h** de Atividades Complementares ao longo do curso. E para efeito de Cálculo das horas válidas, caberá ao Conselho da Faculdade estabelecer normas para a regulamentação do horas complementares.

4.5. Articulação do Ensino com a Pesquisa e a Extensão

A articulação da pesquisa e extensão as atividades de ensino é um dos princípios que deve integrar quaisquer cursos de graduação ofertados na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, independente de sua modalidade e local de oferta, pois agrega à formação acadêmica o contato com a realidade local e a discussão de problemáticas relevantes para sociedade. Com o objetivo de atender a este compromisso a Faculdade de Direito apresenta como ocorrerá a relação do ensino com a pesquisa e a extensão no desenvolvimento das atividades curriculares do curso.

4.5.1. Política de Pesquisa

A Faculdade de tomará a pesquisa como base para o desenvolvimento das atividades curriculares, relacionando-a com o ensino e com a extensão. Considerando a pesquisa como uma incursão à realidade a partir da problematização de questões jurídicas e sociais, os docentes da Faculdade de Direito deverão incorporar a pesquisa às suas atividades curriculares através de ações que envolvem a elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos, o conhecimento de temáticas locais complementando o ensino efetivado em sala de aula.

Para, além disto, a Faculdade pretende incentivar a elaboração, produção e execução de projetos e programas de pesquisa pelos docentes, discentes e técnicos, respeitadas das linhas de pesquisa da Faculdade de Direito, havendo ou não apoio financeiro para esses projetos. Não existe ensino ou extensão sem pesquisa, devendo assim integrar as atividades pedagógicas da Faculdade Direito de forma integral e articulada com o ensino e a extensão.

Como um mecanismo para possibilitar tal integração, será implantado na Faculdade de Direito a Clínica de Direitos Humanos, a qual tem por finalidade primordial fomentar a pesquisa e a extensão, tanto na graduação como na pós-graduação *latu senso* e *strito sensu*, através da elaboração, produção e efetivação de projetos de pesquisa.

Outra ação importante é criação de grupos de pesquisa na Faculdade de Direito, coordenados por docentes. Tais grupos terão como finalidade incentivar e fomentar o debate sobre temas jurídicos.

4.5.2. Política de Extensão

Conforme estabelece o Plano Nacional de Educação e em obediência a este, o Regulamento de Graduação da Unifesspa, em seu artigo 63, § 2º, deve ser destinado o mínimo de 10% da carga horária total exigida para a integralização do curso.

Neste sentido, a Faculdade considera a extensão como uma incursão à realidade a partir da problematização de questões jurídicas e sociais envolvendo docentes, discentes e técnicos em sua efetivação.

Assim, busca-se com a realização dos Seminário Interdisciplinar momentos que envolvam diversas atividades decorrentes da relação entre o ensino, a pesquisa e extensão desenvolvidas ao longo das disciplinas.

Além disso, objetiva-se incentivar maior participação de discentes, docentes e técnicos administrativos nas atividades já executadas por meio dos programas e projetos de extensão da Faculdade de Direito. Têm-se atualmente, o **Programa de Extensão de Assessoria Jurídica Popular** –

CEAJUP, que atua no assessoramento de povos acampados em movimento sociais pela terra e moradias dignas na cidade de Marabá, bem como no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Neste contexto, as atividades de extensão realizadas na Faculdade de Direito deverão estar voltadas para a integral inserção do aluno na realidade social local, aprimorando deste modo, o conhecimento aferido em sala de aula, como ocorre nas disciplinas de Prática Real (que são cinco disciplinas de 68h), as quais desempenham uma prática extensionista muito importante.

5. INFRAESTRUTURA

5.1. Humana

A Faculdade de Direito atualmente conta com 10 (dez) professores efetivos, sendo 03 (três) doutores, 04 (Quatro) doutorandos, 03 (três) mestres, dos quais 09 (nove) são Dedicação Exclusiva e 01 (um) é Tempo Parcial.

A política de qualificação da Faculdade de Direito é regida pelas normas expressas na Resolução no. 012/2014/CONSEPE de 20 de maio de 2014, e pela Lei 12.772 de 28 de Dezembro de 2012.

O curso possui 5 (cinco) técnicos adiministrativos em educação.

5.2. Física

5.2.1. Salas de aula

A Faculdade de Direito conta hoje com 6 salas de aula, as quais são suficiente para atender a demanda do curso, visto que possuímos 05 (cinco) turmas regulares e uma turma especial criada no ano de 2016 (Direito da Terra) em cooperação técnica e financiamento do INCRA/PRONERA.

5.2.2. Direção da Faculdade

A Faculdade de Direito possui atualmente sala para a Direção, a qual é dividida em sala de Diretor, Sala de Secretaria Executiva e sala para armazenamento de arquivos.

5.2.3. Núcleo de Prática Jurídica – NPJ

O Núcleo de Prática Jurídica atualmente é desenvolvido em espaço próprio, o qual é dividido em espaço para a coordenação, salas de atendimento jurídico e espaço de espera.

5.2.4. Programa de Pesquisa e Extensão

A Faculdade de Direito atualmente possui dois espaços próprios para que os professores desenvolvam atividades de pesquisa e extensão. Uma sala com divisórias e outro espaço no qual se desenvolvem as atividades do CEAJUP.

5.2.5. Sala de Multi-Uso

Atualmente a Faculdade de Direito possui sala multiuso com as mais diversas possibilidades de configuração e utilização (reuniões de grupos de pesquisa e extensão, reuniões docentes e discentes, etc).

5.2.6. Laboratórios

No que se refere a infraestrutura de laboratórios, são utilizados pelo curso de Bacharelado em Direito um laboratório próprio, com infraestrutura satisfatória para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Além de laboratório próprio do Direito, há outro laboratório de informática destinado a utilização por todos os discentes da Unifesspa.

5.2.7. Biblioteca

Atualmente os discentes e docentes de Direito utilizam em grande medida o acervo existente na biblioteca do Campus 1, porém existindo mais duas unidades de biblioteca na cidade de Marabá (Campus 2 e Campus 3). Todos os servidores e alunos podem realizar consultas ao acervo on-line por

meio da plataforma SIGGA, e também de forma presencial nas bibliotecas. A biblioteca conta também com acesso ao portal de periódico da CAPES, que oferece textos completos em mais de 38 mil publicações periódicas, internacionais e nacionais.

6. POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

A Faculdade de Direito adota desde seu primeiro processo seletivo como Unifesspa ações referentes a políticas de inclusão. Dentre tais políticas implementadas estão: a adoção do Sistema de cotas, a seleção diferenciada de indígenas e quilombolas, a reserva de vagas para pessoas com deficiência e, é a única turma da região norte de bacharelado em direito vinculado ao programa nacional de educação na reforma agrária – PRONERA, tal turma é destinada a população jovem e adulta das famílias beneficiárias dos projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA.

Existe um programa de Concessão de Auxílios Permanência, Moradia, Transporte e Creche/Pré-Escola, para auxiliar na permanência dos discentes na Universidade (cujo edital é lançado pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis).

Os indígenas e quilombolas possuem uma bolsa própria, concedida pelo MEC, assim como a turma do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), que possui bolsa própria em razão de convênio existente entre UNIFESSPA e INCRA.

No âmbito da Universidade há o NAIA (Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica) que é um órgão suplementar da UNIFESSPA vinculado à Reitoria. O NAIA é um espaço pedagógico de atendimento educacional especializado a discentes e servidores com deficiência da UNIFESSPA, que desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão. O seu papel é contribuir com as demandas da Universidade no que concerne a política de acessibilidade e inclusão da comunidade universitária com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação. O NAIA presta auxílio a esses estudantes por meio de assistência social, fiscalização arquitetônica, e, quando solicitado, materiais adaptados e acompanhamento de

bolsista apoiador em sala de aula e/ou no contraturno. O NAIA também promove o lançamento de editais para auxílio para aquisição de material pedagógico e/ou recursos e equipamentos de tecnologias assistivas para discentes com deficiência.

Destaque-se, ainda, que UNIFESSPA conta com Programa de Monitoria, inclusive com programas específicos destinados a discentes indígenas e quilombolas.

A Unifesspa também conta com o DAPSI (Departamento de Apoio Psicossociopedagógico), que é um órgão ligado à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG). Trata-se de uma equipe multidisciplinar formada por assistente social, pedagogo e psicólogo, que oferece apoio psicopedagógico e social aos discentes, com o objetivo de otimizar a aprendizagem, a socialização e o protagonismo dos discentes na vida acadêmica.

7. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

7.1. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação é a ferramenta utilizada para auferir os pontos positivos e negativos de uma política e sugerir mudanças sempre na busca de uma excelência, ao considerarmos a missão da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Os objetos e critérios de avaliação podem e devem ser inúmeros, no entanto, com algum cuidado deve-se estabelecer quais são esses objetos de avaliação.

Deste modo, o PPC deve ser avaliado constantemente sob a tutela do Núcleo Docente Estruturante, envolvendo a participação de docentes, discentes e técnicos, além dos demais atores que possam atuar para o aperfeiçoamento e melhora constante.

7.2. Avaliação do Processo Educativo

A avaliação do processo educativo faz-se necessária para que se possa traçar um diagnóstico do processo ensino-aprendizagem a fim de melhorar as situações didáticas, alinhando-as a uma teoria da aprendizagem e a uma intencionalidade quando da propositura de uma determinada situação de aprendizagem. Partindo dessa concepção, considera-se que ao avaliar o processo educativo, professor e aluno são avaliados, pois as condições de aprendizagem dependem do professor enquanto gestor do processo de ensino e da aprendizagem, não só do aluno como um mero receptor. Neste sentido, a avaliação da eficácia do processo de ensino e da aprendizagem deve levar em conta todos os sujeitos envolvidos no fazer pedagógico para que juntos possam levantar os problemas enfrentados e traçar as soluções a tais problemas.

7.2.1. Dos Discentes

Considerando que este Projeto Pedagógico propõe formar um profissional que assuma uma atitude crítica, filosófica e ética capaz de compreender o mundo e refletir sobre ele numa perspectiva de que ele é um agente transformador, sensível às necessidades sociais, culturais e ambientais do país e da região, primando pelo respeito ao ser humano, principalmente, numa perspectiva emancipatória, os mecanismos de avaliação discente devem estar em consonância com esta

perspectiva, isto é, devem avaliar até que ponto o desenvolvimento do processo educativo vem atingindo as competências e habilidades necessárias ao aparelhamento técnico, mas, principalmente, o desenvolvimento humano e ético de sua formação e atuação.

Assim, os mecanismos de avaliação devem ser objeto de discussão a cada período letivo, quando do momento destinado ao Planejamento do Processo Educativo, devendo ficar a critério de cada professor das atividades curriculares. Contudo, propõe-se que, dada a natureza dialética do Direito, a avaliação discente leve em conta o domínio teórico e a postura crítica diante de “estudo de casos concretos” pertinente às matérias jurídicas colhidas na sociedade, bem como a capacidade de relacionar teoria e prática por meio de relatos e socialização de experiências de pesquisa e produção acadêmica em sala de aula (produção de textos dissertativos, seminários etc.) e em projetos de intervenção junto à comunidade interna e externa (oficinas, cursos, mini-cursos, jornadas e ciclos de palestras).

Conforme estabelece a legislação do Regimento Interno hoje vigente na Unifesspa, por força da resolução nº 04/2014 do CONSUN/UNIFESSPA, para fins de avaliação qualitativa e quantitativa dos conhecimentos serão atribuídos aos alunos os seguintes conceitos, equivalentes às notas:

EXC – Excelente (9,0 - 10,0)

BOM – Bom (7,0 - 8,9)

REG – Regular (5,0 - 6,9)

INS – Insuficiente (0 - 4,9)

Desta forma, considerar-se-á aprovado o discente que, na disciplina ou atividade correspondente, obtiver o conceito REG, BOM ou EXC e pelo menos setenta e cinco por cento (75%) de frequência nas atividades programadas.

7.2.2. Dos Docentes

Considerando que a proposta do Curso de Direito é tornar os momentos de Avaliação participativa, feitas ao término de cada período letivo, um momento de participação discente. Todos os alunos do Curso terão a oportunidade de responder os questionários de avaliação aplicados anualmente, em que serão

sistematizadas as questões relativas à avaliação do processo educativo pertinente a organização dos conteúdos ministrados, à metodologia empregada e à avaliação da aprendizagem, assiduidade, oratória, materiais didáticos utilizados, etc.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CONSULTADAS

BRASIL. **Lei n. 9131 de 24 de novembro de 1995**. Altera parcialmente a lei n. 4024/61.

BRASIL. **Lei n. 9795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 146/2002**, Brasília, 03 de abril de 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 67/2002**, Brasília, 11 de março de 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 55/2004**, Brasília, 18 de fevereiro de 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 01/2004**, Brasília, 17 de junho de 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 211/2004**, Brasília, 08 de julho de 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 09/2004**, Brasília, 29 de setembro de 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 18/2007**, Brasília, 18 de junho de 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES 29/2007**, Brasília, 1º de fevereiro de 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 08/2007**, Brasília, 31 de janeiro de 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES 236/2009**, Brasília, 07 de agosto de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 3284**, Brasília, 07 de novembro de 2003.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1/2004**. Fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012** . Analisa as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012** – Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº8.112, de 11 de dezembro de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Parecer CONAES nº 4, de 17/06/2010**. Sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 02/2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050/2004** - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

BRASIL. **Lei nº 10.098/2000**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5.296/2004**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 6.949/2009**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007;

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.611/2011**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a

educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências;

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 3.284/2003**, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

BRASIL. **Lei nº 13.409**, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5.626/2005**, 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 40**, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.795/1999**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 4.281/2002**, de 25 de junho de 2002 – Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.788/2008**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.134**, de 10 de outubro de 2016 – Revoga a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para o tema.

CARLOS, Ana Fani Alessandri & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Reformas da Educação: parâmetros curriculares**. São Paulo: Contexto, 1999.

JANTSCH, A. P. & BIANCHETTI, L. (Orgs.). **Interdisciplinaridade – para Além da Filosofia do Sujeito**. Petrópolis: Vozes, 2004.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 2ed. São Paulo: Cortez,

MOREIRA, A. F. & SILVA, T. T. (orgs.) **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

9. RELAÇÃO DE ANEXOS DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

Anexo I - Ata de aprovação do PP pela congregação da Faculdade;

Anexo II - Desenho curricular;

Anexo III - Contabilidade acadêmica;

Anexo IV - Atividades curriculares por período letivo;

Anexo V - Demonstrativo das atividades curriculares por habilidades e por competências;

Anexo VI - Ementas das disciplinas com bibliografia básica;

Anexo VII - Declaração de aprovação da oferta (ou possibilidade de oferta) da(s) atividade(s) curricular(es) pela unidade responsável;

ANEXOS

**ANEXO I - ATA DE APROVAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO PELO
CONSELHO DA FACULDADE**

ANEXO II: DESENHO CURRICULAR DO CURSO

NUCLEO	DIMENSAO (OU ÁREA)	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
EIXO DE FORMAÇÃO FUNDAMENTAL	Sociedade e Direito	Metodologia do Trabalho Científico	34
	Sociedade e Direito	Economia Política	68
	Sociedade e Direito	Introdução ao Estudo do Direito	68
	Sociedade e Direito	Filosofia Jurídica	68
	Garantias e Direitos Fundamentais	Sociologia Jurídica	68
	Garantias e Direitos Fundamentais	Antropologia Jurídica	68
	Sociedade e Direito	Ética Jurídica	34
	Sociedade e Direito	História do Direito	68
	Direitos Transindividuais, Pluralismo Jurídico e Pesquisa	Hermenêutica Jurídica	34
	Sociedade e Direito	Teoria Geral do Estado	68
SUBTOTAL POR NÚCLEO			578
EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Garantias e Direitos Fundamentais	Direitos Humanos	68
	Garantias e Direitos Fundamentais	Direito Constitucional I	68
	Garantias e Direitos Fundamentais	Direito Constitucional II	68
	Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Constitucional III	34
	Garantias e Direitos Fundamentais	Direito Administrativo I	68
	Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Administrativo II	68
	Garantias e Direitos Fundamentais	Direito Financeiro	68
	Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Tributário	68
	Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Eleitoral	34
	Pesquisa e Conhecimento Jurídico	Direito Internacional	68
	Garantias e Direitos Fundamentais	Direito Penal I	68
	Garantias e Direitos Fundamentais	Direito Penal II	68
	Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Penal III	68
	Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Penal IV	68
	Ética e Meio Ambiente	Medicina Legal	68
	Garantias e Direitos	Teoria Geral do Processo	68

Fundamentais		
Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Processual Civil I	68
Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Processual Civil II	68
Direitos Públicos e Sociais	Direito Processual Civil III	68
Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Processual Penal I	68
Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Processual Penal II	68
Ética e Meio Ambiente	Direito Processual do Trabalho	68
Garantias e Direitos Fundamentais	Direito Civil I	68
Garantias e Direitos Fundamentais	Direito Civil II	68
Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Civil III	68
Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Civil IV	68
Direitos Públicos e Sociais	Direito Civil V	68
Ética e Meio Ambiente	Direito Civil VI	68
Direitos Coletivos e Seguridade Social	Direito Agrário	68
Direitos Transindividuais, Pluralismo Jurídico e Pesquisa	Direito Florestal	34
Cidadania e Direitos de Interesse Social	Direito Empresarial I	68
Direitos Públicos e Sociais	Direito Empresarial II	68
Direitos Públicos e Sociais	Direito Falimentar	34
Direitos Coletivos e Seguridade Social	Direito da Propriedade Intelectual	68
Direitos Públicos e Sociais	Direito Individual do Trabalho	68
Direitos Públicos e Sociais	Direito Coletivo do Trabalho	68
Direitos Públicos e Sociais	Direito da Seguridade Social	68
Ética e Meio Ambiente	Direito Minerário e Recursos Hídricos	34
Ética e Meio Ambiente	Direito Ambiental	68
Direitos Coletivos e Seguridade Social	Direito do Consumidor	34

	Direitos Transindividuais, Pluralismo Jurídico e Pesquisa	Biodireito e Bioética	34
	Direitos Transindividuais, Pluralismo Jurídico e Pesquisa	Direito Indígena e Afro-brasileiro	68
	Direitos Transindividuais, Pluralismo Jurídico e Pesquisa	Direito dos Portadores de Necessidades Especiais	34
	Direitos Transindividuais, Pluralismo Jurídico e Pesquisa	Direito da Criança e do Adolescente	34
SUBTOTAL POR NÚCLEO			2686
<u>EIXO DE FORMAÇÃO PRÁTICA</u>	Ética e Meio Ambiente	Deontologia Profissional	34
	Garantias e Direitos Fundamentais	Prática de Organização Judiciária	34
	Direitos Coletivos e Seguridade Social	Laboratório de Pesquisa Jurídica	34
	Direitos Transindividuais, Pluralismo Jurídico e Pesquisa	Investigação Científica	68
	Pesquisa e Conhecimento Jurídico	Monografia Jurídica I	51
	Pesquisa e Conhecimento Jurídico	Monografia Jurídica II	17
	Cidadania e Direitos de Interesse Social	Prática Simulada do Processo Constitucional	34
	Direitos Públicos e Sociais	Prática Simulada do Processo Administrativo	34
	Direitos Públicos e Sociais	Prática Simulada do Processo Cível	34
	Ética e Meio Ambiente	Prática Simulada do Processo Trabalhista	34
	Direitos Coletivos e Seguridade Social	Prática Simulada do Processo Fiscal	34
	Cidadania e Direitos de Interesse Social	Prática Simulada do Processo Penal	34
	Direitos Públicos e Sociais	Prática Real I (Penal)	68
	Ética e Meio Ambiente	Prática Real II (Penal)	68
	Direitos Coletivos e Seguridade Social	Prática Real III (Trabalhista)	68
Direitos Transindividuais,	Prática Real IV (Cível)	68	

	Pluralismo Jurídico e Pesquisa		
	Pesquisa e Conhecimento Jurídico	Prática Real V (Cível)	68
SUBTOTAL POR NÚCLEO			782
EIXO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA (DISCIPLINAS OPTATIVAS)	DIREITO	Técnica de Redação Jurídica	68
	DIREITO	Direito e Gênero	68
	DIREITO	Direito Econômico	68
	DIREITO	Tutela Jurídica da Flora e da Fauna	68
	DIREITO	Direito da Concorrência	68
	DIREITO	Linguagem e Argumentação Jurídica	68
	DIREITO	Criminologia	68
	DIREITO	Direito de Execução Penal	68
	DIREITO	Sociologia Criminal	68
	DIREITO	Temas Emergentes de Direito	68
	DIREITO	Instituições de Direito	68
	DIREITO	Instituições de Direito Público e Privado	68
	DIREITO	Direito da Sanidade Pública	68
	DIREITO	Direito do Terceiro Setor	68
	DIREITO	Direito dos Desportos	68
	DIREITO	Direito dos Transportes	68
	DIREITO	Direito Imobiliário	68
	DIREITO	Direito Urbanístico	68
	DIREITO	Mecanismos Alternativos de acesso à Justiça	68
	DIREITO	Temas Atuais do Direito	68
DIREITO	Negociação, Conciliação e Mediação de Conflitos	68	
		Língua Brasileira de Sinais	68
SUBTOTAL POR NÚCLEO (*Neste núcleo o aluno deverá cursar 4 disciplinas)			272*
Atividades Complementares			360
TOTAL DO CURSO			4678

ANEXO III - CONTABILIDADE ACADÊMICA

UNIDADE RESPONSÁVEL PELA OFERTA	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL		
		TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
		DI	Antropologia Jurídica	51
DI	Atividade Curricular Optativa I	51	17	68
DI	Atividade Curricular Optativa II	51	17	68
DI	Atividade Curricular Optativa III	51	17	68
DI	Atividade Curricular Optativa IV	51	17	68
DI	Biodireito e Bioética	25	09	34
DI	Deontologia Profissional	25	09	34
DI	Direito Administrativo I	51	17	68
DI	Direito Administrativo II	51	17	68
DI	Direito Agrário	51	17	68
DI	Direito Ambiental	51	17	68
DI	Direito Civil I	51	17	68
DI	Direito Civil II	51	17	68
DI	Direito Civil III	51	17	68
DI	Direito Civil IV	51	17	68
DI	Direito Civil V	51	17	68
DI	Direito Civil VI	51	17	68
DI	Direito Coletivo do Trabalho	51	17	68
DI	Direito Constitucional I	51	17	68
DI	Direito Constitucional II	51	17	68
DI	Direito Constitucional III	25	09	34
DI	Direito da Criança e do Adolescente	25	09	34
DI	Direito da Propriedade Intelectual	51	17	68
DI	Direito da Seguridade Social	51	17	68
DI	Direito do Consumidor	25	09	34
DI	Direito das Pessoas com Deficiência	25	09	34

DI	Direito Eleitoral	25	09	34
DI	Direito Empresarial I	51	17	68
DI	Direito Empresarial II	51	17	68
DI	Direito Falimentar	25	9	34
DI	Direito Financeiro	51	17	68
DI	Direito Florestal	25	09	34
DI	Direito Indígena e Afro-brasileiro	34	34	68
DI	Direito Individual do Trabalho	51	17	68
DI	Direito Internacional	51	17	68
DI	Direito Minerário e Recursos Hídricos	25	09	34
DI	Direito Penal I	51	17	68
DI	Direito Penal II	51	17	68
DI	Direito Penal III	51	17	68
DI	Direito Penal IV	51	17	68
DI	Direito Processual Civil I	51	17	68
DI	Direito Processual Civil II	51	17	68
DI	Direito Processual Civil III	51	17	68
DI	Direito Processual do Trabalho	51	17	68
DI	Direito Processual Penal I	51	17	68
DI	Direito Processual Penal II	51	17	68
DI	Direito Tributário	51	17	68
DI	Direitos Humanos	51	17	68
FCSAT	Economia Política	51	17	68
DI	Ética Jurídica	34	-	34
DI	Filosofia Jurídica	51	17	68
DI	Hermenêutica Jurídica	25	09	34
DI	História do Direito	51	17	68
DI	Introdução ao Estudo do Direito	51	17	68
DI	Investigação Científica	0	68	68
FCSAT	Laboratório de Pesquisa Jurídica	25	09	34
DI	Medicina Legal	51	17	68
FCSAT	Metodologia do Trabalho Científico	25	09	34
DI	Monografia Jurídica I	0	51	51

DI	Monografia Jurídica II	0	17	17
DI	Prática da Organização Judiciária	51	17	68
DI	Prática Real I (Penal)	0	68	68
DI	Prática Real II (Penal)	0	68	68
DI	Prática Real III (Trabalhista)	0	68	68
DI	Prática Real IV (Cível)	0	68	68
DI	Prática Real V (Cível)	0	68	68
DI	Prática Simulada do Processo Administrativo	0	34	34
DI	Prática Simulada do Processo Cível	0	34	34
DI	Prática Simulada do Processo Constitucional	0	34	34
DI	Prática Simulada do Processo Fiscal	0	34	34
DI	Prática Simulada do Processo Penal	0	34	34
DI	Prática Simulada do Processo Trabalhista	0	34	34
DI	Sociologia Jurídica	51	17	68
DI	Teoria Geral do Estado	51	17	68
DI	Teoria Geral do Processo	51	17	68
SUBTOTAL		2689	1629	4318
Atividades Complementares				360
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO				4678

DISTRIBUIÇÃO E CARGA HORÁRIA DE CADA COMPONENTE CURRICULAR E A CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO:

Atividades Acadêmicas Curriculares (disciplinas)	3570
Estágio Curricular Supervisionado	578
Disciplinas de TCC	170
Atividades Complementares	360
CARGA HORÁRIA TOTAL	4678

ANEXO IV - ATIVIDADES CURRICULARES POR PERÍODO LETIVO

PERÍODO LETIVO	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
1º	Filosofia Jurídica	68
	Teoria Geral do Estado	68
	História do Direito	68
	Introdução ao Estudo do Direito	68
	Economia Política	68
	Ética Jurídica	34
	Metodologia do Trabalho Científico	34
SUBTOTAL		408
2º	Sociologia Jurídica	68
	Direito Civil I	68
	Direito Penal I	68
	Direito Constitucional I	68
	Direito Financeiro	68
	Direitos Humanos	68
SUBTOTAL		408
	Teoria Geral do Processo	68
	Direito Civil II	68
	Direito Penal II	68
	Direito Constitucional II	68
	Direito Administrativo I	68
	Antropologia Jurídica	68
	Prática da Organização Judiciária	34
SUBTOTAL		442
4º	Direito Constitucional III	34
	Direito Eleitoral	34
	Direito Civil III	68
	Direito Penal III	68
	Direito Administrativo II	68
	Direito Processual Civil I	68

	Direito Processual Penal I	68
	Prática Simulada do Processo Constitucional	34
SUBTOTAL		442
5º	Direito Empresarial I	68
	Direito Civil IV	68
	Direito Penal IV	68
	Direito Processual Civil II	68
	Direito Processual Penal II	68
	Direito Tributário	68
	Prática Simulada do Processo Penal	34
SUBTOTAL		442
6º	Direito Falimentar	34
	Direito Civil V	68
	Direito Empresarial II	68
	Direito Processual Civil III	68
	Direito Individual do Trabalho	68
	Prática Simulada do Processo Administrativo	34
	Prática Simulada do Processo Cível	34
	Prática Real I (Penal)	68
SUBTOTAL		442
7º	Deontologia Profissional	34
	Direito Civil VI	68
	Medicina Legal	68
	Direito Minerário e Recursos Hídricos	34
	Direito Processual do Trabalho	68
	Direito Ambiental	68
	Prática Simulada do Processo Trabalhista	34
	Prática Real II (Penal)	68
SUBTOTAL		442
8º	Direito do Consumidor	34
	Laboratório de Pesquisa Jurídica	34
	Direito Agrário	68
	Direito Coletivo do Trabalho	68

	Direito da Seguridade Social	68
	Direito da Propriedade Intelectual	68
	Prática Simulada do Processo Fiscal	34
	Prática Real III (Trabalhista)	68
SUBTOTAL		442
9º	Investigação Científica	68
	Biodireito e Bioética	34
	Direito Indígena e Afro-brasileiro	68
	Direito Florestal	34
	Direito das Pessoas com Deficiência	34
	Direito da Criança e do Adolescente	34
	Hermenêutica Jurídica	34
	Atividade Curricular Optativa I	68
	Prática Real IV (Cível)	68
SUBTOTAL		442
10º	Monografia Jurídica I	51
	Monografia Jurídica II	17
	Direito Internacional	68
	Prática Real V (Cível)	68
	Atividade Curricular Optativa II	68
	Atividade Curricular Optativa III	68
	Atividade Curricular Optativa IV	68
SUBTOTAL		408
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		360
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		4678

ANEXO V: DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES CURRICULARES POR COMPETÊNCIA E HABILIDADES

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

COMPETÊNCIAS	HABILIDADES	ATIVIDADES CURRICULARES
Compreender o Direito no debate cultural, relacionado inclusive com o sistema constitucional brasileiro, aumentando o entendimento a respeito dos valores sociais; do conhecimento técnico e antropológico sobre a arbitragem, mediação e conciliação e o conhecimento da realidade dos povos indígenas da Amazônia	Fazer análise crítica sobre o impacto do Direito sobre a Cultura e vice-versa; conviver durante com as diferenças culturais; ser crítico em relação ao papel do pluralismo jurídico.	Antropologia Jurídica
Analisar as complexas questões jurídicas que surgem em decorrência dos avanços tecnológicos e científicos de forma interdisciplinar e abrangente.	Dominar noções introdutórias: o objeto e divisão do Biodireito; Conhecimento teórico e uma práxis que implique numa percepção interdisciplinar entre as questões da área da saúde e a dogmática jurídica.	Biodireito e Bioética
Aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam Deontologia Profissional, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.	Saber distinguir os vários institutos da Deontologia Profissional, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também estes conhecimentos na realidade em que está inserido.	Deontologia Profissional

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Administrativo, como o ato administrativo e suas espécies, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Administrativo, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Administrativo na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Administrativo I</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Administrativo, como o contrato administrativo e suas espécies e também o processo administrativo, assim relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Administrativo, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Administrativo na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Administrativo II</p>
<p>Distinguir e correlacionar os institutos de direito público e privado; Adquirir conhecimentos sobre o Direito Agrário com configuração imposta pela ordem constitucional vigente; aprender os ensinamentos doutrinários e desenvolver o espírito crítico diante de toda problemática que envolve o Direito Agrário no Brasil, priorizando os direitos dos cidadãos; aprender a identificar o papel do Direito Agrário na sociedade, em constante transformação</p>	<p>Leitura e compreensão de textos e documentos; pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do direito; utilização de instrumentos e técnicas para conhecimento e exercício do direito; interpretação e aplicação do direito; equacionamento de problemas em harmonia com as exigências sociais, inclusive mediante o emprego de meios extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos</p>	<p>Direito Agrário</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá conhecer os principais problemas ambientais, soluções através do desenvolvimento sustentável, a política ambiental constitucional e regional brasileira, e seus mecanismos de efetividade e os meios de tutela do meio ambiente.</p>	<p>A partir do conhecimento da questão ambiental, o aluno terá uma visão panorâmica crítica capaz de coadunar os problemas ambientais e o desenvolvimento Sustentável, bem como terá conhecimento do aspecto processual administrativo, civil e penal em processos de tutela de meio ambiente e crime ambiental.</p>	<p>Direito Ambiental</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Civil, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Civil, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Civil na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Civil I</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Civil, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Civil, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Civil na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Civil II</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Civil, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Civil, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Civil na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Civil III</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Civil, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Civil, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Civil na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Civil IV</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Civil, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Civil, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Civil na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Civil V</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Civil, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Civil, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Civil na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Civil VI</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá conhecer os institutos de Direito Coletivo, de organização sindical e o poder de flexibilização dos sindicatos, bem como os meios de solução desses conflitos coletivos.</p>	<p>Identificar e conhecer os institutos de Direito Coletivo, de organização sindical e os meios de solução dos conflitos coletivos, desenvolvendo a prática jurídica com a aplicação de todos os fundamentos da disciplina bem como de ramos conexos do direito, elaborando textos e peças processuais inerentes a matéria.</p>	<p>Direito Coletivo do Trabalho</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Constitucional, relacionando-os com outros ramos do Direito, principalmente no que diz respeito aos Direitos Humanos.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Constitucional, sabendo interliga-los aos demais ramos do Direito, possibilitando também a aplicação do Direito Constitucional na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Constitucional I</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Constitucional, relacionando-os com outros ramos do Direito, principalmente no que diz respeito a formação do Estado e a organização judiciária.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Constitucional, sabendo interliga-los aos demais ramos do Direito, possibilitando também a aplicação do Direito Constitucional na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Constitucional II</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Constitucional, relacionando-os com outros ramos do Direito, principalmente com o Direito Tributário e o com Direito Financeiros e também com as questões sociais relevantes.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Constitucional, sabendo interliga-los aos demais ramos do Direito, possibilitando também a aplicação do Direito Constitucional na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Constitucional III</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito da Criança e do Adolescente, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito da Criança e do Adolescente, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito da Criança e do Adolescente na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito da Criança e do Adolescente</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito da Propriedade Intelectual, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito da Propriedade Intelectual, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito da Propriedade Intelectual na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito da Propriedade Intelectual</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito da Seguridade Social, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito da Seguridade Social, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito da Seguridade Social na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito da Seguridade Social</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito do Consumidor, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito do Consumidor, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito do Consumidor na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito do Consumidor</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito dos Portadores de Necessidades Especiais, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito das Pessoas com deficiência, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito das Pessoas com deficiência na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito das Pessoas com Deficiência</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Eleitoral, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Eleitoral, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Eleitoral na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Eleitoral</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Empresarial, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Empresarial, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Empresarial na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Empresarial I</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Empresarial, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Empresarial, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Empresarial na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Empresarial II</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Falimentar, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Falimentar, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Falimentar na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Falimentar</p>

<p>Proporcionar ao acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará - Campus Marabá o conhecimento sobre o Direito Financeiro enquanto ramo da ciência jurídica, os elementos da atividade financeira do Estado e principais institutos do Direito Financeiro, e assim ter condições de analisar a questão das receitas e despesas do Estado, compreendendo a concepção de tributos e a diferenciação de cada espécie tributária, partindo-se de uma análise da constituição federal e do CTN, e sua relação com outros ramos do direito.</p>	<p>Ter condições de entender o que seja tributo, como são instituído, distinguindo cada espécie tributária partindo-se da observação da Constituição Federal, analisando criticamente a legalidade de um tributo que venha a ser instituído ou a cobrança daqueles já existentes, bem como, entender as Despesas Públicas e Receita Públicas Originárias e Derivadas.</p>	<p>Direito Financeiro</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Florestal, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Florestal, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Florestal na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Florestal</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Indígena e Afro-Brasileiro, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Indígena e Afro-Brasileiro, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Indígena e Afro-Brasileiro na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Indígena e Afro-brasileiro</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir visão crítica quanto a relação capital trabalho, o porque do surgimento do direito do trabalho no Brasil e no mundo, bem como, adquirir conhecimento suficientes para diferenciar relação de trabalho e relação de emprego, bem como identificar os elementos caracterizadores da relação de emprego e os direitos trabalhistas consolidados em nosso ordenamento jurídico, relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>Identificar a origem e as mudanças que ocorrem no Direito do Trabalho em razão das mudanças que ocorrem na legislação e nas relações social no Brasil e no mundo; distinguir a relação de emprego da relação de trabalho; identificar elementos e características do contrato de trabalho.</p>	<p>Direito Individual do Trabalho</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Internacional, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Internacional, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Internacional na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Internacional</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Minerário e Recursos Hídricos, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Minerário e Recursos Hídricos, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Minerário e Recursos Hídricos na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Minerário e Recursos Hídricos</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Penal Brasileiro, sabendo relaciona-los com outros ramos do Direito e das chamadas ciências auxiliares e afins.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários princípios e institutos do Direito Penal, presentes na Parte Geral do Código Penal Brasileira, como aplicação da lei penal no tempo e no espaço, teoria do crime, tipicidade, culpabilidade e antijuridicidade, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Penal na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Penal I</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Penal Brasileiro, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito, ciências auxiliares e afins.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Penal, presentes na Parte Geral do Código Penal Brasileira, como pena, medida de segurança, ação penal e causas de extinção de punibilidade, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Penal na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Penal II</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Penal Brasileiro, sabendo relacioná-los com os demais ramos do Direito, ciências auxiliares e afins.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Penal, principalmente os tipos penais prescritos na Parte Especial do Código Penal, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Penal na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Penal III</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Penal, sabendo relacioná-los com outros ramos do Direito e ciências auxiliares e afins.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Penal, principalmente os tipos penais prescritos na Parte Especial do Código Penal, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Penal na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Penal IV</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Processual Civil, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Processual Civil, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Processual Civil na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Processual Civil I</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam Direito Processual Civil II, a fim de reconhecer o recurso a ser utilizado no caso concreto.</p>	<p>Compreender os vários tipos de recursos como requisito importante para o entendimento e aplicação ao caso concreto.</p>	<p>Direito Processual Civil II</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam Direito Processual Civil III, a fim de reconhecer se deve ser utilizado o processo de execução ou cautelar, assim como sua aplicação no caso concreto.</p>	<p>Compreender os vários processo de execução e cautelar , como requisito importante para o entendimento e aplicação ao caso concreto.</p>	<p>Direito Processual Civil III</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá conhecer o processo trabalhista, com suas peculiaridades e ritos, bem como a utilização subsidiária do processo Civil, identificando os institutos afins e antagônicos.</p>	<p>Identificar e conhecer as peculiaridades do processo do trabalho individual e coletivo, em todas as suas fases, e a possibilidade/oportunidade de utilização subsidiária do Processo Civil, desenvolver a prática jurídica com a aplicação de todos os fundamentos da disciplina bem como de ramos conexos do direito, elaborando textos e peças jurídicas com autonomia e criatividade.</p>	<p>Direito Processual do Trabalho</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Processual Penal, relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Processual Penal, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Processual Penal na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Processual Penal I</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Processual Penal, relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Processual Penal, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Processual Penal na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Processual Penal II</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará -Campus Marabá, ter condições de com base nos princípios constitucionais tributários, na competência prevista na Constituição Federal, entender e analisar o sistema tributário nacional, bem como, distinguir o momento em que a obrigação tributária poderá ser cobrada, as causas de suspensão, extinção, exclusão do crédito tributário, bem como, ter subsídios para apresentar defesas e recursos em processos administrativos e judiciais tributários.</p>	<p>Ter condições de avaliar a situação de cobrança indevida, a inconstitucionalidade da instituição de um tributo, fundamentar defesas e recursos em processos administrativos e judiciais, fazendo a correlação com outros ramos do direito quando necessário, entendendo com funciona o sistema constitucional tributário.</p>	<p>Direito Tributário</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a Disciplina Direitos Humanos, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da Disciplina Direitos Humanos, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da Disciplina Direitos Humanos na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direitos Humanos</p>
<p>Incluir no curso de Direito conhecimento especializado em Economia Política Constitucional; promover uma releitura jurídica sobre os textos clássicos de Adam Smith e Karl Marx; reforçar a base teórica do aluno relacionada com a Teoria Geral da Racionalidade Econômica</p>	<p>Criticar os clássicos da Economia Política a partir do conhecimento jurídico contemporâneo; fazer relatórios técnico-científicos dentro da área tridimensional da Economia Política Constitucional, aplicando o conceito da racionalidade econômica; relacionar o conhecimento da Racionalidade com o cotidiano do cidadão e dos governantes; ser crítico, abstraindo a importância das categorias básicas da Microeconomia aplicadas no conhecimento do cotidiano.</p>	<p>Economia Política</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Ética Jurídica, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Ética Jurídica, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Ética Jurídica na realidade em que está inserido.</p>	<p>Ética Jurídica</p>

<p>Análise e síntese do conceito de Direito; Sistematização e inventário das idéias relacionadas com o fenômeno jurídico; debate sobre a prática jurídica a partir de uma linguagem abstrata; produção de conhecimento jusfilosófico.</p>	<p>Conceituar o Direito; fazer uma análise filosófica; conviver, positivamente, com as diferentes abordagens do Direito, constatando que todas elas apresentam alguma sabedoria; saber ser um agente pensador sobre a sua prática acadêmica e jurídica, admitindo, neste caso, a aplicação necessária de certas categorias que são disponibilizadas pela Filosofia.</p>	<p>Filosofia Jurídica</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Hermenêutica Jurídica, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Hermenêutica Jurídica, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Hermenêutica Jurídica na realidade em que está inserido.</p>	<p>Hermenêutica Jurídica</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina História do Direito, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina História do Direito, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina História do Direito na realidade em que está inserido.</p>	<p>História do Direito</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Introdução ao Estudo do Direito, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Introdução ao Estudo do Direito, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Introdução ao Estudo do Direito na realidade em que está inserido.</p>	<p>Introdução ao Estudo do Direito</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação às várias possibilidades que norteiam e formam a disciplina Investigação Científica, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber explorar as várias possibilidades da disciplina Investigação Científica, sabendo aplicá-las aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Investigação Científica na realidade em que está inserido.</p>	<p>Investigação Científica</p>
<p>Incluir experiência de pesquisa científica na formação curricular do aluno de Direito; sistematizar o conhecimento jurídico e o fazer metodológico ao longo do desenvolvendo de determinada epistemologia jurídica; acrescentar dados empíricos na construção do TCC.</p>	<p>Saber concretizar o seu projeto de pesquisa; fazer pesquisa de campo; saber conviver com outros atores importantes na construção da sua pesquisa, além do orientador; ser responsável e ter controle de qualidade sobre os dados que lhe interessam a partir do método jurídico que foi adotado oficialmente.</p>	<p>Laboratório de Pesquisa Jurídica</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Medicina Legal, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Medicina Legal, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Medicina Legal na realidade em que está inserido.</p>	<p>Medicina Legal</p>
<p>Incluir na formação do aluno de Direito conhecimento normativo da ABNT; Desenvolver o senso crítico, racional e emocional no campo da Ciência; Preparar o aluno de Direito com instrumentais que facilitarão as demandas relacionadas aos trabalhos acadêmicos.</p>	<p>Pesquisar e localizar as regras do trabalho acadêmico; saber fazer trabalhos acadêmicos como paper, artigos, relatórios, resumos, resenhas, fichamentos e seminários; conviver, nesta disciplina, com os colegas no processo de construção e apreciação dos seminários; reconhecer a importância em ser um estudante autônomo, crítico e livre para aumentar seus conhecimentos normativos, tendo em vista a complexidade do tema e a prática acadêmica exigida ao longo do curso.</p>	<p>Metodologia do Trabalho Científico</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação a disciplina Monografia Jurídica, principalmente no que diz respeito à elaboração do Projeto de Pesquisa, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir as várias possibilidades de conhecimento e investigação científica disponibilizados pela disciplina Monografia Jurídica, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Monografia Jurídica na realidade em que está inserido.</p>	<p>Monografia Jurídica I</p>
<p>Transformar a monografia em artigo científico; estabelecer um modelo de artigo em conjunto com o curso de Sistema de Informações; buscar e tentar obter indexação bibliográfica; e publicar imediatamente na revista online;</p>	<p>O aluno vai saber pesquisar; escrever uma monografia; sintetizar e finalmente publicar um artigo científico.</p>	<p>Monografia Jurídica II</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Prática da Organização Judiciária, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Prática da Organização Judiciária, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Prática da Organização Judiciária na realidade em que está inserido.</p>	<p>Prática da Organização Judiciária</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Prática Real I (Penal), desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Prática Real I (Penal), sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Prática Real I (Penal) na realidade em que está inserido.</p>	<p>Prática Real I (Penal)</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Prática Real II (Penal), desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Prática Real II (Penal), sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Prática Real II (Penal) na realidade em que está inserido.</p>	<p>Prática Real II (Penal)</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá conhecer o processo trabalhista individual, com suas peculiaridades e ritos, bem como a utilização subsidiária do processo Civil, identificando os institutos afins e antagônicos, possuindo uma visão crítica da dinâmica processual.</p>	<p>A partir do conhecimento do processo do trabalho individual e coletivo assistir Audiências trabalhistas reais elaborando relatório críticos avaliativos das mesmas, com autonomia e criatividade.</p>	<p>Prática Real III (Trabalhista)</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Prática Real IV (Cível), desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Prática Real IV (Cível), sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Prática Real IV (Cível) na realidade em que está inserido.</p>	<p>Prática Real IV (Cível)</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Prática Real V (Cível), desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Prática Real V (Cível), sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Prática Real V (Cível) na realidade em que está inserido.</p>	<p>Prática Real V (Cível)</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Prática Simulada do Processo Administrativo, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Prática Simulada do Processo Administrativo, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Prática Simulada do Processo Administrativo na realidade em que está inserido.</p>	<p>Prática Simulada do Processo Administrativo</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Prática Simulada do Processo Cível, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do da disciplina Prática Simulada do Processo Cível, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Prática Simulada do Processo Cível na realidade em que está inserido.</p>	<p>Prática Simulada do Processo Cível</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Prática Simulada do Processo Constitucional, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Prática Simulada do Processo Constitucional, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Prática Simulada do Processo Constitucional na realidade em que está inserido.</p>	<p>Prática Simulada do Processo Constitucional</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Prática Simulada do Processo Fiscal, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Prática Simulada do Processo Fiscal, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Prática Simulada do Processo Fiscal na realidade em que está inserido.</p>	<p>Prática Simulada do Processo Fiscal</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Penal e o Direito Processual Penal, tendo ampla noção das peças e atos processuais que movimento o processo penal.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir as várias peças do Direito Processual Penal, sabendo aplicá-las aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito Penal e do Direito Processual Penal na realidade em que está inserido.</p>	<p>Prática Simulada do Processo Penal</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá conhecer o processo trabalhista individual e coletivo, com suas peculiaridades e ritos, bem como a utilização subsidiária do processo Civil, identificando os institutos afins e antagônicos, elaborando peças processuais de diversas fases do dissídio individual e coletivo.</p>	<p>A partir do conhecimento do processo do trabalho individual e coletivo desenvolver a prática jurídica com a aplicação de todos os fundamentos da disciplina bem como de ramos conexos do direito, elaborando textos e peças jurídicas com autonomia e criatividade.</p>	<p>Prática Simulada do Processo Trabalhista</p>
<p>Diagnosticar a relação do Direito com o Cotidiano; reforçar a interdisciplinariedade no curso de Direito; resgatar a importância do Direito na discussão das Ciências Humanas; qualificar o aluno para fazer análise do discurso jurídico; qualificar o aluno de Direito para fazer análise institucional.</p>	<p>Conceituar a Sociologia Jurídica a partir dos clássicos; fazer análise do discurso e diagnóstico institucional; conviver, durante a disciplina, com as diferentes abordagens sobre o Direito; ser crítico, durante a disciplina, tendo em vista a necessidade de avaliar o impacto do Direito sobre o seu próprio Cotidiano.</p>	<p>Sociologia Jurídica</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Teoria Geral do Estado, desta forma relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da disciplina Teoria Geral do Estado, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da disciplina Teoria Geral do Estado na realidade em que está inserido.</p>	<p>Teoria Geral do Estado</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam a Teoria Geral do Processo, relacionando-os com outros ramos do Direito.</p>	<p>Compreender os princípios e fundamentos do direito processual processual, como requisito importante para o entendimento e aplicação do direito subjetivo em todas as áreas processuais.</p>	<p>Teoria Geral do Processo</p>

DISCIPLINAS OPTATIVAS

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação às técnicas de redação para elaboração das peças judiciárias que norteiam a formação do processo em geral.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir as várias peças que regem o processo em geral, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida técnica de redação à realidade em que está inserido.</p>	<p>Técnica de Redação Jurídica</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Direito e Gênero , sabendo relaciona-los com os ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem a disciplina Direito e Gênero, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da citada disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito e Gênero</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Econômico, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem o Direito Econômico, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da citada disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Econômico</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Tutela Jurídica da Flora e da Fauna, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem a disciplina Tutela Jurídica da Flora e da Fauna, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da citada disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Tutela Jurídica da Flora e da Fauna</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito da Concorrência, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem o Direito da Concorrência, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito da Concorrência</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação às técnicas e teorias que norteiam e formam a disciplina Linguagem e Argumentação Jurídica, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir as várias técnicas e teorias que regem a disciplina Linguagem e Argumentação Jurídica, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Linguagem e Argumentação Jurídica</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a Criminologia, sabendo relaciona-los com os institutos de Direito Penal e de Direito Processual Penal.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos da Criminologia, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da Criminologia na realidade em que está inserido.</p>	<p>Criminologia</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Penitenciário (Direito da Execução Penal), sabendo relacioná-los com os institutos de Direito Processual Penal e de Direito Penal.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos do Direito Penitenciário (Direito da Execução Penal), sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação do Direito da Execução Penal na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Penitenciário (Direito da Execução Penal)</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Sociologia Criminal, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem a disciplina Sociologia Criminal, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Sociologia Criminal</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Temas Emergentes de Direito, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem a disciplina Temas Emergentes de Direito, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Temas Emergentes de Direito</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Instituições de Direito, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem a disciplina Instituições de Direito, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Instituições de Direito</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Instituições de Direito Público e Privado, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem a disciplina Instituições de Direito Público e Privado, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Instituições de Direito Público e Privado</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito da Sanidade Pública, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>: O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem o Direito da Sanidade Pública, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito da Sanidade Pública</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito do Terceiro Setor, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem o Direito do Terceiro Setor, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito do Terceiro Setor</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito dos Desportos, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem o Direito dos Desportos, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplinas na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito dos Desportos</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito dos Transportes, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem o Direito dos Transportes, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito dos Transportes</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Imobiliário, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem o Direito Imobiliário, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Direito Imobiliário</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam o Direito Urbanístico, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem o Direito Urbanístico, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido</p>	<p>Direito Urbanístico</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Mecanismos Alternativos de Acesso a Justiça, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem a disciplina Mecanismos Alternativos de Acesso a Justiça, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Mecanismos Alternativos de Acesso à Justiça</p>
<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Temas Atuais do Direito, sabendo relaciona-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem a disciplina Temas Atuais do Direito, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Temas Atuais do Direito</p>

<p>O acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará deverá aferir amplo conhecimento em relação aos institutos que norteiam e formam a disciplina Negociação, Conciliação e Mediação de Conflitos, sabendo relacioná-los com os outros ramos do Direito.</p>	<p>O acadêmico deverá aferir amplos conhecimentos no sentido de saber distinguir os vários institutos que regem a disciplina Negociação, Conciliação e Mediação de Conflitos, sabendo aplicá-los aos casos concretos, possibilitando também a aplicação da referida disciplina na realidade em que está inserido.</p>	<p>Negociação, Conciliação e Mediação de Conflitos</p>
<p>Compreender as informações históricas da cultura surda; Domínio dos mecanismos de organização lingüística em LIBRAS; Capacidade de compreender e de se exprimir de forma fluente e espontânea; Capacidade de usar a língua de modo eficaz para fins sociais, acadêmicos e profissionais;</p>	<p>Conhecer as informações históricas da cultura surda; Inferir as possíveis intenções do interlocutor; Compreender e utilizar a língua em diferentes situações interativas;</p>	<p>Língua Brasileira de Sinais</p>

ANEXO – EMENTAS DAS DISCIPLINAS COM BIBLIOGRAFIA BÁSICA.

I – ATIVIDADES ACADÊMICAS CURRICULARES DE NATUREZA CIENTÍFICO-CULTURAL.

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina

DI07065 – **FILOSOFIA JURÍDICA**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 – Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 1º

Versão Curricular: 2018

Ementa

O modo filosófico de pensar. Problemas teóricos, práticos e poéticos. Linguagem e conhecimento. As ciências humanas. Ciência do Direito. Filosofia do Direito - Conceito de Filosofia Jurídica. O espírito humano e os valores. Ética e Direito. A análise do fenômeno jurídico e suas ontologias. Possibilidade, natureza e condições do conhecimento jurídico. Lógica jurídica, forma e dialética. Teoria dos valores jurídicos. O Direito no pensamento antigo e medieval – Direito Natural na antiguidade. A Filosofia do Direito numa abordagem moderna e contemporânea: alguns aspectos da problemática jurídica. A Ciência do Direito. Aspectos filosóficos atuais do Direito: Século XXI.

Bibliografia básica

- ALEXY, Robert. Teoria da argumentação jurídica. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2014.
- HOBBS, Thomas. Leviatã ou matéria: forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Ícone, 2014.
- REALE, Miguel. Cinco temas do culturalismo. São Paulo: Saraiva, 2000.

Bibliografia complementar

- ADEODATO, João Maurício. Filosofia do Direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BITTAR, Eduardo C. B. Curso de filosofia do direito. São Paulo: Atlas, 2008.
- BOBBIO, Norberto. Liberalismo e Democracia. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MACCORMICK, Neil. Argumentação jurídica e teoria do direito. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Edijur, 2012.
- _____ . Escritos Políticos. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- PEIXINHO, Manoel Messias. A interpretação da Constituição e os princípios fundamentais: elementos para uma hermenêutica constitucional renovada. São Paulo: Atlas, 2015.
- SAUTET, Marc. Um café para Sócrates: como a filosofia pode ajudar a compreender o mundo de hoje. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2012.
- NADER, Paulo. Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2009.
- REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo: Ed. Saraiva, 2002.
- _____ . Lições preliminares de direito. São Paulo: Saraiva, 2002.

- _____ . O direito como experiência. São Paulo: Saraiva, 1992.
- _____ . Teoria tridimensional do direito. São Paulo: Saraivajur, 1994.
- WOLKMER, Antônio Carlos. Introdução ao pensamento jurídico crítico. São Paulo: Saraiva, 2012.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07066 – TEORIA GERAL DO ESTADO**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 – Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 1°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Teoria Geral do Estado. Nação e Estado. Poder Constituinte. Formas Políticas: formas de Estado, formas de Governo, sistemas de Governo. Regimes Políticos. Sistema Representativo. Legalidade e Legitimidade do Poder Político. Poderes e funções do Estado. Elementos Constitutivos do Estado. Soberania. Formação, Modificação e Extinção de Estados.

Bibliografia básica

- BONAVIDES, Paulo. Teoria Geral do Estado. Rio de Janeiro: Malheiros, 2010.
- MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Ed. Saraiva, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia complementar

- AZAMBUJA, Darcy. Teoria Geral do Estado, Editora Globo, 2008.
- BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Guerra, 2014.
- BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo: Malheiros, 2009.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques. As grandes obras políticas de Maquiável a nossos dias. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1998.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Ed. Saraiva, 2009.
- REALE, Miguel. Teoria do Direito e do Estado. São Paulo: Ed. Saraiva, 2000.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07067 – HISTÓRIA DO DIREITO**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 – Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 1º

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções gerais: introdução crítica à História do Direito. História. O Direito na antiguidade clássica. O Direito na Alta Idade Média. O Direito na Baixa Idade Média. O Direito na Idade Moderna. O Direito na Idade Contemporânea.

Bibliografia básica

- COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2011.
- WOLKMER, Antonio Carlos; LEITE, José Rubens Morato. Os novos direitos no Brasil: natureza e perspectivas: uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2016.

Bibliografia complementar

- ALTAVILA, Jayme. Origem do direito dos povos. São Paulo: Ícone, 1995.
- SACCO, Rodolfo. Antropologia jurídica: contribuição para uma macro-história do Direito. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- PALMA, Rodrigo Freitas. História do Direito. São Paulo: Saraiva, 2014.
- TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- WOLKMER, Antonio Carlos. História do direito no Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina

DI07068 – INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 – Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 1º

Versão Curricular: 2018

Ementa

O processo do conhecimento. Pluralidade de significação do Direito. Fundamento do Direito. O Direito como fenômeno social. Os fins do Direito. Norma Jurídica. Fontes do Direito e Poder. As classificações jurídicas. Instituições jurídicas. Sujeitos do Direito. Relação Jurídica. Fato Jurídico. Técnicas jurídicas. Plenitude do ordenamento jurídico.

Bibliografia básica

- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- _____ . Teoria do ordenamento jurídico. Brasília: Ed. Unb, 1997.
- REALE, Miguel. Cinco temas do culturalismo. São Paulo: Saraiva, 2000.

Bibliografia complementar

- AGUIAR, Roberto. O que é justiça. São Paulo: Alfa Ômega, 1999.
- _____ . Direito, poder e opressão. São Paulo: Alfa Ômega, 1990.
- DINIZ, Maria Helena. Ciência jurídica. São Paulo: Saraiva, 2014.
- _____ . Introdução à ciência do direito. São Paulo: Saraiva, 2001.
- FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Atlas, 2008.
- MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- MELLO, Cleyson de Moraes. Introdução ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2009.
- MONTORO, André Franco. Introdução à Ciência do Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- REALE, Miguel. O direito como experiência. São Paulo: Saraiva, 1992.
- _____ . Teoria tridimensional do direito. São Paulo: Saraivajur, 1994.
- _____ . Lições preliminares de direito. São Paulo: Saraiva, 2002.
- REALE, Miguel. Lições preliminares do Direito. São Paulo: Saraiva, 2002
- WOLKMER, Antônio Carlos. Introdução ao pensamento jurídico crítico. São Paulo: Saraiva, 2012.
- _____ ; LEITE, José Rubens Morato. Os novos direitos no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2016.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07069 – **ECONOMIA POLÍTICA**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 – Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 1º

Versão Curricular: 2018

Ementa

Introdução. Transição para o capitalismo. Mercantilismo. Filosofia e políticas. Tratamento científico da Economia Política. Escola Fisiocrata. Quadro econômico de François Quesnay. Natureza como fonte única de despesa. Escola clássica. Adam Smith. Teoria do valor: base da ulterior teoria do valor do trabalho. Conflito de classes e harmonia social. David Ricardo. Teoria da renda e do lucro. Teoria do valor-trabalho. Thomas Robert Malthus. Teoria da população. Crítica à Economia clássica. Karl Marx. Mercadoria e dinheiro. Trabalho útil e trabalho abstrato. Economia de mercado. Escola neoclássica. Alfred Marshall. Teoria microeconômica. John Maynard Keynes. teoria macroeconômica.

Bibliografia básica

- HUNT, E. K. História do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- SINGER, Paul. Curso de introdução à economia política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

Bibliografia complementar

- BEUAD, M. História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias. São Paulo: Brasiliense,
- BOBBIO, Norberto. Liberalismo e democracia. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- JAMESON, Fredric. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997.
- SCHLESNER, Anita Helena. Hegemonia e Cultura: Gramsci. Curitiba: UFPR,
- SOUZA, Washington Peluso Albino de. Primeiras Linhas de Direito Econômico. São Paulo: Ltr, 2017.
- WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1994.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07070 – **ÉTICA JURÍDICA**

Carga horária: 34 horas (Teórica: 34)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 1º

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções gerais. Conceito e estudo sobre ética. Fontes filosóficas. Ética jurídica. Direito e ética. Lei e ética. Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e a ética. Código de ética da OAB. Decisões Judiciárias e sua ética.

Bibliografia básica

- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: NAU, 2013.
- VALLS, Alvaro L. M. O que é ética. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Bibliografia complementar

- ASSMANN, Selvino José. Filosofia e ética. Brasília: CAPES, 2009.
- MELLO, Cleyson de Moraes. Introdução ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2009.
- MONTORO, André Franco. Introdução à Ciência do Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- PERELMAN, Chaim. Ética e Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- PINHO, Ruy Rebello. Instituições de direito público e privado: introdução ao estudo do direito, noções de ética profissional. São Paulo: Atlas, 2004.
- REALE, Miguel. Lições preliminares do Direito. São Paulo: Saraiva, 2002.
- SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07071 – **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO**

Carga horária: 34 horas (Prática: 9 Teórica: 25)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 1°

Versão Curricular: 2018

Ementa

A disciplina tem por objetivo acompanhar o aluno na preparação de seu projeto de monografia final, orientando-o quanto aos métodos e técnicas de pesquisa e à redação do trabalho. Como selecionar o tema e reduzi-lo dentro dos critérios de originalidade, especificidade e profundidade e como preparar o perfil e o cronograma do curso a ser seguido. Para tanto, necessário compreender os conceitos básicos da pesquisa jurídica, sua estrutura e sua classificação. Depois, aprender a situar-se diante do material de pesquisa disponível, além da bibliografia, otimizando o tempo através de uma metodologia adequada. O objetivo final é a entrega de um projeto definitivo de monografia, diminuindo a possibilidade de desistência por parte do aluno.

Bibliografia básica

- AQUINO, Renato ; DOUGLAS, William. Manual de português e redação jurídica. 6. ed. Niterói: Impetus, 2017.
- ANDRADE, Maria Margarida De. Introdução à metodologia do trabalho científico : elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARCONI, Marina De Andrade ; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Bibliografia complementar

- CAMPOS, Dinael Corrêa De ; BAPTISTA, Makilim Nunes (Org). Metodologias de pesquisa em ciências : análises quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
- CARVALHO, Maria Cecilia Maringoni De. Construindo o saber : metodologia científica - fundamentos e técnicas. 24. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.
- KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica : teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- LAKATOS, Eva Maria ; MARCONI, Marina De Andrade. Metodologia do trabalho científico : projeto de pesquisa, pesquisa bibliográfica, tese de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2017.
- MATTAR, João. Metodologia científica na era digital. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07072 – **SOCIOLOGIA JURÍDICA**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 2°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Sociedade e cultura. As perspectivas sociológicas. Sociologia dos conflitos. Análise funcional. O Direito enquanto fenômeno sócio-cultural. Sociologia do Direito. Sociologia do saber jurídico. As raízes históricas da Sociologia Jurídica. A fundação da Sociologia Jurídica. Sociologia Jurídica e pesquisa social. Direito e mudança social. Crise do Estado-Nação. Globalização econômica. Desenvolvimento Sustentado. Crise da modernidade e pós-modernismo jurídico. As transformações no ensino jurídico, e o papel dos atores jurídicos na sociedade do século XXI.

Bibliografia básica

- GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Penso, 2012.
- HOBBS, Thomas. Leviatã ou matéria: forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Ícone, 2014.
- SANTOS, Boaventura de Souza. A Gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____ . Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2011.
- WEBER, Max. Ensaio de sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2002

Bibliografia complementar

- BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- BECK, Ulrich. Modernização reflexiva. São Paulo: UNESP, 2012.
- _____ . Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo, 2011.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. São Paulo: Cortez, 2011.
- DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito. Introdução à teoria geral do direito, à filosofia do direito, à sociologia jurídica e à lógica jurídica. São Paulo: Saraiva, 2009.
- FERREIRA, Delson. Manual de sociologia: dos clássicos à sociedade da informação. São Paulo: Atlas, 2003.
- HABERMAS, Jürgen. A Lógica das Ciências Sociais. Petrópolis: Vozes, 2011.
- LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Moraes Editora, 1997.
- MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. No espírito das leis. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Pelas mãos de Alice: O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Editora Cortez, 2013.
- WOLKMER, Antônio Carlos. Introdução ao pensamento jurídico crítico. São Paulo: Saraiva, 2012.
- _____ ; LEITE, José Rubens Morato. Os novos direitos no

Brasil: natureza e perspectivas: uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2016.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07073 – **DIREITO CIVIL I**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 2°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Introdução a Teoria Geral do Direito Civil, Relação Jurídica e Elementos Constitutivos, e a inserção ao estudo das Pessoas (naturais, jurídicas), Bens e Fatos jurídicos. Relação Jurídica: Pessoal e Objeto. Fato Jurídico. Função. Classificação. Efeitos. Negócios Jurídico: Conceito, Conteúdo e Classificação. Elementos essencial, Acidentais e naturais. Nulidade e Anulabilidade (Vícios de consentimento e sociais).

Bibliografia básica

- PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- SANTOS, José Carlos Van Cleef de Almeida. Manual de Direito Civil. Revista dos Tribunais, 2014.
- WOLKMER, Antonio Carlos Leite e MORATO, José Rubens. Os novos direitos no Brasil. 3° ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Bibliografia complementar

- DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: Teoria geral do direito civil. v.1, 29° ed. São Paulo: Saraiva. 2014.
- _____ . Código Civil Anotado. São Paulo: Saraiva, 2014.
- DOWER, Nelson Godoy. Instituições de direito público e privado. São Paulo: Saraiva, 2017.
- GAGLIANO, Pablo Stolze & PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de Direito Civil. 12° ed. Ver e atual. vol.01. São Paulo: Ed. Saraiva, 2017.
- VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil. Parte geral. São Paulo : Atlas, 2016.
- KONDER, Carlos Nelson. Distinções hermenêuticas da constitucionalização do Direito civil: o intérprete na doutrina de Pietro Perlingieri. Revista da Faculdade de Direito UFPR, 01 Abril 2015, Vol.60(1), pp.193-213. Disponível em: www.periodicos.capes.gov.br.
- LIMONGI, França R. Manual de Direito Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais,.
- MARTINS, Sergio Pinto. Instituições de direito público e privado. São Paulo: Saraiva, 2015.
- TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. São Paulo: Método, 2011.
- ZIEMANN, Aneline Dos Santos; REIS, Jorge Renato dos. Constitucionalização do direito privado : Um estudo sobre sua perspectiva histórica e sobre a aplicação dos direitos fundamentais nas relações privadas. Revista Jovens Pesquisadores, 01 November 2014, Vol.4(3) [Periódico revisado por pares]. Disponível em: www.periodicos.capes.gov.br

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07074 – **DIREITO PENAL I**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 2°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Direito Penal. Noções Gerais. Norma Penal e Lei Penal. Teoria da Lei Penal. Princípio da Legalidade. Teoria do Delito. Fato Típico. Culpabilidade. Tipicidade. Antijuridicidade e Causas Excludentes. Imputabilidade e Inimputabilidade Penal. Culpabilidade e Causas Excludentes. Concurso de pessoas.

Bibliografia básica

- BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.
- BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. São Paulo: Martin Claret, 2014.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 2014.
- MASSON, Cleber. Direito Penal Esquemático. Rio de Janeiro: Método, 2011.

Bibliografia complementar

- ANDREUCCI, Ricardo Antônio. Legislação Penal Especial. São Paulo: Saraiva, 2018.
- BATISTA, Nilo. Matrizes ibéricas do Sistema Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.
- _____. Novas tendências do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- BENTHAM, Jeremy. Teoria das penas legais e tratado dos sofismas políticos. São Paulo: Edijur, 2002.
- CAPEZ, Fernando. Curso Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2017.
- GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Rio de Janeiro: Impetus, 2017.
- MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato Nascimento. Código Penal Interpretado. São Paulo: Atlas, 2015.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimação do sistema penal. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001.
- _____; PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro. São Paulo: Editora revista dos Tribunais, 2008.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07075 – **DIREITO CONSTITUCIONAL I**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 2°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções Preliminares; Constituição e Constitucionalismo; Poder de Reforma Constitucional; Princípios Fundamentais; Direitos e Garantias Fundamentais; Nacionalidade; Direitos Políticos; Partidos Políticos; Estado Federal Brasileiro; União; Estados Federados; Municípios; Distrito Federal e Territórios; Intervenção Federal; Administração Pública.

Bibliografia básica

- MENDES, Gilmar Ferreira ; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 12. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.
- MORAES, Alexandre de. Direitos humanos fundamentais: comentários aos arts. 1ª a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, Doutrina e Jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2017.
- PEIXINHO, Manoel Messias. A interpretação da Constituição e os princípios fundamentais : elementos para uma hermenêutica constitucional renovada. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia complementar

- CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário. 31. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 2017.
- COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2017.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos Humanos Fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2016.
- PAULO, Vicente ; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito constitucional descomplicado. 10 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro São Paulo: Método Forense, 2013.
- PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o direito constitucional internacional. São Paulo: Saraiva, 2012.
- WEIS, Carlos. Direitos Humanos Contemporâneos. São Paulo: Malheiros, 2014.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07076 – DIREITO FINANCEIRO**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 2°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Receita e Despesa Públicas. Orçamentos. Técnicas de Elaboração. Administração Pública Financeira pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Bibliografia básica

- AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2017.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SOUZA, Washington Peluso Albino de. Primeiras linhas de direito econômico. São Paulo: Ltr, 2017.

Bibliografia complementar

- CARRAZA, Roque. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros, 2017.
- COSTA, Regina Helena. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva. 2017.
- HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Atlas. 2009.
- MACHADO, Hugo de Brito. Processo Tributário. São Paulo: Atlas, 2014.
- MELO, José Eduardo Soares de. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Dialética. 2012.
- TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário. Vol. 2. Rio de Janeiro: Renovar. 2014.
- _____, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário. Rio de Janeiro: Renovar; 2009.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07077 – **DIREITOS HUMANOS**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 2°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções gerais. Conceito e fundamentos. Direitos Humanos e a Constituição Federal. Tratados e Convenções internacionais. Atores internacionais na defesa dos Direitos Humanos. Conflitos de interesses entre o Estado e os Direitos Humanos. Espécies de Direitos Humanos. Direitos Humanos no Brasil. Direitos Humanos no Estado do Pará.

Bibliografia básica

- COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2017.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos Humanos Fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MORAES, Alexandre de. Direitos humanos fundamentais: comentários aos arts. 1ª a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, Doutrina e Jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2017.

Bibliografia complementar

- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- FEFERBAUM, Marina. Proteção Internacional dos Direitos Humanos: análise do sistema africano. São Paulo: Saraiva, 2012.
- LOPES, Ana Maria D'Ávila; MAUÉS, Antônio Moreira (Org.). A eficácia nacional e internacional dos direitos humanos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- MONTE, Mário Ferreira. Direitos Humanos e sua Efetivação na Era da Transnacionalidade: debate luso-brasileiro. Curitiba: Juruá, 2012.
- PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o direito constitucional internacional. São Paulo: Saraiva, 2012.
- WEIS, Carlos. Direitos Humanos Contemporâneos. São Paulo: Malheiros, 2014.
- SANTORO, Emilio; BATISTA, Gustavo Barbosa de Mesquita; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; TONEGUTTI, Raffaella Greco. Direitos Humanos em uma época de insegurança. Porto Alegre: Tomo, 2010.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07078 – **TEORIA GERAL DO PROCESSO**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 3°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções iniciais de direito processual: conceito, natureza, posição enciclopédica, divisão. Fontes. Evolução histórica. Norma processual: interpretação, integração, eficácia no tempo e no espaço. Princípios constitucionais do direito processual. Análise da trilogia: ação, jurisdição e processo. Formas de composição dos conflitos: autotutela, autocomposição e heterocomposição. Meios alternativos de resolução de conflitos: arbitragem, mediação e conciliação. Jurisdição: estrutura jurisdicional, organização federal e estadual, jurisdição contenciosa e voluntária. Juiz. Órgãos auxiliares da Justiça. Funções essenciais à Justiça. Competência e seus critérios de fixação: competência absoluta e relativa. Ação: conceito, condições da ação, elementos da ação, classificação das ações. Processo: conceito, natureza jurídica, espécies. Princípios informativos. Procedimentos: visão panorâmica. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais. Vícios processuais: nulidade absoluta e nulidade relativa.

Bibliografia básica

- CAPPELLETTI, Mauro. Juízes legisladores? Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1993.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processo Civil. São Paulo: Malheiros Editores, 2017.
- MATTOS, Fernando Pagani. Acesso à justiça - um princípio em busca de efetivação. Curitiba: Juruá, 2009.

Bibliografia complementar

- CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido R. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Malheiros, 2008.
- MARINONI, Luiz Guilherme. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- MAUÉS, Antônio Moreira; TEREZO, Cristina Figueiredo. (Coord.). A proteção dos Direitos Fundamentais pela Defensoria Pública. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2014.
- NAQUETE, Lenine. O Poder Judiciário no Brasil: a partir da Independência. Brasília: STF, 2000.
- _____. O Poder Judiciário no Brasil: crônica de tempos coloniais. Brasília: STF, 2000.
- SCHUCH, Luiz Felipe Siegert. Acesso à justiça e autonomia financeira do Poder Judiciário: a quarta onda? Em busca da efetividade dos direitos fundamentais. Curitiba: Juruá, 2006.
- SAMPAIO, Lia Regina Castaldi; BRAGA NETO, Adolfo. O que é mediação de conflitos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017.
- TARTUCE, Fernanda. Mediação nos Conflitos Cíveis. São Paulo: Método, 2017.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral

do direito processual civil e processo de conhecimento. Volume 1. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07079 – **DIREITO CIVIL II**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 3°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Direito das Obrigações. Conceito. Fontes. Classificação. Modalidades obrigacionais. Inadimplemento. Assunção de dívida. Extinção das obrigações. Liquidação das obrigações.

Bibliografia básica

- AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria geral das obrigações e responsabilidade civil. 12º ed. São Paulo. Editora Atlas, 2011.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- SANTOS, José Carlos Van Cleef de Almeida. Manual de Direito Civil. Revista dos Tribunais, 2014.

Bibliografia complementar

- DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2014.
- _____ . Código Civil Anotado. São Paulo: Saraiva, 2014.
- DOWER, Nelson Godoy. Instituições de direito público e privado. São Paulo: Saraiva, 2017.
- GAGLIANO, Pablo Stolze & PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de Direito Civil. vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2017.
- MARTINS, Sergio Pinto. Instituições de direito público e privado. São Paulo: Atlas, 2015.
- TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. São Paulo: Método, 2011.
- STOLZE, Pablo Gagliano; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: obrigações. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SWAROWSKI, Vinicius Cassio; GRESSLER, Arthur Felipe; KIPPER, Ricardo;
- VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil. Teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. Vol.02. São Paulo. Ed. Atlas, 2016.
- WOLKMER, Antonio Carlos Leite e MORATO, José Rubens. Os novos direitos no Brasil. 3º ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- ZIEMANN, Aneline Dos Santos ; REIS, Jorge Renato dos. Constitucionalização do direito privado: Um estudo sobre sua perspectiva histórica e sobre a aplicação dos direitos fundamentais nas relações privadas. Revista Jovens Pesquisadores, 01 November 2014, Vol.4(3) [Periódico revisado por pares]. disponível em: www.periodicos.capes.gov.br.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07080 – **DIREITO PENAL II**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 3°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Sanção Penal. Pena: noções gerais, conceito, espécies, aplicabilidade, suspensão condicional da pena, livramento condicional, efeitos da condenação e reabilitação.

Medida de Segurança: noções gerais, conceito, espécies, aplicabilidade. Ação Penal: espécies. Extinção de Punibilidade: causas. Prescrição: formas.

Bibliografia básica

- BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.
- MARCÃO, Renato Flávio. Curso de Execução Penal. São Paulo: Saraivajur, 2017.
- MASSON, Cleber. Direito Penal Esquemático. Rio de Janeiro: Método, 2011.
- PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2017.

Bibliografia complementar

- ANDREUCCI, Ricardo Antônio. Legislação Penal Especial. São Paulo: Saraivajur, 2018.
- BATISTA, Nilo. Matrizes ibéricas do Sistema Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.
- BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. São Paulo: Martin Claret, 2012.
- BENTHAN, Jeremy. Teoria das penas legais e tratado dos sofismas políticos. São Paulo: Edijur, 2002.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.
- CAPEZ, Fernando. Curso Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2017.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir (História da violência nas prisões). Petrópolis: Vozes, 2014.
- GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Rio de Janeiro: Impetus, 2017.
- MIREBETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato Nascimento. Código Penal Interpretado. São Paulo: Atlas, 2015.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do Sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- _____; PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina

DI07081 – **DIREITO CONSTITUCIONAL II**
 Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)
 Tipo de Disciplina: Obrigatória
 Período Ideal: 3°
 Versão Curricular: 2018

Ementa

Poder Legislativo; Imunidades Parlamentares; Processo Legislativo; Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária; Poder Executivo; Ministros de Estado; Poder Judiciário; Garantias do Poder Judiciário; Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; Justiça Federal Comum; Justiças Federais Especializadas; Justiças Estaduais; Funções Essenciais à Justiça; Controle Jurisdicional de Constitucionalidade.

Bibliografia básica

- MENDES, Gilmar Ferreira ; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 12. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.
- MORAES, Alexandre de. Direitos humanos fundamentais: comentários aos arts. 1ª a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, Doutrina e Jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2017.
- PEIXINHO, Manoel Messias. A interpretação da Constituição e os princípios fundamentais : elementos para uma hermenêutica constitucional renovada. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia complementar

- CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário. 31. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 2017.
- COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2017.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos Humanos Fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2016.
- PAULO, Vicente ; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito constitucional descomplicado. 10 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro São Paulo: Método Forense, 2013.
- PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o direito constitucional internacional. São Paulo: Saraiva, 2012.
- WEIS, Carlos. Direitos Humanos Contemporâneos. São Paulo: Malheiros, 2014.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07082 – DIREITO ADMINISTRATIVO I**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 3°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Direito Administrativo; Administração Pública; Poderes Administrativos; Administração Pública; Administração Direta e Indireta; Serviços Públicos; Atos Administrativos; Licitações. Contratos administrativos.

Bibliografia básica

- ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. Editora Método. 2011.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas. 2018
- MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Elementos de direito administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

Bibliografia complementar

- BALTAR, Fernando. Direito administrativo. Salvador: Juspodium. 2017.
- FREITAS, Vladimir Passos de. Direito administrativo e meio ambiente. Curitiba: Juruá, 2014
- GASPARINI, Diogenes. Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva. 2012
- JUAREZ. Freitas. O controle dos atos administrativos e os princípios fundamentais. São Paulo. Malheiros. 2013.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2014

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07083 – **ANTROPOLOGIA JURÍDICA**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 3°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Antropologia e história da Antropologia Jurídica. Estudo comparativo entre sociedades primitivas e o Estado Democrático de Direito. Aderência da Antropologia para o estudo das sociedades contemporâneas. Lendas e narrativas na formulação do universo cultural de um povo e seus efeitos na recepção das normas jurídicas antropológicas jurídicas no Brasil. O índio e o negro na cultura brasileira e movimentos atuais de inclusão social na dimensão jurídica.

Bibliografia básica

- LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A Gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVA JUNIOR, Fernando Alves da; FERNANDES, José Guilherme dos Santos. Interculturalidade e sabers: os diversos na contemporaneidade da Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2015.

Bibliografia complementar

- CASSIER, Ernst. Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2011.
- DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2003.
- GOMES, Mercio Pereira. Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura. São Paulo: Contexto, 2011.
- LÉVY, Pierre. CyberCultura. São Paulo: Editora 34, 2010.
- PEREIRA, Airton dos Reis. Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira. Belém: Paka-Tatu, 2017.
- PONTES, Heloisa; PEIXOTO, Fernanda Areas; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Antropologias, histórias, experiências. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- REALE, Miguel. Cinco temas do culturalismo. São Paulo: Saraiva, 2000.
- SACCO, Rodolfo. Antropologia jurídica: contribuição para uma macro-história do Direito. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07084 – PRÁTICA DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

Carga horária: 34 horas (Prática: 34)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 3°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Organização judiciária brasileira vista a partir de visitas à órgãos públicos: Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, OAB, Polícia Judiciária.

Bibliografia básica

- DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processo Civil. São Paulo: Malheiros Editores, 2017.
- MORAES, Alexandre de. Direitos humanos fundamentais: comentários aos arts. 1ª a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, Doutrina e Jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2017.
- MATTOS, Fernando Pagani. Acesso à justiça - um princípio em busca de efetivação. Curitiba: Juruá, 2009.

Bibliografia complementar

- CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido R. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Malheiros, 2008.
- MARINONI, Luiz Guilherme. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- MAUÉS, Antônio Moreira; TEREZO, Cristina Figueiredo. (Coord.). A proteção dos Direitos Fundamentais pela Defensoria Pública. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2014.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses. São Paulo: Saraiva, 2017.
- OLIVEIRA NETO, José. Mini Dicionário universitário: terminologia jurídica e latim forense. São Paulo: Edijur, 2011.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Volume 1. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07085 – **DIREITO CONSTITUCIONAL III**

Carga horária: 34 horas (Prática: 9 Teórica: 25)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 4°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Defesa do Estado e das Instituições Democráticas; Sistema Tributário; Ordem Econômica e Financeira; Ordem Social; Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias.

Bibliografia básica

- MENDES, Gilmar Ferreira ; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 12. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.
- MORAES, Alexandre de. Direitos humanos fundamentais: comentários aos arts. 1ª a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, Doutrina e Jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2017.
- SOUZA, Washington Peluso Albino de. Primeiras linhas de direito econômico. São Paulo: Ltr, 2017.

Bibliografia complementar

- CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário. 31. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 2017.
- COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2017.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos Humanos Fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2016.
- PAULO, Vicente ; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito constitucional descomplicado. 10 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro São Paulo: Método Forense, 2013.
- PEIXINHO, Manoel Messias. A interpretação da Constituição e os princípios fundamentais : elementos para uma hermenêutica constitucional renovada. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2015.
- PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o direito constitucional internacional. São Paulo: Saraiva, 2012.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07086 – **DIREITO ELEITORAL**

Carga horária: 34 horas (Prática: 9 Teórica: 25)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 4°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Direito Eleitoral: conceito, objeto, fontes, princípios do direito eleitoral. Direitos políticos. Justiça Eleitoral. Ministério Público Eleitoral. Partidos Políticos. Sistemas Eleitorais. Alistamento Eleitoral. Elegibilidade. Inelegibilidade. Processo Eleitoral. Abuso de poder. Registro de Candidatura: convenção partidária, coligação partidária, processo de registro de candidatura, impugnação a pedido de registro de candidatura. Campanha Eleitoral. Financiamento de campanha eleitoral e prestação de contas. Pesquisa Eleitoral. Propaganda político-eleitoral. Eleição. Invalidez: nulidade e anulabilidade de votos. Diplomação. Ações constitucionais e ações especiais eleitorais. Recursos Eleitorais. Polícia Judiciária Eleitoral, crimes eleitorais e processo penal eleitoral.

Bibliografia básica

- CERQUEIRA, Thales Tácio Pontes Luz de Pádua. Direito Eleitoral Esquemático. São Paulo: Saraiva, 2011.
- MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2017.
- PEIXINHO, Manoel Messias. A interpretação da constituição e os princípios fundamentais: elementos para uma hermenêutica constitucional renovada. São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia complementar

- CÂNDIDO, Joel José. Direito eleitoral brasileiro. São Paulo: Edipro, 2012.
- PINTO, Djalma. Direito Eleitoral: Improbidade administrativa e responsabilidade fiscal. São Paulo: Atlas, 2010.
- PONTE, Antônio Carlos. Crimes eleitorais. São Paulo: Saraiva, 2008.
- RAMAYANA, Marcos. Direito Eleitoral. Niterói: Impetus, 2012
- TELLES, Olívia Raposo da Silva. Direito Eleitoral Comparado - Brasil, Estados Unidos, França. São Paulo: Saraiva, 2009.
- VELLOSO, Carlos Mário; AGRA, Walber de Moura. Elementos de Direito Eleitoral. São Paulo: Saraiva, 2016.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07087 – **DIREITO CIVIL III**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 4°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Estudo das Obrigações em particular. Os Contratos e as Declarações da Vontade. Espécies de Contrato. Responsabilidade Civil.

Bibliografia básica

- AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria geral das obrigações e responsabilidade civil. 12º ed. São Paulo. Editora Atlas, 2011.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- RIZZARDO, Arnaldo. Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Bibliografia complementar

- DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2014.
- _____ . Código Civil Anotado. São Paulo: Saraiva, 2014.
- GAGLIANO, Pablo Stolze & PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de Direito Civil. vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2017.
- MARTINS, Sergio Pinto. Instituições de direito público e privado. São Paulo: Atlas, 2015.
- SANTOS, José Carlos Van Cleef de Almeida. Manual de Direito Civil. Revista dos Tribunais, 2014
- SWAROWSKI, Vinicius Cassio; GRESSLER, Arthur Felipe; KIPPER, Ricardo;
- TARTUCE, Flávio. anual de Direito Civil. São Paulo: Método, 2011.
- VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. Contratos em Espécie. Vol.03. São Paulo. Ed. Atlas, 2016.
- _____ . Direito Civil. Responsabilidade Civil. Vol.04. São Paulo: Atlas, 2016.
- ZIEMANN, Aneline Dos Santos; REIS, Jorge Renato dos. Constitucionalização do direito privado: Um estudo sobre sua perspectiva histórica e sobre a aplicação dos direitos fundamentais nas relações privadas. Revista Jovens Pesquisadores, 01 November 2014, Vol.4(3) [Periódico revisado por pares]. disponível em: www.periodicos.capes.gov.br.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07088 – **DIREITO PENAL III**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 4°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Teoria dos crimes em espécie. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos.

Bibliografia básica

- BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.
- MASSON, Cleber. Direito Penal Esquemático. Rio de Janeiro: Método, 2011.
- PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2017.

Bibliografia complementar

- ANDREUCCI, Ricardo Antônio. Legislação Penal Especial. São Paulo: Saraivajur, 2018.
- BATISTA, Nilo. Matrizes ibéricas do Sistema Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.
- _____. Novas tendências do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- BENTHAN, Jeremy. Teoria das penas legais e tratado dos sofismas políticos. São Paulo: Edijur, 2002.
- CAPEZ, Fernando. Curso Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2017.
- GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Rio de Janeiro: Impetus, 2017.
- MARCÃO, Renato Flávio. Curso de Execução Penal. São Paulo: Saraivajur, 2017.
- MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato Nascimento. Código Penal Interpretado. São Paulo: Atlas, 2015.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimação do sistema penal. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001.
- _____; PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro. São Paulo: Editora revista dos Tribunais, 2008.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina

DI07089 – DIREITO ADMINISTRATIVO II
 Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)
 Tipo de Disciplina: Obrigatória
 Período Ideal: 4°
 Versão Curricular: 2018

Ementa

Licitações; Contratos Administrativos; Processo Administrativo; Controle dos Atos da Administração Pública; Responsabilidade Civil da Administração; Servidores Públicos; Bens Públicos; Intervenção do Estado na Propriedade Privada; Intervenção do Estado no Domínio Econômico.

Bibliografia básica

- ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. Rio de Janeiro: Editora Método. 2011.
- CARDOSO, Carlos Magno Miqueri da. Direito Urbanístico. Salvador: Juspodium. 2017.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas. 2018
- MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Elementos de direito administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

Bibliografia complementar

- BALTAR, Fernando. Direito administrativo. Salvador: Juspodium. 2017.
- FREITAS, Vladimir Passos de. Direito administrativo e meio ambiente. Curitiba: Juruá, 2014
- GASPARINI, Diogenes. Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva. 2012
- JUAREZ. Freitas. O controle dos atos administrativos e os princípios fundamentais. São Paulo. Malheiros. 2013.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2014

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina

DI07090 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL I
 Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)
 Tipo de Disciplina: Obrigatória
 Período Ideal: 4°
 Versão Curricular: 2018

Ementa

Competência no CPC de 2015. Sujeitos do processo. Sucessão das partes e de seus procuradores. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Atos processuais: tempo e lugar, prazos, comunicação dos atos processuais, citação, cartas, nulidades. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo de conhecimento. Procedimento Comum. Petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Audiência de conciliação ou de Mediação. Possíveis respostas do réu. Revelia. Providências preliminares e saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de instrução e julgamento. Teoria Geral das Provas e Provas em Espécie. Sentença. Formas de manifestação da coisa julgada e seus limites objetivos e subjetivos. Tutelas provisórias: de urgência e de evidência.

Bibliografia básica

- DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processo Civil. São Paulo: Malheiros Editores, 2017.
- MATTOS, Fernando Pagani. Acesso à justiça - um princípio em busca de efetivação. Curitiba: Juruá, 2009.
- SAMPAIO, Lia Regina Castaldi; BRAGA NETO, Adolfo. O que é mediação de conflitos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017

Bibliografia complementar

- CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido R. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Malheiros, 2008.
- GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MARINONI, Luiz Guilherme. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- PEREIRA, Ézio Luiz. Estratégias em audiência cível. São Paulo: Edijur, 2012.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Volume 1. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- RODRIGUES, Geisa de Assis; ANJOS FILHO, Robério Nunes dos (Org.). Reflexões sobre o Novo Código de Processo Civil. Brasília: ESMPU, 2016.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07091 – DIREITO PROCESSUAL PENAL I**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 4°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Direito Processual Penal – Noções Introdutórias. Princípios norteadores do Processo em Geral e do Processo Penal. Direito Processual Penal e Direitos Humanos. Persecução Penal. Inquérito Policial. Ação Penal. Ação Civil Ex Delicto. Jurisdição e Competência. Processo e Procedimento. Relação Processual Penal. Prova Penal. Prisão Provisória. Liberdade Provisória. Relaxamento de Prisão. Habeas Corpus. Fiança.

Bibliografia básica

- MARCÃO, Renato Flávio. Curso de Execução Penal. São Paulo: Saraivajur, 2017.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. Processo penal. São Paulo: Atlas, 2007.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia complementar

- CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. São Paulo: Saraiva, 2017.
- GRECO, Filho. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2015.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. Código penal interpretado. São Paulo: Atlas, 2015.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimação do sistema penal. Rio de Janeiro: REVAN, 2001.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina

DI07092 – PRÁTICA SIMULADA DO PROCESSO CONSTITUCIONAL

Carga horária: 34 horas (Prática: 34)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 4º

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções gerais. Processo Constitucional: conceitos e fundamentos. Mandado de Segurança. Mandado de Injunção. Habeas Data. Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade. Tramitação das ações nos tribunais superiores (competência originária).

Bibliografia básica

- MENDES, Gilmar Ferreira ; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 12. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.
- MORAES, Alexandre de. Direitos humanos fundamentais: comentários aos arts. 1ª a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, Doutrina e Jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2017.
- PEIXINHO, Manoel Messias. A interpretação da Constituição e os princípios fundamentais : elementos para uma hermenêutica constitucional renovada. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia complementar

- CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário. 31. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 2017.
- COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2017.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos Humanos Fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2016.
- PAULO, Vicente ; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito constitucional descomplicado. 10 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro São Paulo: Método Forense, 2013.
- PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o direito constitucional internacional. São Paulo: Saraiva, 2012.
- WEIS, Carlos. Direitos Humanos Contemporâneos. São Paulo: Malheiros, 2014.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07093 – DIREITO EMPRESARIAL I**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 5°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções Gerais. O Direito Empresarial na Constituição Federal. Noção de empresa e empresário. Perspectivas históricas. Do comércio - conceitos fundamentais. O ato de comércio e a figura do empresário. Sistema de caracterização. Obrigações em Geral. O empresário individual e as sociedades mercantis. O estabelecimento empresarial.

Bibliografia básica

- GUSMÃO, Mônica. Licções de Direito Empresarial. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro. São Paulo: Atlas, 2016.
- MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

Bibliografia complementar

- COELHO, Fábio Ulhoa, Curso de Direito Comercial. Vol. 1. São Paulo, 2014.
- _____, Fábio Ulho, Manual de Direito Comercial. São Paulo, Saraiva, 2011.
- DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Vol. 8. São Paulo, 2018.
- MELO, Sergio Fernando de. Aprendizagem empresária: aspectos econômicos e sociais. São Paulo: LTR. 2012
- REQUIÃO, Rubens Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2014.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07094 – **DIREITO CIVIL IV**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 5°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Direitos das Coisas. Direitos Reais. Posse. Propriedade. Direito de Vizinhança. Condomínio. Direitos Reais sobre Coisas Alheias e de garantia.

Bibliografia básica

- FIGUEIREDO, Fábio Vieira. Direito Civil V: direito das coisa e direito de autor. São Paulo: Saraiva, 2013.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. São Paulo: Método, 2011.

Bibliografia complementar

- BARROSO, Lucas Abreu e BRIGIDA, Roldi Passamani. Usucapião extrajudicial: o procedimento para além da desjudicialização. Scientia Iuris, 01 March 2017, Vol.21 (1), pp.189-211. Disponível em: www.periodicos.capes.gov.br.
- DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2014.
- _____ . Código Civil Anotado. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MARTINS, Sergio Pinto. Instituições de direito público e privado. 17º ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SWAROWSKI, Vinicius Cassio; GRESSLER, Arthur Felipe; KIPPER, Ricardo;
- ZIEMANN, Aneline Dos Santos; REIS, Jorge Renato dos. Constitucionalização do direito privado: Um estudo sobre sua perspectiva histórica e sobre a aplicação dos direitos fundamentais nas relações privadas. Revista Jovens Pesquisadores, 01 November 2014, Vol.4(3) [Periódico revisado por pares]. disponível em: www.periodicos.capes.gov.br.
- SANTOS, José Carlos Van Cleef de Almeida. Manual de Direito Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. Direitos Reais. Vol.05. São Paulo. Ed. Atlas, 2016.
- WOLKMER, Antonio Carlos Leite e MORATO, José Rubens. Os novos direitos no Brasil. 3º ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07095 – **DIREITO PENAL IV**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 5°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a Administração Pública.

Bibliografia básica

- BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.
- MARCÃO, Renato Flávio. Curso de Execução Penal. São Paulo: Saraivajur, 2017.
- MASSON, Cleber. Direito Penal Esquemático. Rio de Janeiro: Método, 2011.
- PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2017.

Bibliografia complementar

- ANDREUCCI, Ricardo Antônio. Legislação Penal Especial. São Paulo: Saraivajur, 2018.
- BATISTA, Nilo. Matrizes ibéricas do Sistema Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.
- BENTHAN, Jeremy. Teoria das penas legais e tratado dos sofismas políticos. São Paulo: Edijur, 2002.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.
- CAPEZ, Fernando. Curso Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2017.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir (História da violência nas prisões). Petrópolis: Vozes, 2014.
- GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Rio de Janeiro: Impetus, 2017.
- MIREBETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato Nascimento. Código Penal Interpretado. São Paulo: Atlas, 2015.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do Sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- _____; PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina

DI07096 – **DIREITO PROCESSUAL CIVIL II**
 Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)
 Tipo de Disciplina: Obrigatória
 Período Ideal: 5º
 Versão Curricular: 2018

Ementa

Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária no CPC de 2015. Ordem dos processos nos tribunais. Competência originária dos tribunais: Incidente de Assunção de Competência, Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade, Conflito de Competência, Homologação de Decisão Estrangeira, Concessão do *Exequatur* à Carta Rogatória, Ação Rescisória, Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, Reclamação. Teoria Geral dos Recursos: princípios do direito recursal, efeitos dos recursos, juízo de admissibilidade e de mérito, recurso principal e recurso adesivo. Estudo das espécies recursais: Apelação, Agravo de Instrumento, Agravo Interno, Embargos de Declaração, Recurso Ordinário Constitucional, Recurso Extraordinário e Especial, Recurso Especial e Extraordinário Repetitivos, Agravo em Recurso Especial e Extraordinário, Embargos de Divergência. Remessa Necessária.

Bibliografia básica

- DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processo Civil. São Paulo: Malheiros Editores, 2017.
- MATTOS, Fernando Pagani. Acesso à justiça - um princípio em busca de efetivação. Curitiba: Juruá, 2009.
- TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis. São Paulo: Método, 2018.

Bibliografia complementar

- ARAÚJO, José Henrique Mouta. Acesso à justiça & efetividade do processo: a ação monitória é um meio de superação
- CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais. Volume 3. Salvador: JusPODIVM, 2014.
- GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2008.
- PEREIRA, Ézio Luiz. Estratégias em audiência cível. São Paulo: Edijur, 2012.
- RODRIGUES, Geisa de Assis; ANJOS FILHO, Robério Nunes dos (Org.). Reflexões sobre o Novo Código de Processo Civil. Brasília: ESMPU, 2016.
- SAMPAIO, Lia Regina Castaldi; BRAGA NETO, Adolfo. O que é mediação de conflitos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: procedimentos especiais. Volume 3. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina

DI07097 – **DIREITO PROCESSUAL PENAL II**
 Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória
Período Ideal: 5°
Versão Curricular: 2018

Ementa

O procedimento penal e suas formas. Procedimento comum ou ordinário relativo aos crimes apenados com reclusão de competência do juiz singular. Procedimento relativo aos crimes dolosos contra a vida. Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal. Procedimentos especiais previstos em leis especiais. Procedimento sumaríssimo (Juizado Especial Criminal). Questões incidentes. Sentença penal. Nulidades. Recursos aplicados no Processo Penal.

Bibliografia básica

- MARCÃO, Renato Flávio. Curso de Execução Penal. São Paulo: Saraivajur, 2017.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. Processo penal. São Paulo: Atlas, 2007.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia complementar

- CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. São Paulo: Saraiva, 2017.
- GRECO, Filho. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2015.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. Código penal interpretado. São Paulo: Atlas, 2015.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimação do sistema penal. Rio de Janeiro: REVAN, 2001.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07098 – **DIREITO TRIBUTÁRIO**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 5°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Princípios gerais de Direito Tributário. Sistema Tributário Constitucional. Limites Constitucionais ao Poder de Tributar. Competência Tributária. Obrigação Tributária. Constituição, Suspensão, Extinção e Exclusão do Crédito Tributário. Responsabilidade. Garantias. Administração. Processo. Espécies Tributárias: Impostos, Taxas, Contribuições de Melhorias e Contribuições Especiais. Contribuições de intervenção no Domínio Econômico sobre combustíveis – CIDE e Sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das microempresas e das empresas de pequeno porte – SIMPLE.

Bibliografia básica

- AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2017.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2017.
- COSTA, Regina Helena. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva. 2017.

Bibliografia complementar

- CARRAZA, Roque. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros, 2017.
- MACHADO, Hugo de Brito. Processo Tributário. São Paulo: Atlas, 2014.
- MELO, José Eduardo Soares de. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Dialética. 2012.
- TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário. Vol. 2. Rio de Janeiro: Renovar. 2014.
- _____, Ricardo Lobo. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva; 2013.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07099 – **PRÁTICA SIMULADA DO PROCESSO PENAL**

Carga horária: 34 horas (Prática: 34)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 5°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Visão organizacional da Polícia Civil e da Polícia Federal. Elaboração de peças destinadas a instauração do Inquérito Policial por iniciativa do advogado do ofendido. Análise em concreto das peças informativas do Inquérito Policial. Elaboração das peças defensivas mais importantes do processo penal condenatório. Exame das peças e dos atos processuais produzidos no âmbito da Relação Processual Penal. Realização de audiências instrutórias. Exibição através de vídeo e DVD de sessões de julgamento filmados. Visita aos estabelecimentos prisionais e aos principais setores do judiciário e do Ministério Público. Júri Simulado.

Bibliografia básica

- MIRABETE, Júlio Fabbrini. Processo penal. São Paulo: Atlas, 2007.
- PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2017.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia complementar

- AQUINO, Renato. Manual de português e redação jurídica. Niterói: Impetus, 2017.
- CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. São Paulo: Saraiva, 2017.
- GRECO, Filho. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2015.
- MARCÃO, Renato Flávio. Curso de Execução Penal. São Paulo: Saraivajur, 2017.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. Código penal interpretado. São Paulo: Atlas, 2015.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2009.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07100 – DIREITO FALIMENTAR**

Carga horária: 34 horas (Prática: 9 Teórica: 25)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 6°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Nota introdutória sobre a falência: o crédito. Execução singular e coletiva. Procedimentos concursais. Os conceitos e fundamentos econômicos e jurídicos da falência. Origem etimológica da palavra falência. Aspectos jurídicos preliminares da falência. A falência do ponto de vista formal e material. A falência do devedor empresário e do devedor civil. A nova lei de falência.

Bibliografia básica

- ALMEIDA, Amador Paes de. Curso de falência e recuperação de empresa. São Paulo: Saraiva, 2017
- MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro. São Paulo: Atlas, 2016.
- MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

Bibliografia complementar

- COELHO, Fábio Ulhoa, Curso de Direito Comercial. Vol. 3. São Paulo, 2014.
- _____, Fábio Ulho, Manual de Direito Comercial. São Paulo, Saraiva, 2011.
- FAZZIO JUNIOR, Waldo. Lei de falência e recuperação de empresas. São Paulo: Atlas, 2008.
- ABRÃO, Carlos Henrique. Comentários à lei de recuperação de empresas e falência. São Paulo. 2016.
- PERIN JUNIOR, Ecio. Preservação da empresa na lei de falências. São Paulo: Saraiva. 2009

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07101 – **DIREITO CIVIL V**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 6°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Direito de família. Noções gerais. Casamento e união estável. Regime de bens. Dissolução do matrimônio. Parentesco. Filiação. Adoção. Pátrio poder. Alimentos. Novas formas de família (casais do mesmo sexo).

Bibliografia básica

- MUSZKAT, Malvina Ester. Guia prático de mediação de conflitos em família e organizações. 12º ed. Editora Summus, 2007.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- SANTOS, José Carlos Van Cleef de Almeida. Manual de Direito Civil. Revista dos Tribunais, 2014.

Bibliografia complementar

- ALVES JUNIOR, Edson Câmara. A viabilidade do casamento homoafetivo no direito civil constitucional brasileiro: a busca real do direito à felicidade. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, 01 July 2014, Vol.11(1). Disponível em www.periodicos.capes.gov.br.
- DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2014.
- _____ . Código Civil Anotado. São Paulo: Saraiva, 2014.
- _____ .
- GAGLIANO, Pablo Stolze & PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de Direito Civil. vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2017.
- MARTINS, Sergio Pinto. Instituições de direito público e privado. 17º ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- MEDEIROS, Robson Antão e PORTO, Duina. Qual o Alcance da Humanização do Direito Civil no Âmbito das Relações Familiares? Breve Análise de Relacionamentos Afetivos não Tradicionais, Sob as Perspectivas da Liberdade e da Cidadania. Conpedi Law Review, 01 June 2016, Vol.1 (12), pp.218-240. Disponível em www.periodicos.capes.gov.br.
- SANTOS, José Carlos Van Cleef de Almeida. Manual de Direito Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. São Paulo: Método, 2011.
- WOLKMER, Antonio Carlos Leite e MORATO, José Rubens. Os novos direitos no Brasil. 3º ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07102 – DIREITO EMPRESARIAL II**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 6°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Título de crédito. Noções básicas e sua teoria. Estudo específico dos diversos títulos de créditos mercantis. Noções gerais sobre títulos industriais e rurais. Aspectos mercantis do Sistema Financeiro Nacional. Contratos do Direito Empresarial.

Bibliografia básica

- GUSMÃO, Mônica. Licções de Direito Empresarial. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro. São Paulo: Atlas, 2016.
- MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

Bibliografia complementar

- CAMPINHO, Amaury. Manual de títulos de crédito. Rio de Janeiro: Lumen juris. 2001.
- COELHO, Fábio Ulhoa, Curso de Direito Comercial. Vol. 3. São Paulo, 2014.
- _____, Fábio Ulho, Manual de Direito Comercial. São Paulo, Saraiva, 2011.
- DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Vol. 8. São Paulo, 2018.
- MARTINS, FRAN. Títulos de Crédito. Rio de Janeiro: Forense. 2009.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina

DI07103 – **DIREITO PROCESSUAL CIVIL III**
 Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)
 Tipo de Disciplina: Obrigatória
 Período Ideal: 6°
 Versão Curricular: 2018

Ementa

Cumprimento de sentença. Cumprimento definitivo e provisório de sentença condenatória ao pagamento de quantia certa contra devedor solvente. Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer, não fazer ou de entregar coisa. Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos. Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública. Defesa do devedor no cumprimento de sentença. Liquidação de sentença. Processo de Execução. Teoria Geral da Execução: partes, competência, requisitos necessários para realizar qualquer execução, responsabilidade patrimonial. Diversas Espécies de Execução. Execução para a Entrega de Coisa Certa ou Incerta. Execução das Obrigações de Fazer ou de Não-Fazer. Execução por Quantia Certa. Defesa do devedor nas ações fundadas em título executivo extrajudicial. Execução por quantia certa contra devedor insolvente. Execução de Alimentos. Execução contra a Fazenda Pública. Suspensão e extinção da execução. Juizados Especiais Estaduais, Federais e da Fazenda Pública.

Bibliografia básica

- DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processo Civil. São Paulo: Malheiros Editores, 2017.
- MATTOS, Fernando Pagani. Acesso à justiça - um princípio em busca de efetivação. Curitiba: Juruá, 2009.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. A insolvência civil: execução por quantia certa contra devedor insolvente. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

Bibliografia complementar

- DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Vol. 5. Salvador: JusPODIVUM, 2014.
- CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2010.
- GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2008.
- MARINONI, Luiz Guilherme. Execução. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- PEREIRA, Ézio Luiz. Estratégias em audiência cível. São Paulo: Edijur, 2012.
- RODRIGUES, Geisa de Assis; ANJOS FILHO, Robério Nunes dos (Org.). Reflexões sobre o novo Código de Processo Civil. Brasília: ESMPU, 2016.
- TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis. São Paulo: Método, 2018.

- THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: processo de execução e cumprimento de sentença. Volume 2. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07104 – **DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 6°

Versão Curricular: 2018

Ementa

História e Direito do Trabalho. Introdução ao Direito do Trabalho. Princípios Relativos ao Direito do Trabalho. Relação com outros ramos do direito. Instrumentos Internacionais de Proteção ao Trabalho. Contrato Individual de Trabalho. Relação de Trabalho e Relação de Emprego. Contratos Especiais de Trabalho. Sujeitos do Contrato de Trabalho. Obrigações decorrentes do contrato. Duração do Trabalho. Remuneração. Alteração, Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho. Garantias de Emprego. Extinção do Contrato de Trabalho. Noções de Segurança do Trabalho.

Bibliografia básica

- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2015.
- _____ . Estágio e relação de emprego. São Paulo: Atlas, 2015.
- MELO, Sergio Fernando de. Aprendizagem Empresária: aspectos econômicos e sociais. São Paulo: LTR, 2012.

Bibliografia complementar

- BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTR, 2008.
- CAMARGOS, Ana Amélia Mascarenhas. Direito do trabalho no terceiro setor. São Paulo: Saraiva, 2008.
- DELGADO, Maurício Godinho. Curso do Direito do Trabalho. São Paulo: LTR, 2014.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; PINTO, Maria Amélia Rodrigues da. Acesso aos direitos sociais: infância, saúde, educação, trabalho. São Paulo: Contexto, 2010.
- SAAD, José Eduardo Duarte; CASTELO BRANCO, Ana Maria Saad. Consolidação das leis do trabalho comentada. São Paulo: Ltr, 2014.
- SOUZA, Geraldo Emediato de. Prestação de serviços a terceiros e figuras associadas: análise face à nova regulamentação. Brasília: Movimento, 2017.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07105 – PRÁTICA SIMULADA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Carga horária: 34 horas (Prática: 34)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 6°

Versão Curricular: 2018

Ementa

O procedimento administrativo. Processo Administrativo. Processo de Licitação. Desapropriação.

Bibliografia básica

- ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. Editora Método. 2011.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas. 2018.
- MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Elementos de direito administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

Bibliografia complementar

- BALTAR, Fernando. Direito administrativo. Salvador: Juspodium. 2017.
- FREITAS, Vladimir Passos de. Direito administrativo e meio ambiente. Curitiba: Juruá, 2014.
- GASPARINI, Diogenes. Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva. 2012
- JUAREZ. Freitas. O controle dos atos administrativos e os princípios fundamentais. São Paulo. Malheiros. 2013.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2014.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07106 – PRÁTICA SIMULADA DO PROCESSO CIVIL**

Carga horária: 34 horas (Prática: 34)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 6°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Elaboração de peças processuais. Petição Inicial. Resposta do Réu. Simulação de Audiências. Recursos. Instrumentos dos atos processuais.

Bibliografia básica

- AQUINO, Renato. Manual de Português e Redação Jurídica. Niterói: Impetus, 2017.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processo Civil. São Paulo: Malheiros Editores, 2017.
- MATTOS, Fernando Pagani. Acesso à justiça - um princípio em busca de efetivação. Curitiba: Juruá, 2009.

Bibliografia complementar

- DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais. Volume 5. Salvador: JusPODIVM, 2014.
- TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis. São Paulo: Método, 2018.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Volume 1. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- _____ . Curso de direito processual civil: processo de execução e cumprimento de sentença. Volume 2. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- RODRIGUES, Geisa de Assis; ANJOS FILHO, Robério Nunes dos (Org.). Reflexões sobre o novo Código de Processo Civil. Brasília: ESMPU, 2016.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07107 – PRÁTICA REAL I (PENAL)**

Carga horária: 68 horas (Prática: 68)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 6°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Acompanhamento de processos criminais pelo Núcleo de Prática Jurídica.

Bibliografia básica

- AQUINO, Renato ; DOUGLAS, William. Manual de português e redação jurídica. 6. ed. Niterói: Impetus, 2017
- TOURINHO FILHO, Fernando Da Costa. Manual de processo penal. 11. ed., rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. Processo penal. São Paulo: Atlas, 2007.
- PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2017.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia complementar

- AQUINO, Renato. Manual de português e redação jurídica. Niterói: Impetus, 2017.
- CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. São Paulo: Saraiva, 2017.
- GRECO, Filho. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2015.
- MARCÃO, Renato Flávio. Curso de Execução Penal. São Paulo: Saraivajur, 2017.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. Código penal interpretado. São Paulo: Atlas, 2015.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2009.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07108 – **DEONTOLOGIA PROFISSIONAL**

Carga horária: 34 horas (Prática: 9 Teórica: 25)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 7°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Conceituação de Deontologia Jurídica. Código de Ética e Estatuto dos Advogados. Origens da profissão de Advogado. O exercício da profissão de Advogado. A Advocacia nos tempos atuais. Bibliografia profissional indispensável. O Advogado e o Processo Civil. Libertas Conviciandi. Da responsabilidade do Advogado pela propositura das ações. A ética profissional do Advogado. O Código de Ética Profissional aprovado pela O.A.B. em 1934. Dos deveres fundamentais do Advogado. Da responsabilidade funcional do Advogado. Das relações entre o Advogado e o Cliente. Das relações em Juízo e com a Administração Pública. O Tribunal de Ética. A regulamentação do exercício da profissão de Advogado. A Ordem dos Advogados do Brasil. Requisitos para a inscrição na O.A.B.. O compromisso do Advogado ao receber a sua Carteira Profissional. Sociedades de Advogados. Incompatibilidades e impedimentos para o exercício da Advocacia. Deveres e Direitos dos Advogados, Estagiários e Provisionados. Diceologia. Infrações disciplinares. Penalidades e sua aplicação. Processo Disciplinar. Honorários de Advogados.

Bibliografia básica

- LÔBO, Paulo. Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB. 11. ed. São Paulo: Saraivajur, 2018.
- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: NAU, 2013.
- VALLS, Alvaro L. M. O que é ética. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Bibliografia complementar

- ASSMANN, Selvino José. Filosofia e ética. Brasília: CAPES, 2009.
- BRASIL ;. Código de ética e disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil. Brasília, DF: OAB, 2015.
- MELO NETO, José Mentor Guilherme De. Coragem : a advocacia criminal nos anos de chumbo. São Paulo: Toni Cotrim Comunicação, 2014.
- MELLO, Cleyson de Moraes. Introdução ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2009
- KNIJNIK, Eduardo. Passe na OAB 2ª fase : questões e peças comentadas: tributário. São Paulo: Saraiva, 2011.
- LYONS, David. As Regras morais e a ética. Campinas, SP: Papyrus, 1990
- PERELMAN, Chaim. Ética e Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- PINHO, Ruy Rebello. Instituições de direito público e privado: introdução ao estudo do direito, noções de ética profissional. São Paulo: Atlas, 2004.
- SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07109 – **DIREITO CIVIL VI**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)
 Tipo de Disciplina: Obrigatória
 Período Ideal: 7°
 Versão Curricular: 2018

Ementa

Estudo das relações jurídicas concernentes à sucessão hereditária. Sucessão Legítima. Sucessão Testamentária. Inventário e partilha de bens.

Bibliografia básica

- DOWER, Nelson Godoy. Instituições de direito público e privado. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SANTOS, José Carlos Van Cleef de Almeida. Manual de Direito Civil. Revista dos Tribunais, 2014.
- WOLKMER, Antonio Carlos Leite e MORATO, José Rubens. Os novos direitos no Brasil. 3º ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Bibliografia complementar

- ARAÚJO, Mercedes Ferreira de ; SOBRINHO, Afonso Soares de Oliveira. Direito de família e sucessões no Código de processo Civil/ 2015: A primazia da mediação para uma cultura do diálogo. Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos, 01 June 2017, Vol.3 (1), pp.51-72. Disponível em: www.periodicos.capes.gov.br
- DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. São Paulo: Saraiva, 2014.
- GAGLIANO, Pablo Stolze & PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de Direito Civil. São Paulo: Ed. Saraiva, 2017.
- MEDEIROS, Robson Antão e PORTO, Duina. Qual o Alcance da Humanização do Direito Civil no Âmbito das Relações Familiares? Breve Análise de Relacionamentos Afetivos não Tradicionais, Sob as Perspectivas da Liberdade e da Cidadania. Conpedi Law Review, 01 June 2016, Vol.1 (12), pp.218-240. Disponível em www.periodicos.capes.gov.br.
- VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil. Parte geral. São Paulo : Atlas, 2016.
- KONDER, Carlos Nelson. Distinções hermenêuticas da constitucionalização do Direito civil: o intérprete na doutrina de Pietro Perlingieri. Revista da Faculdade de Direito UFPR, 01 Abril 2015, Vol.60(1), pp.193-213. Disponível em: www.periodicos.capes.gov.br.
- MARTINS, Sergio Pinto. Instituições de direito público e privado. São Paulo: Saraiva, 2015.
- TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. São Paulo: Método, 2011.
- ZIEMANN, Aneline Dos Santos; REIS, Jorge Renato dos. Constitucionalização do direito privado : Um estudo sobre sua perspectiva histórica e sobre a aplicação dos direitos fundamentais nas relações privadas. Revista Jovens Pesquisadores, 01 November 2014, Vol.4(3) [Periódico revisado por pares]. Disponível em: www.periodicos.capes.gov.br
- PEREIRA, Caio Mário da Silva Instituições de Direito Civil. Vol.V. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- RODRIGUES, Silvio. Direito Civil – volume 6. São Paulo: Saraiva, 2000.
- TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (org.) Direitos de Família e do Menor. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.
- WALD, Arnoldo. Curso de Direito Civil Brasileiro. Direito de Família. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07110 – **MEDICINA LEGAL**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 7°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Medicina Legal: conceito e definição. O exercício da medicina no Brasil. Os conselhos. Noções de deontologia médica. Ética médica. O segredo médico. Noções de psicologia médica. Eutanásia. Documentos médicos jurídicos. Identidade e identificação. Dactiloscopia. Poroscopia. Psicologia forense. A embriagues alcóolica. Capacidade civil e responsabilidade penal. Tanatologia forense. Necropsia. Perinecropsia. Traumatologia forense. Lesões corporais. Lesões produzidas por diversos instrumentos. Lesões produzidas por projéteis de arma de fogo: orifícios de entrada e de saída, distância do disparo. Sexologia forense. Impedimentos matrimoniais. Dos crimes contra a procriação. Estupro e ultraje público ao pudor. Contágio venéreo. A gravidez: diagnóstico, parto e puerpério. Aborto. Infanticídio. Investigação de paternidade. Axfixiologia e os diversos tipos de asfixia. Venenos e envenenamento.

Bibliografia básica

- CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2017.
- CROCE, Delton ; CROCE JÚNIOR, Delton. Manual de medicina legal. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2017.

Bibliografia complementar

- AQUINO, Renato ; DOUGLAS, William. Manual de português e redação jurídica. 6. ed. Niterói: Impetus, 2017.
- CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Vol. 4. São Paulo: Saraiva, 2017.
- DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de direito público e privado. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- FILHO, Vicente Greco. Manual de processo penal. São Paulo: Saraiva, 2015.
- MORAES, Alexandre De. Direitos humanos fundamentais : teoria geral : comentários aos art. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil: doutrina e jurisprudência. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.
- OLIVEIRA NETTO, José. Mini dicionário universitário : terminologia jurídica e latim forense. 2. ed. Leme, SP: Edijur, 2011

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07111 – DIREITO MINERÁRIO E RECURSOS HÍDRICOS**

Carga horária: 34 horas (Prática: 34)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 7°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções Gerais. Direito Minerário e Recursos Hídricos na Constituição Federal. Direito de propriedade e o aproveitamento das espécies minerais. Aspectos espaciais da atividade minerária. Os regimes jurídicos da exploração mineral. Características da atividade minerária. Legislação e recursos hídricos. Direito das Águas. Proteção ao Direito das Águas.

Bibliografia básica

- ANTUNES, Paulo de Bessa. Dano ambiental: Uma Abordagem Conceitual. Lumen Juris. São Paulo. Atlas, 2015.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. Saraiva. 2017
- FARIAS, Talden. Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos. Belo Horizonte. Fórum, 2017

Bibliografia complementar

- FEIGELSON, Gruno. Curso de direito minerário. São Paulo: Saraiva, 2014.
- FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. Saraiva, São Paulo, 2015.
- SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de direito ambiental, São Paulo, Saraiva Jur. 2018
- YOSHIDA, Consuelo. Direito minerário e direito ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.
- ZANETTI, Eder, Meio ambiente: setor florestal, Curitiba, Juruá. 2009

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina

DI07112 – **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 7°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Teoria Geral do Direito Processual do Trabalho. Interdisciplinaridade do Processo do Trabalho com o Processo Comum. Princípios do Processo do Trabalho. Comissões prévias de conciliação. Jurisdição e Competência. Organização e Funcionamento da Justiça do Trabalho. Ações Trabalhistas. Processo e procedimentos na Justiça do Trabalho. Dissídios individuais e coletivos. Ações especiais admissíveis no processo do trabalho. Recursos. Execução.

Bibliografia básica

- DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de direito público e privado. São Paulo: Saraiva, 2017.
- GIGLIO, Wagner D. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2007.
- MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de direito público e privado. São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia complementar

- BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. Direito Sindical: análise do modelo brasileiro de relações coletivas de trabalho à luz do direito estrangeiro comparado e da doutrina da OIT - proposta de inserção da comissão de empresa. São Paulo: Ltr, 2018.
- LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTr, 2014.
- MALTA, Christovão Piragibe Tostes. Prática do Processo Trabalhista. São Paulo: Ltr, 2008.
- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2015.
- SAAD, José Eduardo Duarte; CASTELO BRANCO, Ana Maria Saad. Consolidação das leis do trabalho comentada. São Paulo: Ltr, 2014.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07113 – **DIREITO AMBIENTAL**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 7°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções gerais sobre o Direito Ambiental: conceito, elementos formadores, fundamentos constitucionais, finalidade e objetivos. Políticas, sistemas e legislação ambientais. Recursos ambientais e poluição. Instrumentos de proteção e defesa do meio ambiente. Infrações ambientais.

Bibliografia básica

- ANTUNES, Paulo de Bessa. Dano ambiental: Uma Abordagem Conceitual. Lumen Juris. São Paulo. Atlas, 2015.
- DINIZ, Maria Helena, O estado atual do Biodireito. São Paulo. Saraiva Jur. 2017.
- SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de direito ambiental, São Paulo, Saraiva Jur. 2018.
- FARIAS, Talden. Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos. Belo Horizonte. Fórum, 2017.
- SANCHEZ, Luis Enrique. Avaliação de impacto ambiental : conceitos e métodos. 2. ed. atual. e ampl. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.
- BECK, Ulrich ; NASCIMENTO, Sebastião. Sociedade de risco : rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

Bibliografia complementar

- FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. Saraiva, São Paulo, 2015.
- VIEIRA, Ima Célia Guimarães, TOLEDO, Peter Mann de, SANTOS JÚNIOR, Roberto Araújo de. Ambiente e sociedade na Amazônia: uma abordagem interdisciplinar, Rio de Janeiro, Garamond, 2014.
- FREITAS, Vladimir Passos de. Direito administrativo e Meio Ambiente. Juruá. 2014.
- MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação popular. RT. 2015. São Paulo.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. Saraiva. 2017.
- ZANETTI, Eder, Meio ambiente: setor florestal, Curitiba, Juruá. 2009.
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Princípios do direito processual ambiental. São Paulo, Saraiva, 2016
- SAMPAIO, Francisco. Responsabilidade civil por danos ao meio ambiente.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07114 – PRÁTICA SIMULADA DO PROCESSO TRABALHISTA**

Carga horária: 34 horas (Prática: 34)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 7°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Elaboração de peças do Processo Trabalhista. Simulação de audiências.

Bibliografia básica

- AQUINO, Renato. Manual de português e redação jurídica. Niterói: Impetus, 2017.
- GIGLIO, Wagner D. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2007.
- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia complementar

- BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTR, 2008.
- CAMARGOS, Ana Amélia Mascarenhas. Direito do trabalho no terceiro setor. São Paulo: Saraiva, 2008.
- DELGADO, Maurício Godinho. Curso do Direito do Trabalho. São Paulo: LTR, 2014.
- LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTr, 2014.
- SAAD, José Eduardo Duarte; CASTELO BRANCO, Ana Maria Saad. Consolidação das leis do trabalho comentada. São Paulo: Ltr, 2014.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07115 – **PRÁTICA REAL II (PENAL)**

Carga horária: 68 horas (Prática: 68)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 7°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Acompanhamento de processos criminais pelo Núcleo de Prática Jurídica.

Bibliografia básica

- BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.
- MASSON, Cleber. Direito Penal Esquematizado. Rio de Janeiro: Método, 2011.
- PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2017.

Bibliografia complementar

- ANDREUCCI, Ricardo Antônio. Legislação Penal Especial. São Paulo: Saraivajur, 2018.
- BATISTA, Nilo. Matrizes ibéricas do Sistema Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.
- _____ . Novas tendências do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- BENTHAN, Jeremy. Teoria das penas legais e tratado dos sofismas políticos. São Paulo: Edijur, 2002.
- CAPEZ, Fernando. Curso Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2017.
- ----- Curso de processo penal. São Paulo: Saraiva, 2017.
- GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Rio de Janeiro: Impetus, 2017.
- _____ Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2015.
- MARCÃO, Renato Flávio. Curso de Execução Penal. São Paulo: Saraivajur, 2017.
- MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato Nascimento. Código Penal Interpretado. São Paulo: Atlas, 2015.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimação do sistema penal. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001.
- PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro. São Paulo: Editora revista dos Tribunais, 2008.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07116 – DIREITO DO CONSUMIDOR**

Carga horária: 34 horas (Prática: 9 Teórica: 25)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 8°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções Gerais. O Direito do Consumidor na Constituição Federal. O Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90). Relação de consumo. Práticas comerciais e contratuais. Tutelas civil, administrativa e penal e jurisdição do consumidor. Órgãos que atuam na proteção e defesa do consumidor. Atuação do Poder Judiciário. Atuação do Ministério Público. Atuação da Defensoria Pública.

Bibliografia básica

- ALMEIDA, João Batista De. A Proteção jurídica do consumidor. São Paulo: Saraiva, 1993.
- VENOSA, Sílvio De Salvo. Direito civil. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- GAGLIANO, Pablo Stolze ; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil : Contratos, teoria geral. 10. ed. rev., atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia complementar

- ALMEIDA, João Batista De. Manual de direito do consumidor. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2009
- BRASIL, Código de defesa do consumidor: lei n. 260 8.078, de 11 de setembro de 1990. Brasília, DF, Editora ANASPS, 2010.
- GAGLIANO, Pablo Stolze ; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: 3: responsabilidade civil. 15. ed. rev., atual. São Paulo: Saraiva, 2017
- NUNES, Rizzatto. Curso de direito do consumidor. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo : meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07117 – **LABORATÓRIO DE PESQUISA JURÍDICA**

Carga horária: 34 horas (Prática: 9 Teórica: 25)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 8°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Atuação em pesquisa aplicada a casos concretos, inseridos na realidade das regiões sul e sudeste do Estado do Pará. Oficina de elaboração de Projeto de Pesquisa: Noções preliminares sobre a investigação científica. As fases da investigação científica. Investigação científica aplicada ao Direito. Produção do Projeto de Pesquisa que culminará no TCC.

Bibliografia básica

- AQUINO, Renato ; DOUGLAS, William. Manual de português e redação jurídica. 6. ed. Niterói: Impetus, 2017.
- ANDRADE, Maria Margarida De. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARCONI, Marina De Andrade ; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Bibliografia complementar

- CAMPOS, Dinael Corrêa De ; BAPTISTA, Makilim Nunes (Org). Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
- CARVALHO, Maria Cecilia Maringoni De. Construindo o saber : metodologia científica - fundamentos e técnicas. 24. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.
- KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica : teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- LAKATOS, Eva Maria ; MARCONI, Marina De Andrade. Metodologia do trabalho científico : projeto de pesquisa, pesquisa bibliográfica, tese de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2017.
- MATTAR, João. Metodologia científica na era digital. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07118 – DIREITO AGRÁRIO**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 8°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Teoria geral do direito agrário. Institutos básicos. Imóvel rural. Contratos agrários. Posse agrária. Usucapião especial. Zoneamento e cadastro. Colonização. Reforma agrária. Tributação da terra. Legitimação de posse. Assistência à economia rural. Cooperativismo. Crédito rural.

Bibliografia básica

- ANTUNES, Paulo de Bessa. Dano ambiental: Uma Abordagem Conceitual. Lumen Juris. São Paulo. Atlas, 2015.
- MARQUES, Benedito Ferreira. Direito agrário brasileiro. 2017. São Paulo: Atlas, 2017.
- SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de direito ambiental, São Paulo, Saraiva Jur. 2018

Bibliografia complementar

- FARIAS, Talden. Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos. Belo Horizonte. Fórum, 2017.
- FREITAS, Vladimir Passos de. Direito administrativo e Meio Ambiente. Juruá. 2014.
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Princípios do direito processual ambiental. São Paulo, Saraiva, 2016
- MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. Saraiva. 2017.
- PITZ, Silva. Curso Completo de Direito Agrário. Saraiva: São Paulo. 2009.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07119 – **DIREITO COLETIVO DO TRABALHO**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 8°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Direito Coletivo do Trabalho: histórico, definição, caracterização, autonomia, natureza jurídica e relação com outros ramos do direito. Fontes, princípios, interpretação e aplicação do Direito Coletivo do Trabalho. O Sindicato na Constituição Federal Brasileira: organização sindical e ações sindicais; fontes de custeio sindical; autonomia e liberdade sindical na Constituição e na CLT. OIT: Convenções em matéria de Direito Sindical; o modelo de liberdade sindical brasileiro em comparação com o da OIT. Conflitos Coletivos de Trabalho. Autonomia Coletiva e Privada. Negociação coletiva: caracterização, dinâmica, efeitos, figuras específicas. Formas de Composição de Conflitos Coletivos: Autotutela, Autocomposição e Heterocomposição. Solução jurisdicional de conflitos coletivos: dissídio coletivo. A arbitragem. A greve. Instrumentos de representação e participação obreira na empresa.

Bibliografia básica

- HUSEK, Carlos Roberto. Curso básico de direito internacional público e privado do trabalho. São Paulo: Ltr, 2017.
- GIGLIO, Wagner D. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2007.
- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia complementar

- BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. Direito Sindical: análise do modelo brasileiro de relações coletivas de trabalho à luz do direito estrangeiro comparado e da doutrina da OIT - proposta de inserção da comissão de empresa. São Paulo: Ltr, 2018.
- HINZ, Henrique Macedo. Direito Coletivo do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2009.
- LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTr, 2014.
- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2015.
- _____ . Instituições de direito público e privado. São Paulo: Atlas, 2015.
- SAAD, José Eduardo Duarte; CASTELO BRANCO, Ana Maria Saad. Consolidação das leis do trabalho comentada. São Paulo: Ltr, 2014.
- SOUZA, Geraldo Emediato de. Prestação de serviços a terceiros e figuras associadas: análise face à nova regulamentação. Brasília: Movimento, 2017.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07120 – DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 8°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Evolução e legislação da seguridade social. A Seguridade Social na Constituição Federal. A seguridade social como gênero: saúde, assistência e previdência social. Direito Previdenciário: conceito, objeto, princípios e normas. Custeio da Seguridade Social. Contribuintes e Segurados. Benefícios Previdenciários. Assistência Social. Saúde. Ações Previdenciárias.

Bibliografia básica

- BERWANGER, Jane Lucia Wilhelm. Previdência rural: inclusão social. Curitiba: Juruá, 2008.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia complementar

- ANDRADE, Flávia Cristina Moura de. Direito Previdenciário I. São Paulo: Saraiva, 2012.
- KERTZMAN, Ivan. Curso Prático de Direito Previdenciário. Salvador: Juspodivm, 2014.
- MARTINEZ, Wladimir Novaes. Princípios de Direito Previdenciário. São Paulo: LTr, 2015.
- IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. Rio de Janeiro: Impetus 2014.
- OLIVEIRA, Aristeu de. Manual Prático da Previdência Social. São Paulo: Atlas, 2006.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07121 – DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 8°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Propriedade intelectual e propriedade industrial. Criação intelectual. Publicações da obra. Direitos autorais de personalidade, de nomeação e de exploração. Traduções e adaptações. Titularidade e defesa dos direitos autorais: registro e ações. Representação e execução. Extinção dos direitos autorais. Propriedade Industrial: conceito, proteção, classificação e exploração.

Bibliografia básica

- BARBOSA, Denis Borges. Tratado da Propriedade Intelectual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010
- MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro. São Paulo: Atlas, 2016.
- MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

Bibliografia complementar

- COELHO, Fábio Ulhoa, Curso de Direito Comercial. Vol. 1. São Paulo, 2014.
- _____, Fábio Ulho, Manual de Direito Comercial. São Paulo, Saraiva, 2011.
- DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Vol. 8. São Paulo, 2018.
- GUISE, Monica Steffen. Comércio Internacional, patentes e saúde pública. Curitiba. Juruá. 2007.
- GUSMÃO, Mônica. Licções de Direito Empresarial. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- REQUIÃO, Rubens Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2014.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07122 – **PRÁTICA SIMULADA DO PROCESSO FISCAL**

Carga horária: 34 horas (Prática: 34)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 8°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Ação Fiscal. Procedimento Administrativo Fiscal em relação a tributos federais. Procedimento Administrativo Fiscal em relação a tributos estaduais. Procedimento Administrativo Fiscal em relação a tributos municipais.

Bibliografia básica

- AQUINO, Renato. Manual de português e redação jurídica. Niterói: Impetus, 2017.
- CARRAZA, Roque. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros, 2017.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2017.
- COSTA, Regina Helena. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva. 2017.

Bibliografia complementar

- AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2017.
- MACHADO, Hugo de Brito. Processo Tributário. São Paulo: Atlas, 2014.
- MELO, José Eduardo Soares de. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Dialética. 2012.
- TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário. Vol. 2. Rio de Janeiro: Renovar. 2014.
- _____, Ricardo Lobo. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva; 2013.
- KNIJNIK, Eduardo. Questões e peças comentadas: Tributário. São Paulo: Saraiva. 2011.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07123 – PRÁTICA REAL III (TRABALHISTA)**

Carga horária: 68 horas (Prática: 68)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 8°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Atuação em casos concretos. Estudos e atividades práticas do Direito Processual Trabalhista segundo as suas diversas ações e procedimentos.

Bibliografia básica

- AQUINO, Renato. Manual de português e redação jurídica. Niterói: Impetus, 2017.
- GIGLIO, Wagner D. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2007.
- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia complementar

- BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTR, 2008.
- CAMARGOS, Ana Amélia Mascarenhas. Direito do trabalho no terceiro setor. São Paulo: Saraiva, 2008.
- DELGADO, Maurício Godinho. Curso do Direito do Trabalho. São Paulo: LTR, 2014.
- LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTr, 2014.
- SAAD, José Eduardo Duarte; CASTELO BRANCO, Ana Maria Saad. Consolidação das leis do trabalho comentada. São Paulo: Ltr, 2014.
- SOUZA, Geraldo Emediato de. Prestação de serviços a terceiros e figuras associadas: análise face à nova regulamentação. Brasília: Movimento, 2017.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07124 – **INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA**

Carga horária: 68 horas (Prática: 68)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 9°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções preliminares sobre a investigação científica. As fases da investigação científica. Investigação científica aplicada ao Direito. Desenvolvimento da Pesquisa Científica objeto do projeto de pesquisa previamente aprovado na disciplina Laboratório de Pesquisa que culminará na Monografia Jurídica acompanhada pelo Professor Orientador.

Bibliografia básica

- AQUINO, Renato; DOUGLAS, William. Manual de português e redação jurídica. 6. ed. Niterói: Impetus, 2017.
- ANDRADE, Maria Margarida De. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARCONI, Marina De Andrade ; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Bibliografia complementar

- CAMPOS, Dinael Corrêa De; BAPTISTA, Makilim Nunes (Org). Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
- CARVALHO, Maria Cecilia Maringoni De. Construindo o saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas. 24. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.
- KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina De Andrade. Metodologia do trabalho científico: projeto de pesquisa, pesquisa bibliográfica, tese de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2017.
- MATTAR, João. Metodologia científica na era digital. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07125 – **BIODIREITO E BIOÉTICA**

Carga horária: 34 horas (Prática: 34)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 9º

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções gerais. Conceito de biodireito. Conceito de bioética. Fundamentos médicos e jurídicos. Biodireito e bioética na Constituição Federal de 1988. Bioética e biodireito e os direitos humanos. Legislação pertinente.

Bibliografia básica

- DINIZ, Maria Helena. O estado atual do biodireito. 10. ed. rev. aum. e atual. São Paulo: Saraiva Jur, 2017
- MORAES, Alexandre De. Direitos humanos fundamentais : teoria geral: comentários aos art. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil: doutrina e jurisprudência. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017. 415 p. ISBN: 9788597008883.
- WOLKMER, Antonio Carlos, LEITE, José Rubens Morato. Os novos direitos no Brasil: natureza e perspectivas : uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas, São Paulo, Editora Saraiva, 2016.

Bibliografia complementar

- DINIZ, Debora (org). Ética em pesquisa: temas globais. Brasília, DF: Ed. da Unb Letras Livres, 2008.
- GUERRA, Arthur Magno e Silva Bioética e biodireito: uma introdução crítica. São Paulo, Editora: América Jurídica, 2005.
- PINHO, Ruy Rebello; NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Instituições de direito público e privado: introdução ao estudo do direito, noções de ética profissional. 24. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2004.
- BRANDÃO, Dornival da Silva, BICUDO, Hélio. A vida dos direitos humanos – bioética médica e jurídica. Editora SAFE.
- MUSSE, Luciana Barbosa. Novos sujeitos de direito. Editora Campus.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- CUNHA, Leonardo José Carneiro Da. A fazenda pública em juízo. 12. ed., rev. e atual. São Paulo: Dialética, 2014.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07126 – **DIREITO INDÍGENA E AFRO-BRASILEIRO**

Carga horária: 68 horas (Prática: 34 Teórica: 34)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 9°

Versão Curricular: 2018

Ementa

O campo do Direito e das relações Raciais. Abordagem jurídica das relações Raciais. Conceitos de Racismo, Preconceito e Discriminação. Raça e Etnia. Desigualdades raciais. Os indígenas e os afro-brasileiros no cenário político-jurídico do Brasil.

Bibliografia básica

- ASHMORE, Ellis. Dicionário de relações étnicas e raciais. São Paulo, Editora Selo Negro, 2000.
- DUARTE, Evandro Charles Piza, BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima, SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. Cotas raciais no ensino superior: entre o jurídico e o político. Curitiba, Juruá, 2008.
- TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes. 2010 MOREIRA NETO, Carlos. Índios da Amazônia de maioria a minoria. Petrópolis: Vozes.
- SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Bibliografia complementar

- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Aspectos do direito constitucional contemporâneo. São Paulo. Saraiva. 2011
- MATTOS, Fernando Pagani. Acesso à justiça: um princípio em busca de efetivação. Curitiba, Editora Juruá. 2009
- MILARÉ, Édis (Coord). Ação civil pública : após 30 anos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. O esgotamento de recursos internos no direito internacional. 2. ed. atual. Brasília, DF: Ed. UnB, 1997
- SAID, Edward W. Cultura e imperialismo. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.
- WEST, Cornel. Questão de raça. São Paulo: companhia das Letras.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07127 – **DIREITO FLORESTAL**

Carga horária: 34 horas (Prática: 9 Teórica: 25)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 9°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções gerais. Direito Florestal e a Constituição Federal. Direito Ambiental e Direito Florestal. Direito de Propriedade: função social. Fundamentos e legislação do Direito Florestal.

Bibliografia básica

- ANTUNES, Paulo de Bessa. Dano ambiental: Uma Abordagem Conceitual. Lumen Juris. São Paulo. Atlas, 2015.
- DINIZ, Maria Helena, O estado atual do Biodireito. São Paulo. Saraiva Jur. 2017.
- SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de direito ambiental, São Paulo, Saraiva Jur. 2018.
- FARIAS, Talden. Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos. Belo Horizonte. Fórum, 2017.
- COSTA JR, Paulo José da. Direito penal ecológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- SANCHEZ, Luis Enrique. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. 2. ed. atual. e ampl. São Paulo: Oficina de Textos, 2013

Bibliografia complementar

- FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. Saraiva, São Paulo, 2015.
- VIEIRA, Ima Célia Guimarães, TOLEDO, Peter Mann de, SANTOS JÚNIOR, Roberto Araújo de. Ambiente e sociedade na Amazônia: uma abordagem interdisciplinar, Rio de Janeiro, Garamond, 2014.
- FREITAS, Vladimir Passos de. Direito administrativo e Meio Ambiente. Juruá. 2014.
- MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação popular. RT. 2015. São Paulo.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. Saraiva. 2017.
- ZANETTI, Eder, Meio ambiente: setor florestal, Curitiba, Juruá. 2009.
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Princípios do direito processual ambiental. São Paulo, Saraiva, 2016

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07128 – DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Carga horária: 34 horas (Prática: 9 Teórica: 25)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 9°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções Gerais. O direito dos portadores de necessidades especiais na Constituição Federal. A Legislação vigente. Tutelas civil, administrativa e penal. Atuação dos órgãos públicos em defesa dos direitos dos portadores de necessidades especiais. Regras para o espaço urbano em relação aos direitos dos portadores de necessidades especiais.

Bibliografia básica

- MORAES, Alexandre De. Direitos humanos fundamentais : teoria geral : comentários aos art. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil: doutrina e jurisprudência. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.
- QUADROS, Ronice Müller De. Educação de surdos : a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- MOREIRA, Glauco Roberto Marques. Pessoas portadoras de deficiência : pena e constituição. Porto Alegre: S. A. Fabris, 2008.
- MARTINEZ, Wladimir Novaes. Princípios de direito previdenciário. 6. ed. São Paulo: LTr, 2015.
- COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Bibliografia complementar

- ALBUQUERQUE, Raphaella Duarte Lopes De ; BRASIL, Silvany Ellen Risuenho. Inclusão de pessoas com deficiência no contexto Amazônico : volume I. Belém: L&A, 2014.
- ALBUQUERQUE, Raphaella Duarte Lopes De ; BRASIL, Silvany Ellen Risuenho. Inclusão de pessoas com deficiência no contexto Amazônico : volume II. Belém: L&A, 2015. 2 v.
- BRASIL Congresso Nacional ;. Legislação brasileira sobre pessoas portadoras de deficiência. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 2006. (Fontes de referência, n.73).
- BRASIL. Política nacional de saúde da pessoa portadora de deficiência. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 72 p. (Série E: legislação de saúde).
- CORREIA, Aline Pereira Dos Santos Amaro ; DIAS, Daniella Maria Dos Santos. O direito à cidade e a acessibilidade para pessoas com deficiência : a teoria da produção do espaço de Henri Lefèbvre e análise acerca da aplicação do Plano Diretor Participativo de 2006, em Tucuruí PA. Marabá: s.n, 2017. 164 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Marabá, 2017.
- FIGUEIREDO, Rita Vieira De (org). A educação especial na perspectiva da inclusão escolar. Brasília, DF Fortaleza, CE: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial Universidade Federal do Ceará, 2010. 10 v. (Coleção A educação especial na perspectiva da inclusão escolar).
- LIMA, Niusarete Margarida De. Pessoa portadora de deficiência. Brasília, DF: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2001. (Série legislação em direitos humanos).
- MOREIRA, Glauco Roberto Marques. Pessoas portadoras de deficiência: pena e constituição. Porto Alegre: S. A. Fabris, 2008. 232.
- WEIS, Carlos. Direitos humanos contemporâneos. 3. ed., rev. e aum. São

Paulo: Malheiros, 2014.

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno De. Pessoas com deficiência na cidade de Belém. Belém: Movimento das Pessoas com Deficiência de Belém, 2007. 11 p. (, 6).
- BRASIL Secretaria De Atenção À Saúde. Política nacional de saúde da pessoa com deficiência. Brasília: Ed. do MS, 2010. 23 p. (Série B. Textos básicos de saúde)
- SCHLESENER, Anita Helena. Hegemonia e cultura: Gramsci. Curitiba: Ed. UFPR, 1992.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07129 – DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Carga horária: 34 horas (Prática: 9 Teórica: 25)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 9º

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções gerais. Dos Direitos da Criança e do Adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). Da defesa da criança e do adolescente. Atuação do Poder Judiciário. Atuação do Ministério Público.

Bibliografia básica

- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2016.
- LIBERATI, Wilson Donizeti. Conselhos e fundos no Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Malheiros, 2003.
- MORAES, Alexandre de. Direitos Humanos Fundamentais. São Paulo: Atlas, 2017.

Bibliografia complementar

- GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo Curso de Direito Civil: direito de família, as famílias em perspectiva constitucional. São Paulo: Saraiva, 2014.
- GARCEZ, Sérgio Matheus. O Novo Direito da Criança e do Adolescente. São Paulo: Alínea, 2008.
- MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; SALUM, Maria José Gontijo; OLIVEIRA, Rodrigo Tôres. Estatuto da criança e do adolescente: refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016.
- MUSZKAT, Malvina Ester. Guia prático de mediação de conflitos em família e organizações. 12º ed. Editora Summus, 2007.
- PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. São Paulo: Saraiva, 2012.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07130 – **HERMENEUTICA JURÍDICA**

Carga horária: 34 horas (Prática: 9 Teórica: 25)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 9°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções gerais. Conceito e fundamentos da hermenêutica jurídica. Interpretação dos normas jurídicas. Aplicação da norma jurídica. Lógica e interpretação da norma jurídica. As várias correntes da hermenêutica jurídica.

Bibliografia básica

- ALEXY, Robert. Teoria da argumentação jurídica: a teoria do discurso racional como teoria da fundamentação jurídica. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- GADAMER, Hans-georg. Verdade e método: I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 14. ed. Petrópolis, RJ Bragança Paulista, SP: Vozes Ed. Universitária São Francisco, 2014.
- VOESE, Ingo. Argumentação jurídica: teoria, técnicas, estratégias. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

Bibliografia complementar

- MACCORMICK, Neil. Argumentação jurídica e teoria do direito. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI RODRIGUES, Suzy. Discurso e textualidade: análise de discurso, o texto nos estudos da linguagem, texto e autoria, semiótica e semiologia, filologia, retórica e argumentação. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.
- PEIXINHO, Manoel Messias. A interpretação da Constituição e os princípios fundamentais : elementos para uma hermenêutica constitucional renovada. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2015.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação: a nova retórica. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Identificação da disciplinaDI07132 – **PRÁTICA REAL IV (CÍVEL)**

Carga horária: 68 horas (Prática: 68)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 9º

Versão Curricular: 2018

Ementa

Atendimento ao público (orientação, redação de peças processuais);

Acompanhamento de processos junto ao Núcleo de Prática Jurídica.

Acompanhamento e relatório de audiências cíveis.

Bibliografia básica

- AQUINO, Renato. Manual de Português e Redação Jurídica. Niterói: Impetus, 2017.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processo Civil. São Paulo: Malheiros Editores, 2017.
- MATTOS, Fernando Pagani. Acesso à justiça - um princípio em busca de efetivação. Curitiba: Juruá, 2009.

Bibliografia complementar

- DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais. Volume 5. Salvador: JusPODIVM, 2014.
- MUSZKAT, Malvina Ester. Guia prático de mediação de conflitos em família e organizações. 12º ed. Editora Summus, 2007.
- SANTOS, José Carlos Van Cleef de Almeida. Manual de Direito Civil. Revista dos Tribunais, 2014.
- TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis. São Paulo: Método, 2018.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Volume 1. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- _____ . Curso de direito processual civil: processo de execução e cumprimento de sentença. Volume 2. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- RODRIGUES, Geisa de Assis; ANJOS FILHO, Robério Nunes dos (Org.). Reflexões sobre o novo Código de Processo Civil. Brasília: ESMPU, 2016.
- WOLKMER, Antonio Carlos Leite e MORATO, José Rubens. Os novos direitos no Brasil. 3º ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07133 – **MONOGRAFIA JURÍDICA I**

Carga horária: 51 horas (Prática: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 10º

Versão Curricular: 2018

Ementa

Elaboração de Projeto de Pesquisa e Monografia Jurídica através do acompanhamento de Professor Orientador. Produção da Monografia Jurídica através do acompanhamento de Professor Orientador.

Bibliografia básica

- AQUINO, Renato; DOUGLAS, William. Manual de português e redação jurídica. 6. ed. Niterói: Impetus, 2017.
- ANDRADE, Maria Margarida De. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARCONI, Marina De Andrade ; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Bibliografia complementar

- CAMPOS, Dinael Corrêa De; BAPTISTA, Makilim Nunes (Org). Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
- CARVALHO, Maria Cecilia Maringoni De. Construindo o saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas. 24. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.
- KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina De Andrade. Metodologia do trabalho científico: projeto de pesquisa, pesquisa bibliográfica, tese de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2017.
- MATTAR, João. Metodologia científica na era digital. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07134 – **MONOGRAFIA JURÍDICA II**

Carga horária: 17 horas (Prática: 17)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 10º

Versão Curricular: 2018

Ementa

Proporcionar ao aluno de Direito, ao professor orientador de TCC e à Faculdade de Direito a oportunidade de publicação de artigos científicos que de fato, apresentem qualidade acadêmica reconhecida e possam contribuir no processo de socialização do saber jurídico, na Revista Monográfica (on line) de Direito de Marabá.

Bibliografia básica

- AQUINO, Renato; DOUGLAS, William. Manual de português e redação jurídica. 6. ed. Niterói: Impetus, 2017.
- ANDRADE, Maria Margarida De. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARCONI, Marina De Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Bibliografia complementar

- CAMPOS, Dinael Corrêa De; BAPTISTA, Makilim Nunes (Org). Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
- CARVALHO, Maria Cecilia Maringoni De. Construindo o saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas. 24. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.
- KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina De Andrade. Metodologia do trabalho científico: projeto de pesquisa, pesquisa bibliográfica, tese de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2017.
- MATTAR, João. Metodologia científica na era digital. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07135 – **DIREITO INTERNACIONAL**

Carga horária: 68 horas (Prática: 17 Teórica: 51)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 10º

Versão Curricular: 2018

Ementa

Conceito, evolução e fontes do Direito Internacional. Sujeitos internacionais. A cooperação internacional entre os Estados. A disciplina internacional dos espaços. O contencioso internacional. Lei aplicável ao contrato internacional. Direito Humanitário em tempos de paz e de guerra. Controvérsias internacionais. O Direito Internacional na atualidade. As relações internacionais observadas sob o prisma jurídico - o Direito Internacional determinando os sujeitos das relações internacionais, assim como seus direitos e deveres fundamentais. Estudo jurídico da atividade dos Estados, dos indivíduos e de outros organismos nas relações internacionais. Casos e circunstâncias em que as leis de um Estado são aplicáveis no território de outro. Nacionalidade. Direitos do estrangeiro. Conflitos de leis no espaço no âmbito internacional.

Bibliografia básica

- HUSEK, Carlos Roberto. Curso de direito internacional público. São Paulo: Editora Ltr, 2017.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- PEREIRA, Lafayette Rodrigues. Princípios de direito internacional. Ed. fac-similar. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2017.

Bibliografia complementar

- ACCIOLY, Hildebrando; CASELLA, Paulo Borba; SILVA, Geraldo Eulalio Do Nascimento E. Manual de direito internacional público. 16. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.
- MAUÉS, Antonio Gomes Moreira (org). A eficácia nacional e internacional dos direitos humanos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- RIBEIRO, Wagner Costa. A ordem ambiental internacional. São Paulo: Contexto, 2014
- MIRANDA, Jorge. Curso de direito internacional público: uma visão sistemática do direito internacional dos nossos dias. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009
- ASTRO, Amílcar De. Direito internacional privado. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- AMORIM, Edgar Carlos De. Direito internacional privado. 10. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 13. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07136 – **PRÁTICA REAL V (CÍVEL)**

Carga horária: 68 horas (Prática: 68)

Tipo de Disciplina: Obrigatória

Período Ideal: 10°

Versão Curricular: 2018

Ementa

Atendimento, orientação jurídica, redação de peças processuais: (petição inicial, contestação, recursos em geral). Atividades de conciliação. Acompanhamento de processos cíveis junto ao Núcleo de Prática Jurídica. Acompanhamento e relatório de audiências na vara cível e de família.

Bibliografia básica

- AQUINO, Renato. Manual de Português e Redação Jurídica. Niterói: Impetus, 2017.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processo Civil. São Paulo: Malheiros Editores, 2017.
- MATTOS, Fernando Pagani. Acesso à justiça - um princípio em busca de efetivação. Curitiba: Juruá, 2009.

Bibliografia complementar

- DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais. Volume 5. Salvador: JusPODIVM, 2014.
- MUSZKAT, Malvina Ester. Guia prático de mediação de conflitos em família e organizações. 12° ed. Editora Summus, 2007.
- SANTOS, José Carlos Van Cleef de Almeida. Manual de Direito Civil. Revista dos Tribunais, 2014.
- TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis. São Paulo: Método, 2018.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Volume 1. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- _____ . Curso de direito processual civil: processo de execução e cumprimento de sentença. Volume 2. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- RODRIGUES, Geisa de Assis; ANJOS FILHO, Robério Nunes dos (Org.). Reflexões sobre o novo Código de Processo Civil. Brasília: ESMPU, 2016.
- WOLKMER, Antonio Carlos Leite e MORATO, José Rubens. Os novos direitos no Brasil. 3° ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07131 – TÉCNICA DE REDAÇÃO JURÍDICA**

Carga horária: 68 horas (Prática: 68)

Tipo de Disciplina: Optativa

Versão Curricular: 2018

Ementa

A técnicas de elaboração dos textos de peças jurídicas. Aplicação da linguagem forense. O estudo técnico vocabulário terminológico jurídico.

Bibliografia básica

- AQUINO, Renato; DOUGLAS, William. Manual de português e redação jurídica. 6. ed. Niterói: Impetus, 2017.
- ANDRADE, Maria Margarida De. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARCONI, Marina De Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Bibliografia complementar

- CAMPOS, Dinael Corrêa De; BAPTISTA, Makilim Nunes (Org). Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
- CARVALHO, Maria Cecilia Maringoni De. Construindo o saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas. 24. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.
- KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina De Andrade. Metodologia do trabalho científico: projeto de pesquisa, pesquisa bibliográfica, tese de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2017.
- MATTAR, João. Metodologia científica na era digital. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07137 – **DIREITO E GÊNERO**

Carga horária: 68 horas (Prática: 68)

Tipo de Disciplina: Optativa

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções gerais. Conceito de gênero. Classificação e finalidade. Direitos da mulher (Lei Maria da Penha). Direitos do homem. Direito das diversidades sexuais: direitos dos homossexuais. Opções sexuais. Crimes contra Homossexuais.

Bibliografia básica

- COLEÇÃO Direitos Humanos. Osasco, SP: EdiFIEO, 2008.
- ELESBÃO, Elisita Collor (Coord). Pessoa, gênero e família: uma visão integrada do direito. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2002. 191 p. ISBN: 8573482168.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 9. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- SILVA, Idelma Santiago Da (Org). Mulheres em perspectiva: trajetórias, saberes e resistências na Amazônia Oriental. Belém: Paka-Tatu, 2017.
- GODINHO, Tatau; BORBA, Ângela; FARIA, Nalu. Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. ISBN: 8586469076.

Bibliografia complementar

- PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 13. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.
- LOPES, Ana Maria D'ávila ; MAUÉS, Antonio Gomes Moreira (org). A eficácia nacional e internacional dos direitos humanos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- SIMONIAN, Ligia T. L. Mulheres da Amazônia brasileira : entre o trabalho e a cultura. Belém: UFPA / NAEA, 2001.
- INCAO, Maria Angela D'; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. A Mulher existe : uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: MPEG GEPEM, 1995.
- ALVES, Branca Moreira ; PITANGUY, Jacqueline. O Que é feminismo. São Paulo: Abril Cultural Brasileira, 1985.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina

D107138 – **DIREITO ECONÔMICO**
 Carga horária: 68 horas (Prática: 68)
 Tipo de Disciplina: Optativa
 Versão Curricular: 2018

Ementa

Conceito de Estado. Características dos diferentes tipos de Estado: Estado antigo, Estado grego, Estado romano, Estado feudal, Estado Liberal, Estado Contemporâneo (Comunismo, Social-Democracia, Socialismo e Neo-Liberalismo). A disciplina jurídica da atividade econômica: sistema capitalista de regime intervencionista. O Direito Econômico. As diferentes correntes doutrinárias. Objeto. Autonomia. Fontes. Sujeitos. Características das relações jurídico-econômicas. Noção de constituição econômica. Normas jurídicas: princípios e regras. Princípios constitucionais de ordenação econômica. Princípios infra-legais de ordenação econômica. A disciplina da conjuntura econômica. Direito e poder econômico: público e privado. Capital e trabalho. O conceito de grupo hegemônico. Os grupos de pressão. Função social dos meios de produção: propriedade e contrato. Poupança, consumo e investimento. A questão da tecnologia. Funções da moeda e do crédito. Moeda: nominalismo e correção monetária. O sistema financeiro nacional. A distribuição do exercício da atividade econômica. Formas de intervenção do Estado no domínio econômico. A intervenção “sobre” e “no” domínio econômico. O planejamento. Privatização e Estatização. A globalização e o papel do Estado Nacional. Responsabilidade do Estado por intervenção no domínio econômico. Evolução da teoria da responsabilidade. Mudança de ótica: a responsabilidade do Estado e a intervenção econômica. A pessoa que infringe a norma. A norma infringida e o “modus agendi” do infrator. A escolha da opção econômica pelo Estado e o princípio da igualdade. As normas diretas e o princípio da lucratividade. As normas indutivas e o princípio do direito adquirido. As promessas governamentais e o princípio da boa fé. A pessoa atingida pela infração à norma. A sanção aplicável. A reparação. A democratização e a responsabilidade do Estado intervencionista. A responsabilidade pública e a “disregard doctrine”. Direito econômico aplicado. Noções gerais das disciplinas vinculadas. Direito e meio ambiente: princípios gerais aplicáveis: direito ambiental, direito minerário, direito agrário. Direito e mercado: princípios gerais aplicáveis. Direito do consumidor e direito concorrencial: o direito econômico e a empresa. Empresas públicas e privadas. A concentração de empresas. Práticas concorrenciais abusivas. A CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica. A SDE – Secretaria de Direito Econômico.

Bibliografia básica

- AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2017.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2017.

- SOUZA, Washington Peluso Albino de. Primeiras linhas de direito econômico. São Paulo: Ltr, 2017.

Bibliografia complementar

- CARRAZA, Roque. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros, 2017.
- COSTA, Regina Helena. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva. 2017.
- GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988: interpretação e crítica. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2008.
- MELO, José Eduardo Soares de. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Dialética. 2012.
- TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário. Vol. 2. Rio de Janeiro: Renovar. 2014.
- _____, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário. Rio de Janeiro: Renovar; 2009.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07139 – TUTELA JURÍDICA DA FLORA E DA FAUNA**

Carga horária: 68 horas (Prática: 68)

Tipo de Disciplina: Optativa

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções Gerais. Conceito, fundamentos constitucionais e finalidade da Tutela Jurídica da Flora e da Fauna. Legislação pertinente. Tutela Jurídica da Flora e da Fauna e o Direito Ambiental e Urbanístico.

Bibliografia básica

- ANTUNES, Paulo de Bessa. Dano ambiental: Uma Abordagem Conceitual. Lumen Juris. São Paulo. Atlas, 2015.
- DINIZ, Maria Helena, O estado atual do Biodireito. São Paulo. Saraiva Jur. 2017.
- SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de direito ambiental, São Paulo, Saraiva Jur. 2018.
- FARIAS, Talden. Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos. Belo Horizonte. Fórum, 2017.
- SANCHEZ, Luis Enrique. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. 2. ed. atual. e ampl. São Paulo: Oficina de Textos, 2013

Bibliografia complementar

- FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. Saraiva, São Paulo, 2015.
- VIEIRA, Ima Célia Guimarães, TOLEDO, Peter Mann de, SANTOS JÚNIOR, Roberto Araújo de. Ambiente e sociedade na Amazônia: uma abordagem interdisciplinar, Rio de Janeiro, Garamond, 2014.
- FREITAS, Vladimir Passos de. Direito administrativo e Meio Ambiente. Juruá. 2014.
- MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação popular. RT. 2015. São Paulo.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. Saraiva. 2017.
- ZANETTI, Eder, Meio ambiente: setor florestal, Curitiba, Juruá. 2009.
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Princípios do direito processual ambiental. São Paulo, Saraiva, 2016.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07140 – DIREITO DA CONCORRÊNCIA**

Carga horária: 68 horas (Prática: 68)

Tipo de Disciplina: Optativa

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções gerais sobre Concorrência. Conceito, origens, fundamentos jurídicos, finalidade. Fundamentos constitucionais. Direito da Concorrência e Direito Empresarial. Concorrência Desleal. Princípios e Regulação. Direito Comparado.

Bibliografia básica

- GABAN, Eduardo Molan ; DOMINGUES, Juliana Oliveira (Coord). Estudos de direito econômico e economia da concorrência. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2009.
- MORAES, Alexandre De. Direitos humanos fundamentais: teoria geral : comentários aos art. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil : doutrina e jurisprudência. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Bibliografia complementar

- Pratica forenDOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de direito público e privado. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- GUSMÃO, Mônica. Licões de Direito Empresarial. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro. São Paulo: Atlas, 2016.
- MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- OLIVEIRA NETTO, José. Mini dicionário universitário: terminologia jurídica e latim forense. 2. ed. Leme, SP: Edijur, 2011.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07141 – **LINGUAGEM E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA**

Carga horária: 68 horas (Prática: 68)

Tipo de Disciplina: Optativa

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções gerais. Conceito, origens, classificação e fundamentos da Linguagem e Argumentação Jurídica. Teorias e princípios que regem a Linguagem e a Argumentação Jurídica. Técnicas de Argumentação Jurídica.

Bibliografia básica

- ALEXY, Robert. Teoria da argumentação jurídica: a teoria do discurso racional como teoria da fundamentação jurídica. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- GADAMER, Hans-georg. Verdade e método: I : traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 14. ed. Petrópolis, RJ Bragança Paulista, SP: Vozes Ed. Universitária São Francisco, 2014.
- VOESE, Ingo. Argumentação jurídica: teoria, técnicas, estratégias. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

Bibliografia complementar

- MACCORMICK, Neil. Argumentação jurídica e teoria do direito. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI RODRIGUES, Suzy. Discurso e textualidade: análise de discurso, o texto nos estudos da linguagem, texto e autoria, semiótica e semiologia, filologia, retórica e argumentação. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.
- PEIXINHO, Manoel Messias. A interpretação da Constituição e os princípios fundamentais: elementos para uma hermenêutica constitucional renovada. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2015.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação: a nova retórica. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07142 – **CRIMINOLOGIA**

Carga horária: 68 horas (Prática: 68)

Tipo de Disciplina: Optativa

Versão Curricular: 2018

Ementa

Criminologia como ciência. Evolução histórica. Criminogênese. Classificação dos criminosos. Biologia Criminal. Sociologia Criminal. Psicologia Criminal. A sistemática penal e suas mazelas. A Justiça Criminal. Vitimologia. A Criminologia na atualidade.

Bibliografia básica

- BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia Revan, 2002. BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora.
- BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao direito penal brasileiro. 12. ed., rev. atual. São Paulo: Revan, 2015.
- BENTHAM, Jeremy. Teoria das penas legais e Tratado dos sofismas políticos. São Paulo: Edijur, 2002.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Bibliografia complementar

- BATISTA, Nilo. Matrizes ibéricas do sistema penal brasileiro : I. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia Revan, 2002.
- OLIVEIRA, Edmundo. Pólos essenciais da criminologia : o homem e seu crime. Belém: Edições CEJUP, 1983.
- BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. São Paulo: Martin Claret, 2014. (Coleção A obra prima de cada autor, 48)
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl ; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro : volume 1 : parte geral. 7. ed., rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07143 – DIREITO DE EXECUÇÃO PENAL**

Carga horária: 68 horas (Prática: 68)

Tipo de Disciplina: Optativa

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções Gerais Sobre a Execução Penal. Condenado e Internado. Órgãos da Execução Penal. Estabelecimentos Penais. Execução das penas em espécie. Execução das medidas de segurança. Incidentes da Execução. Procedimento judicial.

Bibliografia básica

- MARCÃO, Renato Flávio. Curso de execução penal. 15. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraivajur, 2017
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir : nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas : a perda de legitimidade do sistema penal. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001
- BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. São Paulo: Martin Claret, 2014.

Bibliografia complementar

- MIRABETE, Julio Fabbrini ; FABBRINI, Renato Nascimento. Código penal interpretado. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2015.
- BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao direito penal brasileiro. 12. ed., rev. atual. São Paulo: Revan, 2015.
- BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. São Paulo: Martin Claret, 2014. (Coleção A obra prima de cada autor, 48).
- MARINONI, Luiz Guilherme ; ARENHART, Sérgio Cruz. Execução. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. São Paulo: Saraiva, 2017.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07144 – **SOCIOLOGIA CRIMINAL**

Carga horária: 68 horas (Prática: 68)

Tipo de Disciplina: Optativa

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções gerais. Conceito, análise, classificação e fundamentos da Sociologia Jurídica.

Criminologia e suas vertentes. Sociologia Criminal como vertente da Criminologia.

Criminalidade e Fato Social: relação e dinâmica dialética.

Bibliografia básica

- BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia Revan, 2002. BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora.
- BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao direito penal brasileiro. 12. ed., rev. atual. São Paulo: Revan, 2015.
- BENTHAM, Jeremy. Teoria das penas legais e Tratado dos sofismas políticos. São Paulo: Edijur, 2002.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- WACQUANT, Loïc. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos a onda punitiva. 3. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

Bibliografia complementar

- BATISTA, Nilo. Matrizes ibéricas do sistema penal brasileiro: I. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia Revan, 2002.
- OLIVEIRA, Edmundo. Pólos essenciais da criminologia: o homem e seu crime. Belém: Edições CEJUP, 1983.
- BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. São Paulo: Martin Claret, 2014. (Coleção A obra prima de cada autor, 48).
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl ; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro : volume 1 : parte geral. 7. ed., rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07145 – **TEMAS EMERGENTES DE DIREITO**

Carga horária: 68 horas (Prática: 68)

Tipo de Disciplina: Optativa

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções gerais. Conceito de temas emergentes de Direito. Direito e cibernética. Direito e ciência da computação. Direitos dos excluídos. Direito Cibernético. Novos caminhos para o Direito na nova realidade tecnológica.

Bibliografia básica

- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 17. ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- MORAES, Alexandre De. Direitos humanos fundamentais: teoria geral: comentários aos art. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil: doutrina e jurisprudência. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.
- DINIZ, Maria Helena. O estado atual do biodireito. 10. ed. rev. aum. e atual. São Paulo: Saraiva Jur, 2017.
- WOLKMER, Antonio Carlos; LEITE, José Rubens Morato (Org). Os novos direitos no Brasil: natureza e perspectivas: uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Bibliografia complementar

- AQUINO, Renato; DOUGLAS, William. Manual de português e redação jurídica. 6. ed. Niterói: Impetus, 2017.
- CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de direito público e privado. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016
- LÉVY, Pierre; COSTA, Carlos Irineu. CyberCultura. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.
- OLIVEIRA NETTO, José. Mini dicionário universitário: terminologia jurídica e latim forense. 2. ed. Leme, SP: Edijur, 2011.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07146 – INSTITUIÇÕES DE DIREITO**

Carga horária: 68 horas (Prática: 68)

Tipo de Disciplina: Optativa

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções gerais sobre direito e justiça. Instituições de direito: conceito, classificação e fundamentos. Instituições que regem os vários ramos da ciência jurídica. Classificação das Instituições Jurídicas.

Bibliografia básica

- DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de direito público e privado. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- DINAMARCO, Cândido. Instituições de direito processual civil. São Paulo: Malheiros, 2017.
- MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de direito público e privado. São Paulo: Atlas, 2015

Bibliografia complementar

- AQUINO, Renato ; DOUGLAS, William. Manual de português e redação jurídica. 6. ed. Niterói: Impetus, 2017.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições do direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- MORAES, Alexandre De. Direitos humanos fundamentais : teoria geral : comentários aos art. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil : doutrina e jurisprudência. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.
- PINHO, Ruy Rebello. Instituições de direito público e privado. São Paulo: Atlas, 2004.
- OLIVEIRA NETTO, José. Mini dicionário universitário: terminologia jurídica e latim forense. 2. ed. Leme, SP: Edijur, 2011.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07147 – INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO**

Carga horária: 68 horas (Prática: 68)

Tipo de Disciplina: Optativa

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções gerais sobre direito e justiça. Conceito de instituições de direito público e de direito privado. Instituições de direito público: conceito, classificação e finalidade. Instituições de direito privado: conceito, classificação e finalidade. Instituições de direito público sob a influência do direito privado. Instituições de direito privado sob a influência do direito público.

Bibliografia básica

- DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de direito público e privado. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- DINAMARCO, Cândido. Instituições de direito processual civil. São Paulo: Malheiros, 2017.
- MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de direito público e privado. São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia complementar

- AQUINO, Renato; DOUGLAS, William. Manual de português e redação jurídica. 6. ed. Niterói: Impetus, 2017.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições do direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- MORAES, Alexandre De. Direitos humanos fundamentais: teoria geral: comentários aos art. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil: doutrina e jurisprudência. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.
- PINHO, Ruy Rebello. Instituições de direito público e privado. São Paulo: Atlas, 2004.
- OLIVEIRA NETTO, José. Mini dicionário universitário: terminologia jurídica e latim forense. 2. ed. Leme, SP: Edijur, 2011..

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07148 – **DIREITO DA SANIDADE PÚBLICA**

Carga horária: 68 horas (Prática: 68)

Tipo de Disciplina: Optativa

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções gerais: conceito, classificação, fundamentos constitucionais e finalidade do Direito da Sanidade Pública. Saúde Pública. Direito da Sanidade Pública: Legislação pertinente e Comparado. Direito da Sanidade Pública e Direito Ambiental.

Bibliografia básica

- IBANÉZ, Nelson ; ELIAS, Paulo Eduardo M ; SEIXAS, Paulo Henrique D'ângelo. Política e gestão pública em saúde. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, c2011. 824 p. (Saúde em debate, 212).
- MONTEIRO, Simone ; SANSONE, Lívio. Etnicidade na América Latina : um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2004.
- ROCHA, Aristides Almeida ; CESAR, Chester Luiz Galvão ; RIBEIRO, Helena (Edt). Saúde pública : bases conceituais. 2. ed. São Paulo: Atheneu, c2013. Xvii.
- SILVEIRA, Mario Magalhães Da. Política nacional de saúde pública: a trindade desvelada : economia-saúde-população. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo ; GOMES, Andréia Patrícia. Perguntas e respostas comentadas de saúde pública. 2. ed. rev e ampl. Rio de Janeiro: Rubio, 2010.

Bibliografia complementar

- BRASIL Ministério Da Saúde ;. Aborto e saúde pública no Brasil : 20 anos. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia, 2009. (Série B. Textos básicos de saúde).
- BRASIL. Direitos sexuais e reprodutivos na integralidade da atenção à saúde de pessoas com deficiência. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA : Reports in public health. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Mensal. ISSN: 0102-311X.
- BERTOLLI FILHO, Cláudio. História da saúde pública no Brasil. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011. 71 p. (História em movimento) ISBN: 9788508147915.
- COUTO, Rosa Carmina De Sena ; CASTRO, Edna Maria Ramos De ; ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Saúde, trabalho e meio ambiente : políticas públicas na Amazônia. Belém: NAEA, 2002. 289 p. ISBN: 8571430276.
- GUISE, Mônica Steffen. Comércio internacional, patentes e saúde pública. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2007.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio ; PINTO, Regina P. Acesso aos direitos sociais : infância, saúde, educação, trabalho. São Paulo: Contexto, 2010.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07149 – DIREITO DO TERCEIRO SETOR**

Carga horária: 68 horas (Prática: 68)

Tipo de Disciplina: Optativa

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções gerais sobre desporto. Conceito, origens, classificação, fundamentação e finalidade do Direito do Terceiro Setor. Primeiro Setor, Segundo Setor e Terceiro Setor. Organizações sem fins lucrativos. ONGs: legislação pertinente. Direito Comparado. O Direito do Terceiro Setor e outras ramificações do Direito.

Bibliografia básica

- BALTAR, Fernando. Direito administrativo. Salvador: Juspodium. 2017.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas. 2018.
- TACHIZAWA, Takeshy. Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia complementar

- ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro De. Terceiro setor: história e gestão de organizações. 3. ed. São Paulo: Summus, 2006.
- SANTOS, Lucíola Maria Silva. Censo do terceiro setor do Pará: relatório. Belém: PAC, PA, 2006.
- CAMARGOS, Ana Amélia Mascarenhas. Direito do trabalho no terceiro setor. São Paulo: Saraiva, 2008.
- ROCHA, Silvio Luís Ferreira Da. Terceiro setor. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Malheiros, 2006.
- COSTA, Maria José Jackson. Terceiro setor: redução de assimetrias sociais. Belém: IUPEA, 2005.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07150 – DIREITO DOS DESPORTOS**

Carga horária: 68 horas (Prática: 68)

Tipo de Disciplina: Optativa

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções gerais sobre desporto. Conceito, origens, classificação, fundamentação e finalidade do Direito dos Desportos. Fundamentos constitucionais. Modalidades esportivas. Direito dos Desportos e Direito Empresarial. Legislação pertinente. Direito comparado.

Bibliografia básica

- MIRANDA, Martinho Neves. O direito no desporto. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2011.
- MORAES, Alexandre De. Direitos humanos fundamentais : teoria geral : comentários aos art. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil : doutrina e jurisprudência. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Bibliografia complementar

- AQUINO, Renato; DOUGLAS, William. Manual de português e redação jurídica. 6. ed. Niterói: Impetus, 2017.
- DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de direito público e privado. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- GUSMÃO, Mônica. Licções de Direito Empresarial. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro. São Paulo: Atlas, 2016.
- OLIVEIRA NETTO, José. Mini dicionário universitário: terminologia jurídica e latim forense. 2. ed. Leme, SP: Edijur, 2011.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07151 – DIREITO DOS TRANSPORTES**

Carga horária: 68 horas (Prática: 68)

Tipo de Disciplina: Optativa

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções gerais. Conceito, origens, classificação, fundamentação e finalidade do Direito dos Transportes. Fundamentos Constitucionais. Modalidades de transportes: rodoviário, ferroviário, aeroportuário, etc. Direito comparado.

Bibliografia básica

- CAMPOS, Vânia Barcellos Gouvêa. Planejamento de transportes: conceitos e modelos. Rio de Janeiro, RJ: Interciência, 2013.
- MORAES, Alexandre De. Direitos humanos fundamentais: teoria geral: comentários aos art. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil: doutrina e jurisprudência. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Bibliografia complementar

- AQUINO, Renato; DOUGLAS, William. Manual de português e redação jurídica. 6. ed. Niterói: Impetus, 2017.
- DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de direito público e privado. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- KEEDI, Samir. Transportes, unitização e seguros internacionais de carga: prática e exercícios. 5. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2011.
- OLIVEIRA NETTO, José. Mini dicionário universitário: terminologia jurídica e latim forense. 2. ed. Leme, SP: Edijur, 2011.
- VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. Transporte urbano, espaço e equidade : análise das políticas públicas. São Paulo: Annablume, 2001.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina

DI07152 – **DIREITO MOBILIÁRIO**
Carga horária: 68 horas (Prática: 68)
Tipo de Disciplina: Optativa
Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções gerais. Conceito, origens, natureza jurídica, classificação, função e finalidade do Direito Imobiliário. Fundamentos constitucionais. Legislação pertinente. Direito comparado. Direito Imobiliário e Direito Civil. Direito Imobiliário e Direito Empresarial.

Bibliografia básica

- CARDODO, Fernanda Lousada. Direito Urbanístico. Salvador: Juspodivm, 2017.
- SALLES, Venício Antonio de Paula. Direito Registral Imobiliário. São Paulo: Saraiva, 2012.
- SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antônio. Direito Imobiliário - teoria e prática. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Bibliografia complementar

- AVVAD, Pedro Elias. Direito Imobiliário - Teoria Geral e Negócios Imobiliários. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.
- COSTA, Carlos Magno Miqueri da. Direito urbanístico comparado. Curitiba: Juruá, 2009.
- CASTRO, Daniel Aureo de. Direito Imobiliário Atual. Rio de Janeiro: Campus, 2014.
- JUNQUEIRA, Gabriel J. P. Teoria e Prática do Direito Imobiliário. São Paulo: Edipro, 2008.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil: contratos. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- RIOS, Arthur. Manual de Direito Imobiliário (de acordo com as novas alterações da lei do inquilinato). Curitiba: Juruá, 2010.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina

DI07153 – **DIREITO URBANÍSTICO**
 Carga horária: 68 horas (Prática: 68)
 Tipo de Disciplina: Optativa
 Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções gerais: conceito, classificação, fundamentos constitucionais e finalidade do Direito Urbanístico. Direito Urbanístico e Direito Administrativo. Legislação pertinente. Direito Urbanístico: Direito Comparado. Direito Urbanístico e Direito Ambiental.

Bibliografia básica

- ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. Rio de Janeiro: Editora Método. 2011.
- ALFONSIN, Betânia; FERNANDES, Edesio. Direito urbanístico – Estudos brasileiros e internacionais. Editora Del Rey.
- CARDOSO, Fernanda Lousada. Direito urbanístico : lei 6.766/1979, lei 10.257/2001 e MP 2.220/2001 conforme novo CPC. 8. ed., rev., ampl. e atual. Salvador: Juspodivm, 2017.
- CARDOSO, Carlos Magno Miqueri da. Direito Urbanistico. Salvador: Juspodium. 2017.
- COSTA, Carlos Magno Miqueri Da. Direito urbanístico comparado : planejamento urbano : das constituições aos tribunais luso-brasileiros. Curitiba: Juruá, 2009.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas. 2018.
- MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Elementos de direito administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- MUKAI, Toshio. O estatuto da cidade: anotações à lei n. 10.257, de 10-7-2001. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia complementar

- BALTAR, Fernando. Direito administrativo. Salvador: Juspodium. 2017.
- FREITAS, Vladimir Passos de. Direito administrativo e meio ambiente. Curitiba: Juruá, 2014
- GASPARINI, Diogenes. Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva. 2012
- JUAREZ. Freitas. O controle dos atos administrativos e os princípios fundamentais. São Paulo. Malheiros. 2013.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Moradia nas cidades brasileiras: habitação e especulação : o direito à moradia : os movimentos populares. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1997
- LEFEBVRE, Henri. O Direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2014

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07154 – **MECANISMOS ALTERNATIVOS DE ACESSO À JUSTIÇA**

Carga horária: 68 horas (Prática: 68)

Tipo de Disciplina: Optativa

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções gerais. Fundamentos Constitucionais. Formas tradicionais de acesso à justiça. Mecanismos Alternativos de Acesso à Justiça. A assistência judiciária gratuita. Formas alternativas de acesso à justiça no direito comparado. Juizados cíveis e criminais. Arbitragem.

Bibliografia básica

- MATTOS, Fernando Pagani. Acesso à justiça : um princípio em busca de efetivação. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2009.
- NEQUETE, Lenine. O poder judiciário no Brasil a partir da Independência. Brasília, D. F: Supremo Tribunal Federal, 2000.
- MUSZKAT, Malvina. Guia prático de mediação de conflitos em famílias e organizações. São Paulo: Summus, 2008.

Bibliografia complementar

- ALMEIDA FILHO, José Carlos De Araújo. Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico: a informatização judicial no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- ARAÚJO, José Henrique Mouta. Acesso à justiça & efetividade do processo: a ação monitória é um meio de superação dos obstáculos. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2001.
- GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro: teoria geral do processo e auxiliares da justiça. 13. ed., atual. São Paulo: Saraiva, 1998-99.
- MARINONI, Luiz Guilherme. Teoria geral do processo. 8. ed., rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.
- SCHUCH, Luiz Felipe Siegert. Acesso à justiça e autonomia financeira do poder judiciário: a quarta onda?: em busca da efetividade dos direitos fundamentais. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2006.
- TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2018

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplinaDI07155 – **TEMAS ATUAIS DO DIREITO**

Carga horária: 68 horas (Prática: 68)

Tipo de Disciplina: Optativa

Versão Curricular: 2018

Ementa

Questões atuais que permeiam o pensamento jurídico. Direito e Internet. Direito cibernético. Direito espacial. Direitos e relações homoafetivas.

Bibliografia básica

- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 17. ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- MORAES, Alexandre De. Direitos humanos fundamentais: teoria geral: comentários aos art. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil : doutrina e jurisprudência. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.
- DINIZ, Maria Helena. O estado atual do biodireito. 10. ed. rev. aum. e atual. São Paulo: Saraiva Jur, 2017.
- WOLKMER, Antonio Carlos; LEITE, José Rubens Morato (Org). Os novos direitos no Brasil: natureza e perspectivas: uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Bibliografia complementar

- AQUINO, Renato; DOUGLAS, William. Manual de português e redação jurídica. 6. ed. Niterói: Impetus, 2017.
- CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de direito público e privado. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016
- LÉVY, Pierre; COSTA, Carlos Irineu. CyberCultura. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.
- OLIVEIRA NETTO, José. Mini dicionário universitário: terminologia jurídica e latim forense. 2. ed. Leme, SP: Edijur, 2011.

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07156 – NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS**

Carga horária: 68 horas (Prática: 68)

Tipo de Disciplina: Optativa

Versão Curricular: 2018

Ementa

Noções gerais. Composição de conflitos: conceito, formas e classificação. Negociação: conceito e finalidades. Conciliação: conceito e finalidade. Mediação: conceito e finalidade. Experiência prática da negociação, conciliação e mediação de conflitos.

Bibliografia básica

- MATTOS, Fernando Pagani. Acesso à justiça: um princípio em busca de efetivação. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2009.
- NEQUETE, Lenine. O poder judiciário no Brasil a partir da Independência. Brasília, D. F: Supremo Tribunal Federal, 2000.
- MUSZKAT, Malvina. Guia prático de mediação de conflitos em famílias e organizações. São Paulo: Summus, 2008.

Bibliografia complementar

- ALMEIDA FILHO, José Carlos De Araújo. Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico: a informatização judicial no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- ARAÚJO, José Henrique Mouta. Acesso à justiça & efetividade do processo: a ação monitória é um meio de superação dos obstáculos. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2001.
- GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro: teoria geral do processo e auxiliares da justiça. 13. ed., atual. São Paulo: Saraiva, 1998-99.
- MARINONI, Luiz Guilherme. Teoria geral do processo. 8. ed., rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.
- SCHUCH, Luiz Felipe Siegert. Acesso à justiça e autonomia financeira do poder judiciário: a quarta onda?: em busca da efetividade dos direitos fundamentais. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2006.
- TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2018

EMENTA DA DISCIPLINA

Identificação da disciplina**DI07157 – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS**

Carga horária: 68 horas (Prática: 68)

Tipo de Disciplina: Optativa

Versão Curricular: 2018

Ementa

Estudo e pesquisa da análise histórica e desenvolvimento da cultura surda no Brasil e no mundo, seus principais marcos ideológicos, suas lutas e construções históricas através do tempo. Noções linguísticas de LIBRAS. Teoria de tradução e interpretação. Conteúdos básicos de LIBRAS. Diálogos.

Bibliografia básica

- BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de Língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filosofia, 1995.
- DICIONÁRIO da língua de sinais do Brasil: SubTítulo: a Libras em suas mãos. São Paulo, Editora: EdUSP, 2017.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre, Editora: Mediação, 2012.

Bibliografia complementar

- ANJOS, Hildete Pereira Dos (Org). Olhando a educação como um direito: deficiência, inclusão e diversidade. 1. ed. Belém, PA: Paka-tatu, 2015.
- BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- CLAYTON, Peter. Linguagem do corpo no trabalho: leia sinais e faça os movimentos corretos. São Paulo, Editora: Larousse do Brasil: 2006.
- QUADROS, Ronice Müller De; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- _____. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. xi, 126 p. (Biblioteca Artmed) ISBN: 9788573072655, 9788573072655.
- RODRIGUES, Irene Elias. A Inclusão de pessoas com necessidades especiais no processo educativo escolar: uma experiência inversa. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.